

## **Teorias da Comunicação / Teorías de la Comunicación**

---

## O conceito de comunicação em John Dewey

RAFIZA VARÃO & RAQUEL CANTARELLI VIEIRA DA CUNHA

rafiza@gmail.com; raquelcantarelli@gmail.com  
*Universidade Católica de Brasília*

### Resumo

O filósofo pragmatista John Dewey (1859-1952) é comumente apontado como um dos precursores da reflexão sobre comunicação nos Estados Unidos, tendo influenciado um número significativo de autores da primeira fase da pesquisa estadunidense, entre eles Harold Lasswell. Dewey também é considerado um dos primeiros estudiosos daquele país a utilizar o vocábulo *comunicação* – descrevendo e analisando os processos comunicacionais em uma série de textos. Mas de que forma Dewey entendia a comunicação? Este artigo se propõe a apresentar o conceito de comunicação trabalhado por John Dewey em suas obras cobrindo o período de 1884 (em que o autor publica seu primeiro livro) até 1927 (ano considerado um dos marcos iniciais da pesquisa em comunicação, com o lançamento de *Técnicas de Propaganda na Guerra Mundial*, de Lasswell). Pretende-se, assim, compor-se um quadro em que a referência que se faz à Dewey como um importante predecessor do campo comunicacional se torne não só mais claro, mas também mais completo.

**Palavras-Chave:** Comunicação; teorias da comunicação; epistemologia; saber comunicacional

---

### INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a obra de John Dewey anterior à publicação de *Técnicas de Propaganda na Guerra Mundial*, de Harold Lasswell, cobrindo o período de 1887 até 1926. O objetivo é buscar um conceito de comunicação nas obras de Dewey, notadamente reconhecido como um dos primeiros pesquisadores americanos a falar explicitamente neste vocábulo – e, por isso, visto como uma influência importante sobre pesquisadores posteriores, como o próprio Lasswell.

Para cumprir este objetivo, primeiramente realizamos um levantamento da biografia intelectual de John Dewey, procurando compreender de que maneira seu modo de pensar se constituiu, bem como tentando delinear de que forma este autor, sobretudo um filósofo, se aproximou da comunicação como problemática.

Em seguida, a partir da delimitação de um *corpus* de pesquisa composto por todas as obras de Dewey pertencentes ao período 1887-1926, submetemos estes trabalhos a uma análise de conteúdo, com o intuito de investigar a presença do termo comunicação em seus trabalhos, bem como compreender o conceito de comunicação segundo proposto pelo autor.

Se Dewey pode ser considerado uma referência e uma influência nos estudos de comunicação, nada mais justo que o conheçamos com maior profundidade.

## BREVE BIOGRAFIA INTELECTUAL DE JOHN DEWEY

O século XIX marcou os EUA por uma forte imigração. Dela fizeram parte Archibald Sprague Dewey e Lucina Artemesia Rich Dewey, ingleses, pais de John Dewey. Dewey viveu entre os anos de 1859 e 1952. Foi filósofo, psicólogo educador. Apesar de Dewey ter nascido nos Estados Unidos, acreditamos ser importante considerar a imigração de sua família. Sob uma perspectiva epistemológica, é relevante estabelecer a relação entre a Inglaterra e os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito ao fato das colônias inglesas da América do Norte serem consideradas a 'Nova Inglaterra'. Precisamos considerar que:

A Inglaterra é o berço empirismo, de Francis Bacon, John Locke e Thomas Hobbes, e ainda, é o lugar do protestantismo de matriz anglicana, metodista, puritana e congregacionista. O solo das antigas colônias inglesas da América do Norte foi fecundo aos ideais filosóficos, religiosos e culturais dos colonizadores (Souza, 2012: 228).

Certamente essa relação vai refletir nas proposições de John Dewey. Quando John Dewey nasceu, em 1859, os EUA eram um país dividido em dois, prestes a começar sua Guerra Civil que matou mais de 700 mil homens. A Guerra da Secessão terminou em 1865 e, durante os próximos doze anos o país passaria por um período de reconstrução. Dewey, portanto, não apenas teve uma guerra e suas consequências presente em sua infância e juventude, mas uma guerra que se diferenciava das que viriam a seguir, por ser entre conterrâneos. Diferente do que viveria em seguida, sua infância e juventude foi vivida sob a briga entre conterrâneos.

Na vida adulta de Dewey, o seu país seria marcado por um período de prosperidade. Após 1877, quando acaba o período de reconstrução dos EUA, Dewey já estava na *Universidade de Vermont (ingressou em 1875), estudando política e filosofia moral e social*. Nos anos seguintes os EUA passariam por uma fase de crescimento industrial, expansão de suas ferrovias (garantindo seu território) e aumento populacional (de 40 milhões de habitantes em 1870 para 100 milhões em 1916), fruto da forte imigração. Este também seria o período do desenvolvimento intelectual de Dewey que, depois de graduado (1879 com honra acadêmica Phi Beta Kappa), aos vinte anos, já era professor na Pensilvânia e em Vermont (Westbrook, 2010: 13). Aos 23 anos (1882) Dewey ingressou na Universidade John Hopkins para realizar estudos em Filosofia, tendo como professores Charles Sanders Pierce (Lógica), Stanley Hall (Psicologia) e George Sylvester Morris<sup>1</sup> (Filosofia - Kant e Hegel). Nesse mesmo ano Dewey publicou os artigos *A Assunção metafísica do materialismo e O panteísmo de Espinosa*. Aos 25 anos, em 1884, recebeu seu título de doutor em Filosofia com uma tese sobre Kant intitulada *A psicologia de Kant*. Ironicamente, sua tese se perdeu e nunca foi publicada na íntegra. Dela, ficou apenas um artigo, *Kant e o método filosófico*, que foi publicado no *The Journal of speculative Philosophy*.

Neste mesmo ano, tornou-se professor de filosofia na própria Universidade de Michigan por recomendação de seu orientador George Sylvester Morris. No período

<sup>1</sup> Graduou-se na Dartmouth College em 1861 e, curiosamente, serviu ao exército americano por dois anos (1863-1864) durante a já citada Guerra da Secessão.

em que permaneceu em Michigan (1886 - 1888), publicou alguns artigos na revista *Mind* e, a partir desses artigos Dewey ganhou a atenção da comunidade científica para esses assuntos. Já casado com a sua ex aluna Harriet Alice Chipman (e futura parceira de trabalho), publicou seu primeiro livro *Psychology* (1887).

A morte de George Morris (1890) fez com que Dewey permanecesse por apenas um ano na Universidade de Minnesota e retornasse para a Universidade de Michigan. Retornou com a proposta de chefiar o Departamento de Filosofia e permaneceu em Michigan por quatro anos. Antes de deixar a Universidade publicou, em 1894, o artigo "*The Ego as Cause*". A saída de Michigan se deu em função de um convite feito por Willaim Rainey Harper. Dewey aceitou o convite e, a partir de então, passou a chefiar o departamento de Filosofia, Psicologia e Educação da recém inaugurada Universidade de Chicago.

Durante o período que ficou Universidade de Chicago, coincidindo com a passagem do século (1894-1904), Dewey passou a interessar-se mais em pedagogia do que em filosofia.

Durante a década de 1890, Dewey passou, gradualmente do idealismo puro para orientar-se pelo pragmatismo e pelo naturalismo da Filosofia de sua maturidade. Sobre a base de uma Psicologia funcional – tributária da Biologia evolucionista de Darwin e do pensamento pragmatista de seu amigo William James – iniciou o desenvolvimento de uma teoria do conhecimento que questionava os dualismos que opõem mente e mundo, pensamento e ação, que haviam caracterizado a Filosofia ocidental desde o século XVII. Para ele, o pensamento não é um aglomerado de impressões sensoriais, nem a fabricação de algo chamado "consciência", nem muito menos a manifestação de um "Espírito Absoluto", mas uma função mediadora e instrumental que havia evoluído para servir aos interesses da sobrevivência e do bem-estar humanos (Westbrook, 2010: 14).

Suas pesquisas e publicações desenvolvidas nesse período, a exemplo do *Meu Credo Pedagógico* (1897) e *The School and Social Progress* (1899), publicado no mesmo ano em que Dewey foi eleito presidente da Associação Americana de Psicologia, reforçam a gradual mudança de posição (do idealismo para o pragmatismo) e, mais claramente, a mudança de interesse (da filosofia para pedagogia). Além disso, posteriormente, por sugestão do próprio Dewey, um Departamento de Pedagogia foi criado na Universidade de Chicago.

Dewey elabora suas pesquisas a partir da noção de experiência, desenvolvendo-as de forma dinâmica, aberta e orgânica. Neste mesmo período, ele defende que a Pedagogia deveria se tornar um departamento independente dentro da academia, no intuito de formar especialistas em educação. Apoiado por William R. Harper, John Dewey torna-se o novo chefe do Departamento de Pedagogia dessa universidade, além de ser, também, o chefe do Departamento de Filosofia (Westbrook, 2010: 130).

A filosofia pragmática emergente, ganha forças e desemboca na fundação da Escola de Pragmatismo de Chicago tendo Dewey como um de seus fundadores<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> John Dewey fundou a Escola de Pragmatismo de Chicago durante os dez anos que esteve nesta universidade, de 1894 a 1904. O grupo original era composto por George H. Mead, James H. Tufts, James R. Angell, Edward Scribner Ames (Ph.D. Chicago 1895) e Addison W. Moore (Ph.D. Chicago 1898). Jane Addams, fundadora da Hull House de Chicago, escritora e ativista social também esteve associada com o grupo. Dewey é uma das três figuras centrais do pragmatismo nos Estados Unidos, ao lado de Charles Sanders Peirce e William James.

Ainda que Dewey não chamasse sua filosofia de pragmática, preferindo o termo “instrumentalismo”.

Apesar de seu louvável trabalho, por discordâncias com a administração, Dewey acabou pedindo demissão. Foi quando vinculou-se a Universidade de Columbia na qual desenvolveu a maior parte do seu trabalho e permaneceu até encerrar sua carreira no ensino (1930).

*How we Think* (1910) foi um dos livros publicados em Columbia. Mas, durante a Primeira Guerra Mundial, Dewey presenciou uma guerra diferente daquela vivida na infância, pois desta vez tratava-se de um conflito protagonizado por grandes potências do mundo e que, apesar de ter deixado mais de 8,5 milhões de combatentes mortos (Garambone, 2003), abriu caminho para várias mudanças políticas em muitas das nações envolvidas. Foi nesse contexto que Dewey publicou um dos seus mais importantes livros *Democracy and Education: An introduction to the philosophy of education* (1916).

A partir da década de 1920, Dewey difundiu seu pensamento em muitos países que entravam a crise do pós-guerra a exemplo do Japão, China, Turquia, México, a extinta URSS e a Escócia. Uma série de obras teóricas e políticas começam a ser escritas, entre elas *Reconstruction in Philosophy* (1920).

Traçando esse panorama da pela sua biografia científica percebe-se que suas ideias influenciaram a reforma *educacional e social*. Dewey é uma das principais figuras associadas com a filosofia do pragmatismo e é considerado um dos fundadores da psicologia funcional. Contribuiu para a educação progressiva e liberalismo. Um intelectual bem conhecido nos estados unidos. Embora seja mais conhecido por suas publicações relativas à educação, Dewey também escreveu acerca de muitos outros temas, incluindo a epistemologia, metafísica, estética, a arte, a lógica, a teoria social e ética.

Dewey tornou-se conhecido por sua defesa da democracia, ele considera dois elementos fundamentais - educação e a sociedade civil, como sendo os principais temas que necessitam de atenção e reconstrução para incentivar a inteligência experimental e pluralidade. Dewey (1916) afirmou que:

Para se obter uma democracia completa não bastava a extensão dos direitos de voto, mas precisava-se, também, da garantia de que existiria uma *opinião pública* totalmente formada, pelas políticas que adotassem<sup>3</sup> (Dewey, 1916: 384).

Dewey publicou mais de 700 artigos em 140 periódicos e cerca de 40 livros. Refletindo sua imensa influência sobre o pensamento do século 20, a historiadora canadense Hilda Neatby declarou em sua obra *So Little for the Mind* (1953) que Dewey tem sido para a nossa era o que Aristóteles foi para as eras anteriores; não um filósofo, mas o filósofo. O que esse filósofo nos diria em relação à comunicação? Que conceito de comunicação eles nos ofereceria?

<sup>3</sup> That complete democracy was to be obtained not just by extending voting rights but also by ensuring that there exists a fully formed public opinion, accomplished by effective communication among citizens, experts, and politicians, with the latter being accountable for the policies they adopt.

## O CONCEITO DE COMUNICAÇÃO EM DEWEY

A obra de John Dewey anterior a 1927 corresponde a 15 livros e cinco artigos, todos voltados ou para a reflexão filosófica ou sobre pedagogia, área em que Dewey também é um dos pioneiros. Dessa forma, dois conjuntos de obras foram perscrutados, conforme tabelas abaixo.

Livro	Ano
Psychology	1887
Leibniz's New Essays Concerning the Human Understanding	1888
The School and Society	1900
The Child and the Curriculum	1902
Studies in Logical Theory	1903
Moral Principles in Education	1909
How We Think	1910
The Influence of Darwin on Philosophy: and Other Essays in Contemporary	1910
Thought	1910
Schools of ToMorrow	1915
Democracy and Education: An introduction to the philosophy of education	1916
Essays in Experimental Logic	1918
Reconstruction in Philosophy	1919
Human Nature and Conduct: An Introduction to Social Psychology	1922
Experience and Nature	1925

Tabela 1. Livros de John Dewey publicados em período anterior a 1927

Artigo	Ano
"The New Psychology"	1884
"The Ego as Cause"	1894
"The Reflex Arc Concept in Psychology"	1896
"My Pedagogic Creed"	1897
"The Postulate of Immediate Empiricism"	1925

Tabela 2. Artigos de John Dewey publicados em período anterior a 1927

Para emprendermos nossa análise a partir desse *corpus*, foram realizados dois procedimentos: 1) a busca pela palavra comunicação, como elemento isolado (gerando resultados principalmente quantitativos, embora tenham engendrado também dados qualitativos); 2) a busca pelo *conceito* de comunicação proposto por Dewey, como elemento contextualizado em suas obras (gerando resultados qualitativos, finalidade última deste artigo).

A primeira busca teve como resultado o retorno de 144 aparições da palavra comunicação nos livros de Dewey e duas aparições em artigos. Conforme esse primeiro resultado, eliminamos da nossa análise os livros *The Child and the Curriculum* (1902), *Studies in Logical Theory* (1903) e a obra *Thought* (1910), por não ter sido encontrada. Exluímos da análise também quatro dos cinco artigos listados, pois apenas "My Pedagogic Creed" traz referências à palavra comunicação (duas vezes).

É interessante observar que há um crescendo nestes números, conforme a obra de Dewey se aproxima de seu primeiro livro realmente devotado à comunicação

(*The Public and its Problems*, de 1927). Embora desde a primeira publicação o termo comunicação já se faça presente em suas reflexões, nas últimas obras do período coberto por nossa análise, a frequência e a profundidade daquilo que é dito acerca do vocábulo aumenta gradativamente. Assim, se em *Psychology* (1887) ele aparece três vezes, de forma naturalizada, sem ser acompanhado de uma definição, em *Experience and Nature* (1925) há um longo capítulo em que Dewey define-o não só conceitualmente, mas também coloca suas características.

A ausência de uma conceituação para comunicação é uma constante na obra deweyana de 1887 até seu sexto livro, *Moral Principles on Education* (1909) – embora, em alguns momentos, possamos perceber que Dewey a palavra comunicação relacionado-a a ideia de troca. Em *The School and the Society*, de 1900, entretanto, há que se chamar atenção para um das primeiras discussões na bibliografia deweyana sobre meios de comunicação. De fato, é uma das primeiras vezes na história das ciências sociais que a expressão *means of communication* (meios de comunicação, em inglês) é utilizada por um autor.

Apesar de falar de maneira bastante rápida sobre os meios, assumindo ainda uma perspectiva sem muitas intenções conceituais, Dewey nos fala acertadamente sobre eles, fazendo uma retrospectiva e avaliando seu impacto:

Printing was invented; it was made commercial. Books, magazines, papers were multiplied and cheapened. As a result of the locomotive and telegraph, frequent, rapid, and cheap intercommunication by mails and electricity was called into being. Travel has been rendered easy; freedom of movement, with its accompanying exchange of ideas, indefinitely facilitated. The result has been an intellectual revolution. Learning has been put into circulation. While there still is, and probably always will be, a particular class having the special business of inquiry in hand, a distinctively learned class is henceforth out of the question. It is an anachronism. Knowledge is no longer an immobile solid; it has been liquefied. It is actively moving in all the currents of society itself (Dewey, 1913: 39-40).

Já em *How We Think* (1910), obra imediatamente posterior à *Moral Principles in Education*, Dewey já nos oferece uma breve conceituação do vocábulo comunicação (vinculada à pedagogia), uma vez que o autor acredita que a comunicação é uma das características humanas essenciais e um dos frutos da nossa forma de pensar. Aqui, Dewey apresenta a comunicação como um tipo de informação que permite a troca de experiências, o compartilhamento de ideias.

Genuine communication involves contagion ; its name should not be taken in vain by terming communication that which produces no community of thought and purpose between the child and the race of which he is the heir (Dewey, 1909: 224).

Essa ideia vai aparecer de maneira mais clara anos mais tarde, quando Dewey finalmente retoma a palavra sob a forma expressa de uma definição, em *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education*, de 1916. É importante perceber que nessas primeiras obras, Dewey reconhece a importância da comunicação pelos meios que aparecem após a invenção da imprensa, mas principalmente fala de uma comunicação relacionada à educação e que se dá no âmbito da relação professor-aluno. Portanto, no âmbito da comunicação interpessoal, não mediada.

Outro ponto relevante é que o conceito que Dewey oferece para a comunicação em *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education* não contradiz, de maneira alguma, o que é colocado de forma rápida e naturalizada em seus livros anteriores. Pelo contrário, é como se Dewey viesse maturando o conceito de forma a entregá-lo completo nesta obra. Segundo ele,

Communication is a process of sharing experience till it becomes a common possession. It modifies the disposition of both the parties who partake in it. That the ulterior significance of every mode of human association lies in the contribution which it makes to the improvement of the quality of experience is a fact most easily recognized in dealing with the immature (Dewey, 1916).

É esse o conceito que Dewey desenvolve a partir de sua observação contínua do fenômeno comunicacional desde sua primeira obra, mas que demora 26 anos para ser explicitado, dito com todas as letras. Destarte, a maturação de anos faz com que em seus trabalhos seguintes, seja justamente a mesma definição a aparecer, reforçando sempre a noção de que comunicar é partilhar ideias, dividir conhecimento.

Além disso, o autor identifica esse processo como que torna a sociedade possível, uma vez que

Society exists through a process of transmission quite as much as biological life. This transmission occurs by means of communication of habits of doing, thinking, and feeling from the older to the younger. Without this communication of ideals, hopes, expectations, standards, opinions, from those members of society who are passing out of the group life to those who are coming into it, social life could not survive. If the members who compose a society lived on continuously, they might educate the new-born members, but it would be a task directed by personal interest rather than social need. Now it is a work of necessity (Dewey, 1916).

A comunicação é vista sobretudo como um processo (noção que permanece até hoje), sendo o principal elemento a fazer a ligação entre os membros de uma sociedade, sendo, inclusive uma necessidade.

Todas essas ideias perseveram nas obras que se seguem à *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education* – e encontram sua defesa mais fundamentada em *Experience and Nature*, de 1925 (último trabalho do período coberto por este artigo). Não por acaso, *Experience and Nature* é o livro de Dewey com mais referências à palavra comunicação (52 vezes), e traz a clássica frase, segundo a qual “Of all affairs, communication is the most wonderful” (Dewey, 1929: 166). Para Dewey, a comunicação é, então, um dos elementos mais importantes a formar a consciência humana e só através dela podemos ter a experiência social. Sem ela, o homem não seria, jamais, um animal social.

## CONCLUSÃO

Ao delinear a forma como Dewey se aproximou da comunicação, o que nos chama a atenção é a maneira gradativa com que a frequência e a profundidade daquilo que é dito acerca do vocábulo aumenta no decorrer das suas obras. Apesar do termo se fazer presente desde a primeira publicação, até a sexta percebe-se

uma constante ausência de conceituação. Apenas a partir do seu sétimo livro Dewey nos oferece uma conceituação, ainda que breve e vinculada à Pedagogia, do termo comunicação. Foi na última obra, do período coberto por nossa análise, que Dewey utilizou um longo capítulo para definir, conceituar e apresentar as características da comunicação.

Em alguns momentos a comunicação estava relacionada à ideia de “troca”. Posteriormente, já se presenciava discussões sobre os “meios de comunicação”. Aliás, como dissemos anteriormente, a obra *The School and the Society* é uma das primeiras vezes que a expressão *means of communication* (meios de comunicação, em inglês) é utilizada por um autor das ciências sociais.

Ao buscar um conceito de comunicação nas obras de Dewey, percebeu-se um amadurecimento do sentido que nunca caiu em contradição. Quando Dewey conceitua comunicação pela primeira vez, o autor acredita que a comunicação seja uma das características humanas essenciais, ou ainda, fruto da nossa forma de pensar. É com o se a comunicação fosse um tipo de informação que permite a troca de experiências, o compartilhamento de ideias. A noção do compartilhamento de ideias aparece em uma série de autores do campo da comunicação, entre eles Lasswell (1938) e Martino (2001), para citar um clássico e um autor contemporâneo.

Em síntese, a comunicação é, então, um dos elementos mais importantes a formar a consciência humana. E é só através da comunicação que podemos ter a experiência social. Conhecer com maior profundidade o trabalho de Dewey, considerado definitivamente uma referência e uma influência nos estudos de comunicação, nos faz perceber que o entendimento que Dewey tem do conceito de comunicação se aproxima muito do que o próprio campo da Comunicação considera.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dalton, T. C. (2002). *Becoming John Dewey: Dilemmas of a Philosopher and Naturalist*. USA: Indiana Univerty Press.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education*. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/852/852-h/852-h.htm>. Acesso em 14.02.2014
- Dewey, J. (1980). *A Arte como Experiência*. São Paulo: Abril Cultural.
- Dewey, J. (2003). *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Garambone, S. (2003). *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. MAUAD.
- Hook, S. (2008). *John Dewey: An Intellectual Portrait*. NY: Cosimo Books.
- Martino, L. C. (2001). De Qual Comunicação Estamos Falando? In A. Holhfeldt; L. C. Martino & V. França. (org). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- Rivera, D.A. P. (2012). *El Individualismo democrático de John Dewey: reflexiones en torno a la constriccion de una cultura democrática*. Bogota Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Souza, R. A. (2012). Os Fundamentos da Pedagogia de John Dewey: uma reflexão sobre a epistemologia pragmatista. *Revista Contrapontos*, 12 (2), 227-233.

Souza, R. A. (2010). A Filosofia de John Dewey e a Epistemologia Pragmatista. *Revista Redescritões*, 2 (1)

Westbrook, R. B. (1993). John Dewey. *Revista Perspectivas*, XXIII (1-2), 289-305.

Westbrook, R. B.; Anísio Teixeira, J. E.; Romão, V. & Rodrigues, L. (org) (2010). *John Dewey*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana

## Comunicação pelo equívoco: anotações para uma teoria antropológico-comunicacional

LARA LINHALIS GUIMARÃES & EVANDRO JOSÉ MEDEIROS LAIA

laralinhalis@yahoo.com.br; medeiroslaia@yahoo.com.br  
*Universidade Federal de Juiz de Fora/ Universidade Federal do Rio de Janeiro*

### Resumo

O mesmo nome, em realidades distintas, serve para designar coisas completamente diferentes. Aí está o *Equívoco*, fundamento da Comunicação, na visão de Eduardo Viveiros de Castro (2004). Ou seja, não é o entendimento, o consenso e a ordem, mas sim a incompreensão que marca o processo comunicativo. Ele desenvolve este pensamento a partir do encontro interétnico entre índios e brancos. E transforma assim o *Perspectivismo Ameríndio* numa teoria antropológica. Acreditamos ser possível tomar este pensamento como um tipo de Teoria da Comunicação, apostando no equívoco como base para entender o conceito de jornalismo no momento em que manifestações tomaram as ruas das principais capitais do Brasil.

**Palavras-Chave:** Teoria da comunicação; antropologia; equívoco; jornalismo audiovisual

---

Desde junho de 2013, as ruas das principais capitais brasileiras são tomadas, frequentemente, por protestos que gritam por demandas diferenciadas. São lutas no plural: coisas diferentes acontecendo, redes se formando, se transformando, se refazendo. “A nova realidade social parece estar se configurando de modo que grupos distintos, cada qual com suas agendas específicas, se juntam e separam o tempo todo, formando redes de colaboração que, apesar de eficazes, são mais ou menos instáveis”, acredita o professor Renzo Taddei (2013, s/n). A impossibilidade de enquadramento dos protestos recentes dentro de um modelo já conhecido de manifestação recebeu, inicialmente, o ardor das críticas. Houve também uma tendência inicial de descolar a palpitação das ruas de todo um processo de articulação e organização já em andamento no país, e também no mundo, que corre pela insurgência de desejos e demandas altamente reprimidos há tempos. A necessidade de contenção esquemática dessas novas visibilidades e também a abolição de suas histórias, pareceu-nos uma ansiedade de nossa cultura ocidental pelo controle e criminalização daquilo que irrompia fora de modelos já consumidos. O clamor das ruas, em várias medidas, e possivelmente nessa ordem, fora ignorado, combatido, controlado e criminalizado – eventualmente apoiado quando tangenciava a ordem. Mas não compreendido, porque eram línguas e linguagens bem diferentes daquelas consensualmente aceitas como legítimas por esse ou aquele jogo de poder.

Estivemos na manifestação do dia 20 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 400 mil pessoas em toda a extensão da Avenida Presidente Vargas, da Candelária até a Prefeitura – mas dali, da multidão, parecíamos mesmo um milhão, número que chegou a ser divulgado extra-oficialmente. Também acompanhamos os vários protestos que se sucederam na capital carioca no dia sete de setembro de 2013, data em que se comemora anualmente a Independência do Brasil. A experiência da multidão foi arrebatadora: a capacidade de caminharmos juntos, mesmo visibilizando demandas, numa primeira análise, diferenciadas. Era uma imensidão fascinada pela descoberta do poder do *todos unidos*. Era o brilho nos olhos e o desejo de que, finalmente, tínhamos encontrado uma maneira de findar tantas violências sofridas diariamente por gente daqui e de acolá. Por outro lado, além da deplorável tática baseada na violência utilizada pela polícia brasileira para lidar com os manifestantes, o que fora mimetizada por alguns desses; chamou-nos a atenção o contrário do que exaltamos acima: a incapacidade de *organicamente* agirmos juntos. Não raro alguns muitos manifestantes raivosos despejavam ira contra outros manifestantes, pronunciando aos berros palavras vazias contra tudo e todos que pudessem ser enquadrados, ali e por hora, como inimigo. A exemplo do fascismo do grito “Fora Partidos!”. A construção de um Inimigo, interno e externo, nos intimidou. E parece-nos que a busca por Inimigos generalizou-se no decorrer dos meses: midiativistas, jornalistas tradicionais, grande mídia, manifestantes, policiais, governantes, população; todos parecem estar em busca de um *Outro ameaçador* para combatê-lo. Não há entendimento visível porque cada um tratou de fincar o pé em suas perspectivas confortáveis, baseando-se em identificações funcionais, históricas, ideológicas e/ou ocasionais.

Mas, de fato, desde a jornada de junho, há uma maior visibilidade de entendimentos diferenciados. Não podemos negar o fato de que novas vozes irromperam, fizeram-se visíveis e interpelaram a autoridade jornalística. Há tempos o monopólio da fala fora dissolvido em alguma medida e especialmente na internet. Os dispositivos móveis de registro e transmissão de informação foram também sujeitos desse processo. O que junho trouxe foi a possibilidade de esses dizeres anteriormente pouco interligados, ao menos em tese, tornarem-se um corpo orgânico e bem articulado.

### **E NOS TORNAMOS TODOS JORNALISTAS... MAS O QUE ESTAMOS QUERENDO DIZER COM ISSO?**

A imagem ao lado, do cartunista brasileiro André Dahmer, evoca a atuação da rede colaborativa de jornalismo NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) nas manifestações que irromperam no Brasil em junho de 2013 e ainda hoje eclodem por diversas demandas em várias partes do país. Colaboradores de diversas regiões adotaram a marca do NINJA no trabalho de registrar e transmitir os protestos. As “armas” mais utilizadas por esses novos produtores de informação (muitos deles saindo do lugar de consumidores de conteúdo pela primeira vez) são celulares aptos a gravar vídeo em resolução média e a acessar a internet, muitas vezes para

a dispersão das imagens em tempo real (*streaming*), através de canal livre, como é o caso da postv.org. O ideário que reúne os *ninjas* passa pela colaboração na produção de conteúdo, independência editorial em relação a patrocinadores/apoiadores, valorização das *parcialidades*, experimentação narrativa e inserção radical na ação.



Imagem 1: Stencil André Dahmer  
Fonte: facebook malvados hq

A mídia Ninja é um exemplo, nó bem visível, de uma rede colaborativa de produção de informação, que tece seus fios há anos, potencializada a partir da cobertura dos protestos insurgentes no Brasil, dando visibilidade a pontos de vista diversificados, ampliando a própria cobertura em razão do caráter colaborativo da rede, e, entre outros levantes, trazendo à luz vários debates sobre o jornalismo, midiativismo e a centralidade e das redes tecnológicas na apreensão e divulgação dos acontecimentos. Mais que isso: o fato de a produção de conteúdo desenvolvida à margem da grande imprensa ser agora em alguma medida visibilizada, adotando lógicas e fazeres pretensamente diferenciados daqueles engendrados nos locais de produção de informação tradicionais, tem promovido a emergência de embates ontológicos entre os tradicionais detentores do monopólio da informação e os novos sujeitos que são potencializados em sua visibilidade e poder de fala nesse contexto.

Esses novos modos de pensar/fazer jornalismo ou produzir e divulgar informação, a exemplo da experiência da mídia Ninja, é geralmente contestado em sua natureza jornalística, e grande parte das críticas é apoiada em análogos com a prática jornalística tradicional – o que de fato torna esse novo modo de produção e distribuição de informação intangível em seu entendimento, já que partilha de outra lógica, ao menos teoricamente. O programa de entrevistas Roda Viva, exibido na TV Cultura (emissora pública brasileira) no dia cinco de agosto de 2013 é emblemático dessa busca de análogos<sup>1</sup>. Bruno Torturra, jornalista, repórter experiente no mercado, com passagens pela Revista Trip e pela TV Globo, e Pablo Capilé, produtor cultural e um dos fundadores da rede Fora do Eixo; foram apresentados como idealizadores da mídia Ninja. Além do apresentador e mediador, o jornalista Mário Sérgio Conti, participaram do programa, como entrevistadores, Suzana Singer, *onbudsman* do jornal Folha de São Paulo; Alberto Dines, editor do Observatório da Imprensa; Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP e colunista;

<sup>1</sup> Programa disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=vYgXth8QI8M>

Wilson Moherdau, diretor da revista *Informática Hoje*; e Caio Túlio Costa, jornalista e professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Bruno Torturra e Pablo Capilé foram sabatinados por jornalistas da grande mídia ávidos por uma explicação plausível para uma prática jornalística que se sustenta fora do modelo industrial de produção de informação. No centro da roda, os entrevistados tentavam defender, a partir de suas cosmologias, a legitimidade da utilização do termo *jornalismo* para caracterizar suas ações. No segundo bloco do programa, acompanhamos embates mais fortes: apesar de usarem o mesmo nome, os entrevistados e entrevistadores estão falando de coisas diferentes quando usam o referido termo. A bancada parece tentar aproximá-lo do sentido mais usual, atribuído pelo modelo de produção industrial.

Wilson Moherdau: (...) Eu acho que vocês não gostam muito desta expressão, que é da mídia tradicional... Mas vocês têm procurado ouvir os dois lados quando vocês fazem as coberturas de vocês?

Bruno Torturra: Sim. Eu acho que se alguém ver (sic) as nossas transmissões do início ao fim, o que é meio complicado, porque às vezes são seis horas e meia, sete horas, doze horas, a gente conversa com todo mundo que tá na nossa frente. A gente não se priva de falar com o policial, com... [é interrompido]

Mário Sérgio: Mas, ô Bruno, a impressão que dá é que vocês, por exemplo, nas manifestações, vocês não vão só cobrir, vocês vão de certa maneira proteger, participar, reivindicar... (...) Não é o que o Wilson tá falando, não, vamos ouvir aqui... Ouviu o presidente da PM, mas para proteger a manifestação. Não é uma coisa... não existe isenção ali. Me parece que é uma coisa muito engajada. Não tô condenando, tô falando: é assim. (...)

Wilson Moherdau: Pois é, é isso que o Mário tá falando, vocês vão com uma posição tão firme, já preconcebida pra fazer a cobertura... Vocês viram personagem da notícia. E acabam... Vários de vocês já foram presos e noticiaram, ali, em tempo real, a própria prisão!

Bruno Torturra: Não, e a manifestação tem encarado, ultimamente, o mídia Ninja, quase como um serviço de utilidade pública ali. É tipo assim: filma isso, filma isso, porque, de fato, protege o manifestante. Mas aí é importante dizer que, antes de ser um manifestante, ele é um cidadão. Que tá sendo atacado, de forma muito violenta, pelo Estado, por estar exercendo o seu direito à manifestação. A gente tá protegendo a democracia quando a gente toma lado numa manifestação, porque a gente não tá defendendo o argumento do manifestante necessariamente, mas o direito dele tá lá fazendo o que ele faz (Roda Viva, 2013).

De modo geral, não houve diálogo, embora terminemos com a impressão, ao findar o programa, de que os ninjas conseguiram alguma vantagem no total das argumentações. O consenso não era esperado, simplesmente porque não era possível, já que cada um dos pólos daquela roda (entrevistados/entrevistadores) habitavam, e ainda habitam, perspectivas diferentes. O que começou a jorrar lentamente ali naquele momento – ferida velha, sangue batido - foi o distanciamento cada vez maior entre aqueles que detêm há anos a legitimidade na produção de informação e os novos sujeitos empoderados, representados ali no programa pela mídia Ninja.

### **UMA MESMA PALAVRA. COISAS DIFERENTES?**

A ideia de que há uma crise na imprensa contemporânea, e por consequência, no conceito de jornalismo, está intimamente ligada à evidência de que há um esforço

de *controle*, um conceito que já foi trabalhado por diversos autores. Interessa-nos aqui conhecer a centralidade desta palavra na obra de Gilles Deleuze (1992: 215). Ele atualiza o conceito de disciplina (Foucault, 1996) a partir da propalada crise da Modernidade e de suas instituições, mostrada a todo tempo com as reformas da escola, dos hospitais e até mesmo dos regimes de trabalho. O que poderia, a princípio, parecer liberdade, na verdade institui-se como nova forma de opressão. O regime disciplinar é trocado, assim, por outro tipo de exercício do poder, num contexto que ele chama de *sociedade do controle*. Nesta lógica, o poder passa e ser exercido de maneira mais sutil, porém não menos castradora. E ele dá pistas de quais seriam agora os instrumentos deste exercício a partir da definição dos tipos de máquinas que correspondem a cada uma das categorias de organização social. Nas sociedades de soberania, as máquinas simples ou dinâmicas; nas sociedades disciplinares, as máquinas energéticas; e nas sociedades de controle, um outro tipo de máquinas. “As sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus” (Deleuze, 1992: 223).

Esta mutação põe à prova as convenções da Modernidade e nos coloca a assertiva de Bruno Latour (1994), para quem “jamais fomos modernos”. O *fetichismo* e o *animismo*, descritos pela antropologia clássica como sendo características de sociedades ditas “primitivas”, encontram paralelo no mundo ocidental, dentro dos laboratórios científicos, na visão de Latour. Nos dois contextos, a prática acaba tendo sentidos iguais, já que o cientista acredita que descobriu o que ele, de certa forma, criou, ao mesmo tempo em que, em outras sociedades, os nativos acreditam, por exemplo, que o objeto de devoção, talhado por eles mesmos, ganha vida própria. Esta incapacidade de crer na crença alheia vem desta necessidade moderna de *purificação*, típica do mundo ocidental. “Como poderíamos desencantar o mundo, se nossos laboratórios e fábricas criam a cada dia centenas de híbridos, ainda mais estranhos que os anteriores, para povoá-lo? (...) Nossa mitologia é exatamente a de nos imaginarmos radicalmente diferentes, antes mesmo que tenhamos procurado pequenas diferenças e grandes divisões” (Latour, 1994: 114-115). Desta reflexão nasce o conceito de coletivos, nos quais natureza e cultura estão em relação, sem separação clara, num processo em *rede*.

Se existe uma coisa que todos fazemos da mesma forma é construir ao mesmo tempo nossos coletivos humanos e os não-humanos que os cercam. Alguns mobilizam, para construir seu coletivo, ancestrais, leões, estrelas fixas e o sangue coagulado dos sacrifícios; para construir os nossos, nós mobilizamos a genética, a zoologia, a cosmologia e a hematologia (Latour, 1994: 141).

Esta tentativa de separar claramente dois domínios diferentes é abordada também na proposta do antropólogo Roy Wagner (2010). Ele vê dois tipos de controle exercidos nas sociedades, como forma de organizar uma visão de mundo. No primeiro, no modelo ocidental, o foco da repressão está sob a natureza, como se a cultura, como criação humana, fosse o artifício criado pelo homem para dar ordem

ao caos do mundo. No segundo, no modelo de outras sociedades, o foco do controle está sobre a cultura, como se a natureza garantisse que a sociedade não se perca num emaranhado de regras. Estes princípios definiriam então as formas pelas quais significados são criados através de interações com o mundo: por meio da *convenção*, com a criação de leis e códigos coletivos; ou por meio da *diferenciação*, as metáforas inventivas que inserem o sujeito num lugar mítico e exclusivo. Mas ele insiste no fato de que, independentemente da maneira como se faz o significado, ele é sempre relacional. A atenção do indivíduo pode se concentrar num modo *coletivizante*, ou num modo *diferenciante*, mas nunca passa apenas por um destes modos, sendo, a rigor, impossível definir claramente o que é a cultura, um conceito criado a partir de um ponto de vista bastante específico. No mundo em que vivemos, cria-se a partir daí a ideia de que é o homem, por meio de estratégias culturais, quem domina a natureza, sempre imprevisível. Este movimento que marca o ofício do repórter, na verdade nos parece uma mimetização de uma cosmologia fundante da modernidade: a ideia de que há uma natureza única, imutável, coletiva, e que nós os homens, criamos acesso a ela por meio de estratégias culturais. A ciência aparece então como a estratégia mais adequada para isso.

Mas não foi sempre assim: Michel Foucault (1999) nos lembra que os tratados de ciência pré-modernos ainda estavam cheios de referências a um conhecimento relacional, no qual a *semelhança* exercia papel fundamental, desempenhando um papel construtor no saber da cultura ocidental até o século XVI. Era um momento em que ela mantinha uma dependência para com o saber, que só desapareceria mais tarde do horizonte do conhecimento. Tudo na natureza teria um sinal que marca sua característica, o exterior como sinal do interior. Nesta perspectiva, as coisas exibem, em suas qualidades, o que está nelas, de acordo com o tratado de Paracelso, marco epistemológico desta ciência do século XVI. Foucault propõe retomar este pensamento, na primavera das ciências modernas, para, a partir da regressão arqueológica, desbastar o mito inicial e desvelar a origem das ciências.

É, de certa forma, o que faz Bruno Latour (1994), quando retorna ao embate entre Hobbes e Boyle, sobre os limites da ciência e do governo, para mostrar que ambos desenvolveram obras que tratavam de aspectos da natureza e da sociedade, ao mesmo tempo. Mas que também estava ali o ponto inicial da separação ontológica moderna, reforçada o tempo todo pelo processo de purificação, contemplado como procedimento na Constituição Moderna, e pela proliferação dos híbridos, necessários para o funcionamento da rede, mas negados o tempo todo, e por isso mesmo, incontroláveis. Latour então propõe que a barreira que separa ideologia e ciência seja derrubada, desconstruindo a posição do objeto como fora do problema. Daí a proposta de uma ciência na qual existe a consciência de que a definição do que é científico ou não é construída, e não uma emanção. Portanto, os objetos pelos quais chegarmos às conclusões científicas também fazem parte do processo, e por vezes, cumprem papel fundamental.

Sendo assim, os objetos nos fazem questionar a condição objetiva da inércia. Sem eles nem homens, nem animais chegariam produziram resultados como os

que produzem. A maneira como estes híbridos são feitos envolve uma relação real com eles: se tudo é quase-objeto, tudo é quase-sujeito também. Mas, de acordo com a Constituição moderna, os objetos continuam ocupando lugar de subalternidade, radicalmente separados do ser humano. Esta separação soa cada vez mais artificial à medida que a transição das velhas e confortáveis dominações hierárquicas deixa à mostra as novas redes. Daí a proposta de Bruno Latour (1994: 140) de um *Parlamento das Coisas*, de uma cosmopolítica, um jeito de gerir o mundo em que os animais, as coisas e os objetos também tenham lugar no momento das decisões. Uma proposta que remonta a um mundo pré-científico, à primeira vista, mas que apresenta muita coerência quando levamos em conta a preocupação ecológica e a incapacidade contemporânea de gerência dos grandes coletivos humanos nas cidades. A política então deveria ser também das coisas, e não só dos homens.

Reconhecer a capacidade de agência dos não-humanos muda o olhar sobre fenômenos como o que abordamos em nosso trabalho. E ganha mais sentido ainda a partir da proposta do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002). Ele nos apresenta a teoria do *Perspectivismo Ameríndio*, que estende a capacidade de agenciamento a objetos e animais. Para explicar o conceito, ele retoma a ideia de Relativismo, cara à Antropologia, e que apoia-se na implicação de uma natureza única, à qual diferentes culturas têm diferentes acessos (e os ocidentais, um acesso “privilegiado”). Já no Perspectivismo, que ele também chama de relacionismo, grosso modo, há uma unidade de espírito numa multiplicidade de corpos, ou seja, um mesmo cosmos compartilhado por homens, animais e o que mais há no mundo. Esta “humanidade compartilhada” aponta para o fato de que, todos, animais e coisas, podem carregar traços de humanidade. Mas em alguns ela está disfarçada, sob outra pele.

Tipicamente, os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos e os animais como animais; quanto aos espíritos, ver estes seres usualmente invisíveis é um signo seguro de que as ‘condições’ não são normais. Os animais predadores e os espíritos, entretanto, vêem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa vêem os humanos como espíritos ou animais predadores. (...) Em suma, os animais são gente, ou se vêem como pessoas (Viveiros de Castro, 2002: 227).

Entender o funcionamento deste sistema de pensamento nos ajuda a pensar o nosso próprio cosmos. A epistemologia científica baseada num modelo ocidental pós-século XVI, assume-se como melhor acesso a uma natureza dada, universal, por meio da ciência. A visão ameríndia, de acordo com Viveiros de Castro, propõe, se é que assim podemos chamar, uma outra “epistemologia”, na qual o acesso ao cosmos comum se dá não a partir da figura do cientista, mas pelo xamã, aquele capaz de transitar entre as diferentes perspectivas sem o risco de não conseguir retomar a sua própria (Castro, 2002: 232), ou seja, aquele capaz de traduzir. Ele volta para contar como é o lugar do outro. Contra todo senso comum ocidental, aqui não é sujeito que cria um ponto de vista, a partir de seu lugar essencial, imutável, mas justamente o contrário.

Enquanto nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: “o ponto de vista cria o objeto” – o sujeito sendo a condição

originária fixa de onde emana o ponto de vista, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito; será sujeito quem se encontrar ativado ou 'agenciado' pelo ponto de vista (Viveiros de Castro, 2002: 236).

Viveiros de Castro também considera fortemente a possibilidade, mesmo como um tipo de ficção, de que há uma antropologia nativa, ou seja, que o nativo também inventa a cultura do pesquisador a partir do contato com ele. Mas, diferentemente de nós, não produz com isso Antropologia, o que só faz sentido no mundo ocidental, onde há separação entre o mundo e a produção de conhecimento sobre este mundo. E como habitam cosmos diferentes, não conseguem se entender. Para entender Viveiros, é fundamental entender a possibilidade que se coloca de certos animais acederem à condição humana, ou seja, a ideia de que animais e espíritos assumem agência porque assumiram o ponto de vista daquele mundo. Não seria então, a partir daí, o lugar do jornalista (e todos os outros lugares neste imenso coletivo...), um ponto de vista, uma roupa que se veste dependendo da situação e da perspectiva em que alguém se encontra em determinado momento? A provocação, hipotética, abre as portas para a aplicação desta arquitetura conceitual no campo da Comunicação, com destaque para o método da equivocação controlada.

In doing so I shall make the claim that perspectivism projects an image as translation as a process of controlled equivocation – “controlled” in the sense that walking may be Said to be a controlled way of falling. Indigenous perspectivism is the theory of equivocation, that is, of the referential alterity between homonymic concepts. Equivocation appears here as the mode of communication par excellence between different perspectival positions (Viveiros de Castro, 2004: 5).

Viveiros de Castro propõe trazer as contribuições do pensamento ameríndio para a teoria antropológica, lembrando que a comparação é a base do trabalho de um etnógrafo, que faz paralelos entre sua própria vivência social e a observação da sociedade do outro, para fazer analogias, numa tentativa de tradução. Supondo a separação clássica entre natureza e cultura, esta tradução permite que este etnógrafo descubra caminhos culturais diferentes para acessar uma mesma realidade. O problema é que, segundo Viveiros, quase nunca, numa relação etnográfica, os dois entes deste processo comunicativo dividem a mesma posição, o mesmo ponto de vista, ou seja, a mesma realidade. Nesta visão, não seriam as culturas acessos diferentes à mesma natureza. Mas sim a cultura como um *a priori*, e as naturezas como dependentes deste ponto de vista ocupado pelo indivíduo. Ele dá exemplos.

Here I have in mind the type of myth where, for example, the human protagonist becomes lost deep in the forest and arrives at a strange village. There the inhabitants invite him to drink and refreshing gourd of “manioc beer”, which he accepts enthusiastically and, to his horrified surprise, his host place in front of him a gourd brimming with human blood (Viveiros de Castro, 2004: 9).

Este tipo de história, comum na bibliografia de Viveiros de Castro, resume toda a teoria do perspectivismo, e por consequência, a ideia de Equívoco. Depois de ser

capturado por outro ponto de vista, o humano passa a ver os animais como pares, como humanos também. É no momento de tomar a bebida que ele percebe o erro. O que o interlocutor chama de cerveja de mandioca, na verdade, para ele, é sangue humano. O mesmo nome, em realidades distintas, serve para designar coisas completamente diferentes. Aí está o equívoco, fundamento da comunicação, na visão deste autor. Ou seja, não é o entendimento, o consenso e a ordem, mas sim a incompreensão que marca o processo comunicativo. Ele desenvolve este pensamento a partir do encontro interétnico entre índios e brancos. E transforma assim o perspectivismo num tipo de teoria antropológica. O que pretendemos é estender este pensamento para todo ato comunicativo. Algumas pistas na própria explicitação do conceito nos permitem empreender este alargamento. “The equivocation (...) is the limiting condition of every social relation, a condition that itself becomes superobjectified in the extreme case of so-called interethnic or intercultural relation, where the language game diverges maximally” (Viveiros de Castro, 2004:12). Não são culturas distintas apenas. São mundo diferentes, ontologicamente distintos. Dentro da teoria do perspectivismo, como já vimos, é a cultura que permanece, e não os objetos, que se transformam, de acordo com o olhar, com o ponto de vista ocupado. Traduzir seria, neste caso, explicitar o equívoco, mostrando que se fala de coisas diferentes, usando o mesmo nome. E mais: traduzir passaria então por transforma-se um pouco no outro, ocupar, mesmo que imaginariamente, o seu ponto de vista. Por isso, a boa tradução seria aquela que trai a língua de destino, transformando-a a partir desta experiência. Uma tradução perspectivista envolve a incorporação da forma de vida do outro.

Acreditamos ser possível tomar este pensamento como um tipo de teoria da Comunicação. Do que estão falando todos estes pontos da rede sociotécnica em que vivemos, quando falam em jornalismo? Não seriam as câmeras, os microfones, os telefones celulares, *tablets* e outros dispositivos móveis, tipos de acoplamentos, roupas que nos permitem entrar na perspectiva repórter? Viveiros de Castro propõe que a antropologia se transforme pela antropologia nativa: se ela quer pensar como o índio, precisa assumir o corpo dele, deixar-se afetar e transformar-se. Esta abordagem assume uma via em que o conhecimento faz-se na relação, no trabalho de campo, num tipo de epistemologia relacional, que aposta na produção de conhecimento extra-paredes, fora do laboratório. Desta maneira, deslocamos o equívoco da relação entre antropólogos e nativos para outra relação: entre jornalistas profissionais e jornalistas não-profissionais.

### **UM MUNDO PERIGOSO PARA JORNALISTAS**

Nossa abordagem propõe um deslocamento da epistemologia, ou seja, do *modus operandi* do jornalismo, para uma preocupação ontológica, a maneira como o jornalista se coloca no mundo e como este ponto de vista o constitui, a partir do *Equívoco*, no encontro com o Outro. Esta seria a condição primeira de toda e qualquer relação social, portanto, de todo ato comunicativo, de toda *invenção*. Mas em alguns casos este descompasso entre as realidades torna-se mais evidente. Como

no encontro entre os jornalistas profissionais da bancada do Programa Roda Viva e os jornalistas não-profissionais da mídia Ninja. Um momento que sintetiza todo um fluxo de acontecimentos que transborda os limites do conceito de jornalismo (seja ele qual for...) e torna visível os desencaixes de um mundo onde as dicotomias vem sendo reforçadas, a cada momento.

De acordo com Michel Foucault (1996), o lugar do sujeito é criado a partir de um discurso sobre este lugar. É assim, por meia da nomeação, que se cria o limite entre o que está dentro e o que está fora do conceito. Cria-se uma epistemologia, com o rigor que deixa de fora o que não se encaixa. O discurso sobre a profissão produziria, assim, uma epistemologia que define o que é ser jornalista, garantindo, mesmo que à força, um tipo de identidade que parece estável. A eclosão de novos sujeitos comunicadores, muito a partir das lutas atuais, como dissemos inicialmente, vem contestar um discurso sobre a profissão tecido há anos por profissionais e empresas de comunicação. E, de alguma maneira, liberta algumas vozes da caverna escura da invisibilidade a que estariam fadadas por transbordarem os papéis a que estariam reprimidos nas narrativas da imprensa brasileira. De todo modo, esses novos sujeitos em visibilidade reclamam a legitimidade de suas ações enquanto prática jornalística, obviamente não no mesmo sentido daquele que povoa o imaginário profissional. Por outro lado, jornalistas profissionais reclamam a credibilidade histórica de seus manuais de redação e códigos de ética, fazendo pulsar a maiúscula do Jornalismo. O equívoco aqui é justamente o abandono da compreensão do Equívoco. E, não raramente, isso tem alimentado a necessidade de uma espécie de proteção identitária por parte de um e outro grupo.

Donna Haraway (2000: 36) nos apresenta um mundo no qual já não há separação entre homem e máquina, dominado pelo *ciborgue*, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção”, um ser já presente e espalhado por todo o mundo neste momento, levando em conta a quantidade de próteses e acoplamentos com objetos tecnológicos que realizamos todos os dias. A figura é uma metáfora da condição de ser no mundo, numa aposta que investe na simetrização entre humanos e não-humanos, e em última análise, entre todas as diferenças, já que o ciborgue também “significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político” (Haraway, 2000: 50). Haraway grita pelo ser autônomo, emancipado: o ciborgue, híbrido de máquina e organismo, recurso imaginativo e ficção. Mais que isso: é um manifesto pela legitimidade da incompletude: o não enquadramento da condição humana em modelos totalitários e identitários.

É, a nosso ver, o grito da Margem como Encontro. É o transbordamento do Equívoco, sua ode. O que tem sentido contrário das dicotomias utilizadas e defendidas nos embates os quais presenciamos hoje nas ruas e fora delas, e que incluem uma disputa por vezes velada, por vezes escrachada, entre jornalistas tradicionais e midiativistas, pela posse de um pretensão fazer jornalístico *verdadeiro*: mantêm-se, no

geral, uma fronteira bastante sólida e encharcada de ódio entre *Nós e Eles* e, junto a isso, disputas entre lógicas e desejos necessariamente diferenciados (existem por necessidade em oposição às lógicas e desejos do Outro). Assim, os holofotes da mídia tradicional sobre aspectos precisos da morte do repórter cinematográfico Santiago Ilídio Andrade, da TV Bandeirantes, quando estava cobrindo os protestos do dia 6 de fevereiro de 2014 no Rio de Janeiro, sugerem uma tentativa de encarceramento da *perspectiva jornalismo*. Santiago fora atingido por um rojão que, a princípio (as investigações ainda não estão conclusas), partiu das mãos de Caio Silva e Souza e Fábio Raposo, indiciados por homicídio doloso, quando existe a intenção de matar<sup>2</sup>, numa investigação baseada em imagens de câmeras de segurança e de canais de televisão, além de fotografias. O editorial do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão, do dia 10 de fevereiro ilustra bem a postura geral da grande imprensa em relação ao episódio. Grosso modo, *adotou-se o cadáver que faltava*. O âncora e editor do JN, William Bonner, qualificou o episódio como atentado à liberdade de imprensa e exaltou a função dos jornalistas “profissionais” na construção do conhecimento sobre o mundo:

BONNER: Foi uma atitude autoritária, porque atacou a liberdade de expressão; e foi uma atitude suicida, porque sem os jornalistas profissionais, a nação não tem como tomar conhecimento amplo das manifestações que promove.<sup>3</sup>

Quando Bonner cita “jornalistas profissionais”, deixa de fora do espectro os novos sujeitos dos quais falamos. Na página da Mídia Ninja, um *post* publicado no mesmo dia 10 de fevereiro faz a contra-narrativa combativa ao teor dos discursos insurgentes na mídia tradicional sobre a morte de Santiago:

Poucos souberam do óbito do ambulante Tasman Amaral Accioly, um idoso, atropelado por um ônibus durante o caos instaurado pelas bombas da Polícia Militar em plena Central do Brasil, ou dos casos ocorridos em Belo Horizonte e Ribeirão Preto (SP) no ano passado. (...) A versão oficial dos fatos está na mão de justiceiros seletivos, que ocultam cadáveres, ocultam violências, até que surja uma que se encaixe em sua narrativa que criminaliza a todos. (...) Que os atos de hoje e de amanhã, justos e necessários, sejam também uma homenagem a sua vida e a vida de todos que morreram documentando e lutando por um país diferente.<sup>4</sup>

Estamos, de fato, imersos em uma guerra de significados. Cada um abocanhando a perspectiva que mais lhe parece justa e/ou conveniente, quando na verdade, é a perspectiva que deve nos interpelar. Num terreno fortemente marcado por relações de poder historicamente construídas, é compreensível que os novos atores bradem por visibilidade de maneira tão enfática. E esse movimento traz necessariamente um revide simbólico de jornalistas *profissionais*, como qualificou Bonner. No seu *Manifesto Ciborgue*, Haraway (2000: 51) vai dizer que “uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças”. Ou

<sup>2</sup> Fonte: <http://br.noticias.yahoo.com/acusados-de-lan%C3%A7ar-roj%C3%A3o-em-cinegrafista-ser%C3%A3o-indiciados-no-rio-de-janeiro-181733895.html>.

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=jvqaTbOWqQc>

<sup>4</sup> Fonte: [www.facebook.com/midiaNINJA](http://www.facebook.com/midiaNINJA)

habitamos a perspectiva do Outro, assumindo a incompreensão como essência do processo comunicativo (não necessariamente algo a ser combatido, algo negativo, mas algo orgânico a todas as relações sociais) ou seremos cegos de uma única visão.

### CONCLUSÕES PRELIMINARES

A compulsão maníaca por encontrar um Inimigo atua, a nosso ver, contra a possibilidade de subversão existencial defendida por Haraway e esperançosamente acreditada por nós. De modo que urge cada vez mais a necessidade de se buscar maneiras de tecer enlaces ao invés de embates. De pousarmos nos equívocos e povoarmos legitimamente outras perspectivas – assumindo sua historicidade e sua metamorfose, seus riscos e suas lutas. Ou estaremos encharcados, acreditamos, das mesmas dicotomias/perspectivas de sempre, e as mudanças possíveis com tanto ódio – sujeito dos embates atuais, serão em sua maioria aquelas relacionadas a posições de poder (ainda seremos somente nós mesmos, velhacos nas mesmas dicotomias de sempre, embora em outras posições de poder).

Uma pesquisa que aposta no conhecimento como uma forma de produção relacional sempre parece estar em movimento. As notícias (produzidas por jornalistas profissionais, ou não) sobre a morte do repórter cinematográfico Santiago Andrade e seus desdobramentos nos interpelaram durante o processo de produção deste artigo. Por isso mesmo funcionam como um exemplo, inacabado, porque em processo, de pesquisas que se constroem no caminho. Este trabalho reúne os olhares e as primeiras argumentações em torno dos objetos de pesquisa dos autores, ambos doutorandos em Comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972 – 1990*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. Loyola: São Paulo.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Haraway, D. (2000). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. T. Silva (org), *Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Autêntica: Belo Horizonte.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Taddei, R. (2013). *A Invenção da Violência (das Torcidas Argentinas de Futebol)*. Manuscrito.
- Viveiros de Castro, E. (2004). Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. Tipiti. *Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 2. Disponível em <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1>. Acesso em 20.05.2013.
- Viveiros de Castro, E. (2002). Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena. In E. Viveiros de Castro, *A Inconstância de Alma Selvagem* (pp. 345-399). São Paulo: Cosac & Naify.

Wagner, R. (2010). *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

### **OUTRAS REFERÊNCIAS**

Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 05 ago. 2013, 90 min., arquivo digital .WMV.

Taddei, R. (2013). *O sentido das manifestações não se resume à demanda por uma resposta do Estado. O mundo é muito maior que o sistema político*. Entrevista ao Blog Uma (in)certa antropologia. 08 jul 2013. Disponível em <http://umaincertaantropologia.org/2013/07/08/o-sentido-das-manifestacoes-nao-se-resume-a-esperar-uma-resposta-do-estado-o-mundo-e-muito-maior-que-o-sistema-politico/>. Acesso em 10.10.2013.

## No mundo das mediações, a comunicação face a face se tornou démodé?

ANA MARIA DANTAS DE MAIO

anamaio@uol.com.br  
*Embrapa Pantanal*

### Resumo

Diante do quadro de constante evolução tecnológica na área da comunicação e de deslumbramento em torno das crescentes possibilidades de interação via máquinas, sugerimos uma reflexão a respeito da situação atual e das perspectivas da comunicação face a face, aquela em que os participantes compartilham os mesmos referenciais de tempo e espaço. A proposta metodológica explora os pensamentos do português José Pinheiro Neves, do brasileiro Ciro Marcondes Filho e do espanhol Antonio Lucas Marín. Direta ou indiretamente, eles dedicam-se à análise da comunicação presencial em comparação com a comunicação mediada, relatando seus efeitos sociais, seus problemas e potencialidades. Neves estabelece uma profunda discussão a respeito do apelo do objeto técnico e explica que a mediação técnica não é um fenômeno recente. Marcondes Filho demonstra intensa preocupação com o papel que as mediações assumem na sociedade contemporânea. Lucas Marín compara a comunicação mediada com a comunicação direta no ambiente organizacional e contribui para o entendimento das diferenças. Embora alguns estudos apontem para a tendência de automatização das relações por meio dos contatos mediados, sustentamos que existe na atualidade demanda social para a comunicação face a face, que vive momento de valorização, em virtude de sua raridade, especialmente no contexto das organizações.

**Palavras-Chave:** Comunicação face a face; comunicação mediada; objeto técnico; comunicação não-verbal

---

### INTRODUÇÃO

Explorar o conhecimento de um pesquisador brasileiro, um português e um espanhol a respeito da comunicação face a face tornou-se um desafio que comunga com a preocupação central do 2º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, que é valorizar as línguas ibéricas na pesquisa em comunicação. Mergulhar nos trabalhos de Ciro Marcondes Filho, José Pinheiro Neves e Antonio Lucas Marín é uma experiência gratificante para qualquer estudioso que se interesse pela humanização/tecnificação da comunicação. Os três autores apresentam maturidade científica digna de reconhecimento internacional.

Abordagens teóricas e as pesquisas empíricas tendem a refletir a realidade vivenciada pelos indivíduos, por grupos, pelas organizações e pela sociedade, construindo um conhecimento científico a respeito das experiências humanas da atualidade. Ao menos no Brasil, há relatos de que a comunicação face a face vem sendo retomada e revalorizada, especialmente no ambiente organizacional<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Estudos de Ferreira (2011), Martins (2012) e Bettega (2013) indicam a retomada da comunicação face a face por organizações brasileiras.

Pessoas – sejam elas momentaneamente identificadas como empregados, vizinhos, namorados, palestrantes, consumidores etc – gostam, em geral, de se comunicar com pessoas. Frente a frente. Com todos os riscos e todas as glórias que esse contato possa representar.

Os pensamentos dos investigadores ibéricos e do brasileiro apresentam particularidades e zonas de sombreamento que nos instigam a aprofundar o saber a respeito dessas obras. Concluímos que os três têm muito a contribuir para o conhecimento científico a respeito da comunicação face a face e das relações entre homens e máquinas. Suas abordagens vão da forma de observar essas relações até a constatação de que o quadro é irreversível (e preocupante) e precisa ser melhor compreendido.

### **METODOLOGIA**

O percurso metodológico seguido por este artigo inclui a pesquisa bibliográfica, com o firme propósito de compor uma revisão de literatura a respeito da comunicação face a face, envolvendo, por aderência, as relações entre o homem e os instrumentos técnicos mediadores. Fixamos nosso *corpus*, intencionalmente, nas obras de um autor português, um espanhol e um brasileiro, em função da proposta deste congresso de comunicação, que é “fomentar a valorização das línguas ibéricas como línguas de conhecimento e de produção científica e estreitar os laços de cooperação entre os investigadores dos países desta vasta região”.

Chegamos a esses autores por meio de busca de material em livrarias no Brasil, consultas a artigos disponibilizados on-line e checagem de referências bibliográficas. A obra de Neves nos foi “apresentada” durante a Conferência Interfaces da Lusofonia, realizada em Braga, Portugal, em julho de 2013. Até este momento, não tínhamos conhecimento dos estudos deste autor. A pesquisa bibliográfica foi complementada com reflexões teóricas em torno dos pensamentos dos três.

### **RESULTADOS**

José Pinheiro Neves tem se dedicado ao estudo das formas mediadas de comunicação em Portugal. Em artigo publicado com Joel Felizes durante a 7ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, ele avalia as novas formas de participação eletrônica nos governos locais portugueses. Os dois sociólogos constatam que a gestão das questões políticas ainda é muito baseada na comunicação face a face. “É possível que estes novos mecanismos impliquem a redução na qualidade daquela comunicação por causa da significância fundamental atribuída ao contato pessoal” (Neves & Felizes, 2007: 8).

Entretanto, suas reflexões mais profundas propagam-se em sua tese de doutoramento na Universidade do Minho em 2005, onde aborda a relação entre os homens e os objetos técnicos, importante para subsidiar teoricamente pesquisas a respeito da mediação e da comunicação face a face. Ele explica que esta relação é bastante antiga e hoje ganha evidência em função da conscientização que temos do uso da técnica. Neves defende o seguinte argumento:

A técnica é a característica mais importante daquilo que se considera *humano*. Assim sendo, na hipermodernidade, não há uma mudança qualitativa, há *apenas* uma intensificação/actualização de algo que virtualmente já existia desde o começo do antropomórfico, da desterritorialização iniciada com a posição erecta e com o surgimento dos signos linguísticos (Neves, 2006: 19).

Ou seja, para ele, a tecnificação é um processo quase natural, ao qual é desnecessário atribuir juízo de valor. O pesquisador assume o objeto técnico como prótese concreta do homem e alerta para as abordagens tecnofóbica, preocupada com o possível domínio da sociedade por robôs, e tecnofílica, “que aponta para uma sociedade ideal em que as máquinas permitem uma vida feliz” (Neves, 2006: 119). Tomar conhecimento da existência dessas duas perspectivas contribui para estabelecer a vigilância epistemológica em pesquisas da área, considerando que nem sempre o cientista vale-se do distanciamento ideal para abordar de forma desapaixonada o avanço tecnológico ou o apego às formas mais tradicionais de contato.

Neves (2006: 71) acrescenta que os “objectos externos (os instrumentos técnicos) articulam-se com os *objectos* internos (mudanças na biologia anatômica que correspondem a funções motoras ou de memória/aprendizagem) numa constante ida e vinda entre exterior e interior”. Essa observação nos permite inferir que o organismo humano adapta-se às tecnologias. Quem ainda não se deu conta de que, antes do advento das agendas eletrônicas embutidas nos aparelhos celulares, os indivíduos esforçavam-se mais para memorizar números de telefones importantes? Representantes das chamadas gerações X ou Y desenvolveram as habilidades necessárias para gerar fogo sem a facilidade de se apertar um botão ou riscar um fósforo? Que tal lembrar ou imaginar como eram feitas as operações matemáticas antes da invenção da calculadora?

O pensamento de Neves busca explicar a autonomia que o objeto técnico – utilizado nas mediações – vem obtendo ao longo do desenvolvimento social e tecnológico. A princípio, ele coloca que as diferenças entre os objetos mais simples e os mais avançados estariam “no grau de complexidade do mediador técnico” (Neves, 2006: 95). No entanto, após uma análise mais profunda, reconhece que “os sistemas em rede, os computadores, são próteses cada vez mais autônomas da nossa memória e da nossa capacidade de comunicação” (Neves, 2006: 99), sendo improvável que se projetem máquinas sem levar em conta os corpos humanos.

Aparentemente, o que preocupa o pesquisador não é uma possível substituição do homem pela máquina – e por que não, por analogia, da comunicação face a face pela comunicação mediada –, mas o processo de hibridez que envolve toda essa transformação/atualização.

Estamos perante um processo híbrido em que seres orgânicos e inorgânicos criam um terceiro meio. De facto, a concretização, como organização autônoma da matéria inorgânica, ganha uma autonomia histórica diferente da dos homens que fabricaram o objeto. (Neves, 2006: 101).

Em nosso entendimento, essa hibridez no campo das modalidades de comunicação aqui estudadas envolveria o conjunto de influências provocadas pelo uso

da tecnologia sobre o contato face a face. Por exemplo, o tipo de linguagem empregada em diálogos instantâneos pela internet e as formas de auto-apresentação dos indivíduos nesses mesmos ambientes já modificam comportamentos, discursos e relacionamentos nas situações de comunicação presencial, descaracterizando-as em relação aos padrões convencionais.

Na contemporaneidade, de acordo com Neves (2006: 103), “o essencial situa-se no facto de o homem deixar de ser o único actor autenticamente intencional, passando a ser atravessado pela intencionalidade da ferramenta/aparelho”. Para os estudos de comunicação face a face, compreender essa concepção de não neutralidade da ferramenta mediadora é fundamental, já que ela vai interferir não apenas no processo de transmissão de conteúdo, como também na construção de relacionamentos caracterizados por influências recíprocas entre os interlocutores.

Segundo ele, o alargamento das próteses cada vez mais humanizadas permite que o homem projete-se cada vez mais no tempo e no espaço, transpondo barreiras que anteriormente limitavam essa comunicação. A percepção dessa mudança e a reflexão sobre ela seriam a chave para compreender e absorver o novo. “O que muda substancialmente não são as nossas ligações aos objectos técnicos, mas antes a consciência destas ligações” (Neves, 2006: 128). O pesquisador constata que as transformações ocorrem agora de forma mais acelerada do que no passado e esse novo ritmo traz consequências sociais na medida em que impõe rupturas e modificações em nossa forma de pensar, na adoção de novos paradigmas e no abandono de algumas tradições.

Observação semelhante em relação a essa aceleração é descrita em uma das obras mais recentes do sociólogo e jornalista Marcondes Filho, vinculado à Universidade de São Paulo:

Em verdade, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam a esse diagnóstico [refere-se aos efeitos provocados pela cibercultura]. Não por incapacidade, nem por considerá-lo menor, mas, simplesmente, pela própria rapidez com que as coisas são incorporadas, pela velocidade vertiginosa da mudança tecnológica, pelo desassossego que traz às vidas acostumadas à avaliação cautelosa, cuidadosa, ponderada [...]. Voltamo-nos à questão da técnica, da introdução de novos modos de pensar, da nova linguagem imposta pelas trocas comunicacionais na rede, da relação com as comunidades sociais físicas, da alteridade e da estética (Marcondes Filho, 2012: 9).

As particularidades da comunicação face a face e da comunicação mediada permeiam boa parte da obra do pesquisador brasileiro, que se manifesta criticamente em relação à precariedade e fragilidade dos laços estabelecidos a partir das mediações. Para Marcondes Filho (2008), as conversas via internet até permitem que se crie uma relação, mas impedem a ocorrência de elementos extralinguísticos fundamentais para homologar a comunicação. Antes de prosseguirmos na análise do pensamento desse estudioso a respeito da comunicação face a face, convém apresentar o entendimento que ele viceja a respeito de comunicação:

Comunicação é antes *um processo*, um acontecimento, um encontro feliz, o momento mágico entre duas intencionalidades, que se produz no “atrito dos corpos” (se tomarmos palavras, músicas, ideias também como *corpos*); ela vem da criação de um ambiente comum em que os dois lados participam e extraem de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum deles, e que altera o estatuto anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem (Marcondes Filho, 2004: 15).

Nota-se que a concepção dele envolve, necessariamente, a modificação nos interlocutores que participam do processo. Para que a comunicação se efetive, é preciso que haja influência recíproca (que exige tempo e continuidade da relação). Críticos de Marcondes Filho o consideram exigente demais por acatar como comunicação apenas esse fenômeno tido como de alta qualidade. A partir desse entendimento, torna-se mais fácil compreender o valor que o pesquisador atribui aos contatos presenciais.

Em uma de suas obras em que propõe uma nova teoria da comunicação, o autor chega a relatar com detalhes as diferenças de um suposto contato presencial, por telefone e em uma conversa digitada por computador com a mulher amada. O relato é extenso, mas podemos degustar um pequeno trecho:

É diferente quando eu estou com minha amada pessoalmente, quando falo com ela por telefone e quando “conversamos” por MSN<sup>2</sup>. Trata-se de situações essencialmente distintas, que não permitem comparação. No contato direto, eu disponho dela o tempo todo, não apenas quando eu falo com ela. A fala, inclusive, dilui-se numa totalidade maior que é a situação contínua de estar lá, no mesmo espaço que ela e na duração [...]. No dia seguinte, distante geograficamente dela, eu lhe telefono. Ouço uma sonoridade de voz, um timbre, um calor afetivo, um humor, uma disponibilidade em conversar [...]. A fala, a voz, o timbre e o humor projetam para o campo dos sonhos o que foi vivido materialmente na presença. E a voz ao telefone ganha a densidade de algo possibilitador, de um canal com meu imaginário, de um materializador de minhas fantasias. [...]. Em outro momento, volto a procurá-la, mas, dessa vez, pela comunicação instantânea do MSN. Lá está ela novamente, com seu humor, sua espiritualidade, sua graça, me fazendo rir [...]. Agora, já tenho dificuldade em construir uma cena. Eu a imagino diante do computador, ereta, atenta, às vezes dispersa por telefonemas eventuais, mas, ali, telepaticamente sintonizada na mesma onda de frequência que eu, agora reduzindo sua expressividade ao texto, ao discurso, à escrita. [...] Ainda se trata da mesma pessoa, mas, apesar da instantaneidade do tempo real, é uma evocação mais remota, mais longínqua, mais difusa. (Marcondes Filho, 2010: 110-112).

Parte da essência do pensamento de Marcondes Filho pode ser apreendida por meio das três citações acima. Sua produção científica é extensa e, indubitavelmente, agrega um rico material para estudiosos da comunicação face a face, que agrada aos tecnofóbicos e perturba os tecnofílicos.

Lucas Marín também é sociólogo, vinculado à Universidade Complutense de Madri. Seu interesse pela comunicação face a face em contraponto à comunicação mediada se manifesta nos estudos sobre as organizações, com destaque para o livro “La comunicación en la empresa y en las organizaciones”, de 1997. Depois desta publicação, o pesquisador lançou o livro “El estudio de la realidad social” (2004),

<sup>2</sup> Essa ferramenta de comunicação instantânea foi desativada no Brasil em 2013, depois de adquirida pelo Skype.

considerado um importante tratado de sociologia, e manteve suas investigações a respeito da cultura organizacional<sup>3</sup>.

Embora receba elogios pela abrangência e pertinência do conteúdo, “El estudio de la realidad social” é criticado por não aprofundar as análises relacionadas à sociologia contemporânea. “Mais ênfase poderia ter sido dada a questões como a Internet, que constitui um novo campo de pesquisa como um meio social ‘estendido’ em relação ao mundo físico” (Rivera Fernandes, 2011: 158, tradução nossa).

Essa crítica não caberia à obra anterior, em que o professor avalia com profundidade a ocorrência da mediação nas empresas. “Las organizaciones son, por tanto, las impulsoras de las grandes tecnologías de la información y también sus principales consumidoras” (Lucas Marín, 1997: 119).

O pesquisador aponta que o uso de instrumentos de mediação ou de comunicação de massa se faz necessário quando a mensagem precisa atingir um número maior de interlocutores. Neste caso, os contatos face a face tornam-se ineficazes. “La utilización de un medio dificulta u oscurece de alguna manera el mensaje emitido, complica el proceso emisor, hace necesario una doble codificación y decodificación” (Lucas Marín, 1997: 117). Segundo ele, os meios modificam o processo de comunicação face a face porque introduzem uma nova instância entre o emissor e o receptor.

“Puede considerarse que la forma más sencilla y elemental de comunicación es la que se da entre dos personas que hablan cara a cara” (Lucas Marín, 1997: 105). Essa aparente simplicidade, na verdade, envolve uma complexa conjunção entre elementos verbais e não-verbais, sendo que estes últimos são reconhecidos apenas quando os interlocutores compartilham o mesmo espaço no mesmo momento.

Lucas Marín sustenta uma concepção de comunicação que pressupõe uma reação do outro, um movimento, uma modificação no receptor. “La recepción de la información produce necesariamente algún tipo de cambio en el receptor, alguna reacción, aunque no sea la deseada” (Lucas Marín, 1997: 95). Ele também considera a comunicação algo mais do que a simples transmissão de conteúdo a alguém.

Essa breve incursão pelo pensamento dos três estudiosos nos permite desvendar novos olhares sobre a comunicação face a face, considerada até então menos complexa que os processos comunicacionais envolvendo artefatos mediadores. No entanto, se levarmos em conta as mudanças nos padrões de sociabilidade dos tempos atuais, em que a máquina está incorporada nos processos interacionais<sup>4</sup>, veremos que o contato olho no olho – acompanhado dos intrínsecos elementos não-verbais – pode, potencialmente, atuar como complicador das relações humanas entre gerações que não tiveram a oportunidade de explorá-lo.

<sup>3</sup> O artigo de Dimitrova & Lucas Marín (2006) traz uma análise muito interessante sobre a função da cultura no ambiente organizacional.

<sup>4</sup> Em nossa visão, interação e comunicação são processos distintos, sendo que o primeiro contempla apenas o contato físico e as trocas de conteúdos, condições para que ocorra a comunicação. Entendemos esta última como um fenômeno complexo que envolve não apenas o compartilhamento de mensagens, mas a construção de sentido, as influências recíprocas e os aspectos relacionais favorecidos ou prejudicados a partir destes contatos.

## DISCUSSÃO

A relação do homem com a técnica está presente nas obras de Neves, Marcondes Filho e Lucas Marín, três sociólogos de diferentes escolas que se predispuseram a estudar o uso das tecnologias e as relações humanas. A aceleração da evolução tecnológica e a imposição de novas maneiras de pensar em função desse outro ritmo é uma preocupação demonstrada por Neves e Marcondes Filho. Os dois fundamentam parte de suas análises em Heidegger, que preconiza certa cautela nas relações com a técnica:

Mas nós podemos ligar-nos de uma outra forma. Podemos utilizar as coisas técnicas, servir-nos dela normalmente, mas ao mesmo tempo libertarmo-nos, de forma que a todo o momento conservemos uma distância em relação a elas. Podemos utilizar os objectos técnicos como se deve usar. Mas podemos, ao mesmo tempo, deixá-los a eles mesmos como se não nos atingissem naquilo que temos de mais íntimo e próprio. Podemos dizer “sim” ao emprego inevitável dos objectos técnicos e podemos, ao mesmo tempo, dizer “não”, no sentido em que os impedimos de nos açambarcar e assim de falsificar, confundir e finalmente esvaziar o nosso ser. (Heidegger, 1966: 178 cit. em Neves, 2006: 17-18).

Embora os dois citem o filósofo alemão, nota-se que Marcondes Filho segue sua mesma linha de pensamento, enquanto Neves constata “algo de mal” nessa voz. Para o português, a forma de se pensar a relação homem x máquina não deve ser dicotômica – “a forma binária de pensar [...] não é inofensiva” (Neves, 2006: 130). Ele propõe uma terceira via<sup>5</sup> de análise da técnica, equidistante das abordagens tecnofóbicas e tecnofílicas. Para o investigador, as técnicas são como próteses quase naturais do homem – nem positivas, nem negativas –, sobre as quais “é ainda possível actuar” (Neves, 2006: 131).

Marcondes Filho já foi mais cético em suas publicações. Chegou a afirmar que a internet representaria a supressão do mundo real-material (Marcondes Filho, 2001). Mais recentemente, reconhece:

Fato é que o mundo digital ou a chamada cibercultura veio para ficar, e cabe a nós, pensadores da comunicação, avaliar que efeitos provoca, quem é o novo homem que é aí engendrado, que transformações na cultura, na política, na sociedade, enfim, em nossas vidas ela está provocando; verificar o que é espetacular, assim como o que é preocupante (Marcondes Filho, 2012: 9).

No entanto, o brasileiro mantém sua postura crítica em relação às mediações e mostra-se coerente com a valorização que sempre atribuiu à comunicação face a face, tida como cada vez mais rara em sua percepção. Diz Marcondes Filho (2012: 14) que “nós, meros usuários, ‘diferentes insignificantes’, rastejamos por migalhas de uma comunicação desaparecida ou rarefeita como o oxigênio no pico das montanhas. Mesmo que pouco, precisa ser respirado para nossa sobrevivência. Nossa e da humanidade inteira”.

Neves e Lucas Marín tratam em seus estudos da questão da participação e do engajamento dos atores sociais; o primeiro no âmbito da política e o segundo, no

<sup>5</sup> O autor chega a comparar essa terceira voz à cana de bambu: frágil, mas resistente, porque flexível.

do trabalho. É certo que a comunicação está diretamente vinculada a essa tentativa de mobilização e, neste caso, a forma de abordagem (face a face ou mediada) pode ser decisiva em cada processo. No mundo do trabalho, Lucas Marín (1997: 42) coloca que “el requisito previo para la participación está en una atención exquisita a los procesos comunicativos”, que devem ser preferencialmente circulares, e não lineares.

Em seu estudo sobre a participação mediada de cidadãos junto aos governos locais, Neves (2007: 7-8) acrescenta que “a condição periférica e o baixo nível de recursos humanos e financeiros em governos locais poderiam ser apontados como as razões mais importantes para a relativamente baixa maturidade do *e-governo* e da *e-participação* locais em países como Portugal”. Portanto, tanto o modelo de comunicação adotado em empresas como as circunstâncias que abarcam os governos locais respondem pelas possibilidades ou não de engajamento social. Os campos da sociologia e da comunicação têm muito a contribuir com os diagnósticos e planejamentos para que o envolvimento dos sujeitos seja estimulado.

Localizamos ainda outras intersecções nos trabalhos de Marcondes Filho e Lucas Marín, além da concepção semelhante que os dois compartilham de comunicação – fenômeno que deve, necessariamente, provocar mudanças na alteridade. O brasileiro e o espanhol dedicam parte de sua atenção à comunicação não-verbal, atribuindo uma importância considerável aos elementos que complementam o uso da linguagem verbal (falada ou escrita). “Os gestos, a postura, a entonação, as expressões faciais competem com o enunciado propriamente dito e muitas vezes são contraditórios a ele. Os meios não-verbais, a linguagem do corpo e da situação, mentem menos” (Marcondes Filho, 2010: 330).

Nossa análise permite observar que a obra de Marcondes Filho está focada na comunicação humana, enquanto Lucas Marín se volta ao universo da comunicação organizacional e Neves reflete teoricamente sobre as relações envolvendo os instrumentos mediadores. Embora os estudos pareçam dispersos, um autor complementa com muita propriedade o pensamento do outro.

## CONCLUSÃO

A obra dos três autores é suficientemente atraente e inovadora para configurar uma via alternativa a ser explorada por estudiosos de língua ibérica ou não. Neves, Lucas Marín e Marcondes Filho apresentam consistência para tornarem-se referências internacionais nas pesquisas sobre comunicação face a face e sobre as relações do homem com os instrumentos de mediação.

A profundidade das investigações dos pesquisadores revela que a comunicação face a face ainda tem elementos a serem desvendados, especialmente na contemporaneidade, em que os artefatos mediadores dominam as experiências de interação entre sujeitos e no ambiente empresarial. A provável hibridez, destacada por Neves, é um fenômeno recente e pouco conhecido, um objeto de pesquisa potencial.

Diante da tendência de desumanização dos contatos constatada por Marcondes Filho – ou da humanização do objeto técnico, como pondera Neves –, justifica-se a

continuidade das pesquisas envolvendo a comunicação face a face e as relações entre homens e máquinas. Como vimos na introdução, o ambiente empresarial no Brasil vem retomando recentemente a prática da comunicação presencial, o que, por si só, legitima os estudos neste campo.

Por fim, ponderamos que a comunicação face a face, por ter se tornado (momentaneamente?) incomum, tende a ser valorizada na mesma proporção de sua raridade nos níveis pessoal, organizacional ou social. Os trabalhos de Neves, Marcondes Filho e Lucas Marín não deixam muitas dúvidas de que ela abandonará seu passado démodé para se tornar (que nos desculpe a organização do congresso!) deliberadamente *fashion*.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bettega, M. L. (2013). A comunicação dos sentidos das redes sociais presenciais na elaboração de uma identidade cultural. In A. L. Novelli; C. P. Moura; J. J. Curvello (Eds), *Abrapecorp 2013 – Teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas: entre a tradição e a inovação* (pp. 118-137). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Dimitrova, E. S. & Lucas Marín, A. (2006). El concepto de cultura de las organizaciones: centralidad actual y evolución histórica. *Revista Internacional de Organizaciones*, 0, 65-76.
- Ferreira, E. G. M. (2011). *Diálogo social: a comunicação na construção dos relacionamentos das organizações com as comunidades vizinhas: o caso Ampla*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lucas Marín, A. (1997). *La comunicación en la empresa y en las organizaciones*. Barcelona: Bosch Casa Editorial.
- Marcondes Filho, C. (2001). Haverá vida após a internet? *Famecos*, 16, 35-45.
- Marcondes Filho, C. (2004). *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?*. São Paulo: Paulus.
- Marcondes Filho, C. (2008). *Para entender a comunicação: contatos antecipados com a nova teoria*. São Paulo: Paulus.
- Marcondes Filho, C. (2010). *O princípio da razão durante: o conceito de comunicação e a epistemologia metapórica: nova teoria da comunicação III, Tomo V*. São Paulo: Paulus.
- Marcondes Filho, C. (2012). *Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- Martins, M. T. M. C. (2012). *Diálogo e interações face a face na comunicação interna: um estudo da oralidade nas organizações*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Neves, J. P. (2006). *O apelo do objecto técnico*. Porto: Campo das Letras
- Neves, J. P. & Felizes, J. (2007). *E-participation in Portuguese Local Governments: a sociological approach*. Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, 7. Aveiro: APSI.
- Rivera Fernandes, M. L. (2011). El estudio de la realidad social. *Comunitania*, 2, 157-159.

## Caosmose e afetiv(ações) desterritorializantes rumo à amorosidade na comunicação e no turismo

MARIA LUIZA CARDINALE BAPTISTA

malu@pazza.com.br  
*Universidade de Caxias do Sul*

### Resumo

O presente texto apresenta a reflexão sobre o contraponto entre caosmose e afetivações desterritorializantes, como elementos de proposição de uma *Teoria Amorosa da Comunicação e do Turismo*, associada a *práticas de investigação 'inscricionais'*. Entende-se que a proposição é coerente com o *caráter mutacional e caosmótico* dos fenômenos comunicacionais e turísticos, considerados, aqui, como 'acontecimentos' que resultam de *processos de desterritorialização e de encontros de corpos afetivados*. A noção de desterritorialização é especialmente importante para ajudar a refletir sobre o cenário de internacionalização e os desafios inerentes à produção dos estudos na Ibero-América, com vistas a contribuir para a reflexão sobre a inserção dos pesquisadores dessa região, no cenário internacional. O referencial teórico é transdisciplinar envolvendo os pressupostos da Nova Teoria da Comunicação, proposta por Ciro Marcondes Filho; os estudos vinculados ao que a autora chama de Psicocomunicação, especialmente à Esquizoanálise; estudos do Turismo, que, através da noção de hospitalidade, reforçam as concepções de amorosidade e desterritorialização; bem como a Biologia Amorosa do Conhecimento, de Humberto Maturana, e a perspectiva da complexidade, a partir de Edgar Morin. A proposta deste texto decorre de um percurso de investigação que teve momento importante na Tese de Doutorado realizada na ECA/USP, sobre os processos de escrita dos jovens adultos, como expressão da subjetividade e da relação com os meios de comunicação. Sua concepção é consequência direta da vinculação ao Filocom, grupo de estudos coordenado pelo professor Ciro Marcondes Filho, na Universidade de São Paulo, e o contato com a perspectiva da Nova Teoria da Comunicação. Trata-se também de produção vinculada ao grupo de pesquisa AMORCOMTUR! Grupo de Estudos e Produção em Comunicação, Turismo e Amorosidade, da Universidade de Caxias do Sul (CNPq-UCS), coordenado pela autora, na Universidade de Caxias do Sul, no sul do Brasil. Atualmente, relaciona-se às três pesquisas desenvolvidas nessa universidade, especialmente à pesquisa intitulada Desterritorializações Desejantes em Comunicação e Turismo: Narrativas Especulares e de Autopoiese, no Mestrado em Turismo.

**Palavras-Chave:** Comunicação; caosmose; afetivações; desterritorialização; amorosidade e turismo

---

### PLATÔ<sup>1</sup> INICIAL

A temática deste artigo é complexa e pertinente às reflexões contemporâneas sobre a produção da Ciência, em sentido geral, e à produção do conhecimento nas áreas da Comunicação e do Turismo, mais especificamente. Os eixos conceituais relacionam-se ao contraponto entre *caosmose e afetivações desterritorializantes*, aqui entendidos como correlacionados e não como oposição. No cenário caosmótico, é urgente compreender como se processam e são possíveis 'afetivações desterritorializantes', que possam qualificar a reflexão e a produção nas áreas da Comunicação

---

1 O termo platô está sendo usado, aqui, como "zona de intensidade contínua", sentido atribuído por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995: 8).

e do Turismo. Entende-se que esses eixos podem ser desenvolvidos como elementos de proposição de uma *Teoria Amorosa da Comunicação e do Turismo*, associada a *práticas de investigação 'inscriacionais'*, nas duas áreas, essencialmente marcadas por afetivações especulares e desejanter.

A reflexão proposta é resultado de um processo de estudos na área de Comunicação, em nível de Mestrado e Doutorado, na Universidade de São Paulo, bem como da trajetória realizada em cinco universidades brasileiras, como docente e pesquisadora. Recentemente, minhas investigações têm avançado, na interface Comunicação e Turismo, graças ao meu ingresso como docente e investigadora no Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, no Sul do Brasil, com pesquisa que trabalha justamente o viés comunicacional do Turismo. A pesquisa realizada atualmente intitula-se *Desterritorialização Desejante em Comunicação e Turismo: Narrativas Especulares e de Autopoiese*. Vale destacar, também, que a criação e liderança do Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo e Amorosidade (AMORCOMTUR!), nessa instituição, nos últimos três anos, tem contribuído para aprofundar a discussão e desenvolver práticas investigativas coerentes com os pressupostos da Ciência Contemporânea, o que direciona as pesquisas para o que vem sendo chamado aqui de *práticas de investigação inscriacionais*, em que o sujeito pesquisador se inscreve, cria e aciona a investigação.

Ao longo desses 25 anos de pesquisas, tenho me debatido com a questão nodal, com o questionamento básico de qualquer profissional e pesquisador em Comunicação. Afinal, o que é a Comunicação? E ainda, os questionamentos que lhe são decorrentes: O que faz a comunicação acontecer? Como produzir comunicação, em meio aos caos de fluxos informativos? Como conseguir diferenciar-se e, de alguma forma, tocar o sujeito receptor, não como quem dispara um raio informativo, em busca de um efeito, mas como quem se propõe para o encontro? Como produzir conhecimento e investigação, saindo da 'dureza' dos caminhos tradicionais, aparentemente pré-fabricados, a serem aplicados a 'qualquer' pesquisa? Assim, com esses questionamentos iniciais e que têm marcado minha inquietação, como 'sujeito da comunicação', como cientista, estudiosa e educadora da área, também cheguei à área do Turismo e entendi que existem matrizes que transversalizam esses dois territórios de saber. Neste texto, estou abordando as matrizes, a partir dos eixos aqui denominados de *caosmose, afetivações desterritorializantes e práticas de investigação inscriacionais*.

A perspectiva teórica é transdisciplinar, o que é coerente com a discussão proposta e com o trânsito basilar entre as áreas de saberes, que marcam as minhas pesquisas. Essa costura de saberes, como eu costumo chamar, começa por Comunicação e Turismo, mas, pelas incursões teóricas que realizo, é bem mais ampla, entendendo os estudos das áreas em questão como fenômenos complexos, que podem e devem se valer de saberes outros, que auxiliam a compreensão e a produção do conhecimento.

Na perspectiva da mutação da Ciência, em sentido amplo, estão autores como Edgar Morin (1986, 1991, 1993, 1998, 2003, 2013), Humberto Maturana, (1998) Fritjof

Capra (1990, 1991, 1997), Roberto Crema (1989) e Boaventura Sousa Santos (1988, 1989, 2010), entre outros, que direcionam as investigações para a complexidade, para a compreensão das redes de cooperações e amorosidade da teia da vida, bem como os questionamentos aos pressupostos da Ciência Clássica. Além disso, meus estudos se valem de autores clássicos de Teoria da Comunicação e do Turismo, mas é importante destacar que a abordagem aqui apresentada associa-se à Esquizoanálise, perspectiva teórica que possibilita compreender os atravessamentos/agenciamentos inerentes aos processos de subjetivação na sociedade contemporânea, a partir dos engendramentos maquínicos e fluxos incorporais a-significantes. Há, nessa perspectiva, tanto o viés da Economia Política, que auxiliam a compreender como se desenvolvem e constroem as relações econômicas e de poder, quanto das Teorias da Significação e da Subjetividade. Dessa abordagem, a referência principal é o autor Felix Guattari (1987; 1988; 1992), com suas produções em parceria com Gilles Deleuze (1988) e Suely Ronik (1986). A vinculação à Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Comunicação e ao Grupo de Estudos Filosóficos em Comunicação (Filocom), da ECA/USP, também orienta a discussão para a noção de acontecimento comunicacional e as novas proposições, em termos de operacionalização da produção investigativa, a partir dos estudos de Ciro Marcondes Filho. (2009; 2010; 2013).<sup>2</sup>

Em termos de estratégia de escrita, opto por um caminho organizado a partir dos eixos teórico-conceituais, que podem ser lidos como trilhas teóricas, aqui denominadas 'platôs', em coerência com a orientação teórica esquizoanalítica. Vale ressaltar que a separação pretende ampliar a legibilidade, embora seja necessária a ressalva de que as linhas se entrelaçam, na construção do fenômeno que está sendo aqui analisado. Em um primeiro momento, abordo o conceito caosmose e o cenário dele decorrente. Em seguida, vêm à tona as afetivações desterritorializantes, buscando conceituá-las e discutir sua pertinência, para a compreensão de fenômenos de produção em geral e, especialmente, os da Comunicação e do Turismo. Depois disso, apresento aspectos da orientação epistemológica das práticas investigativas inscriacionais, que vêm sendo realizadas no Amorcomtur!, em Caxias do Sul. O texto é concluído com a proposição de uma Teoria Amorosa, para a Comunicação e o Turismo, pautada pela ética da relação e pela autopoiese, pela reinvenção dos sujeitos e das pesquisas nas duas áreas.

### **PLATÔ CAOSMOSE**

A expressão 'caosmose' dá título a um livro de Felix Guattari (1992), trazendo a composição a partir de caos, osmose e cosmo, o que ajuda a pensar o cenário contemporâneo, em sua complexidade, em tempos de internacionalização. A associação das palavras, nessa fusão, informa sobre a condição caótica e de osmose que

<sup>2</sup> Nem todas essas obras estão citadas diretamente, mas tenho claro que a produção do texto traz transversalidades decorrentes da reflexão, a partir dos saberes compartilhados por esses autores. São imanências reflexivas inscritas no texto. Por fidelidade aos parceiros teóricos, opto por mencioná-los, embora não me detenha em repetir suas palavras, já que a produção inscrita aqui é um texto meu, produzido com base em uma costura de saberes e vivências, que resultam nas minhas próprias proposições. Mantenho a expressão mais evidente de autores cujas marcas são mais fortes, para a discussão apresentada neste artigo.

caracteriza o cosmo, o universo – aqui considerado como matriz de análise para os sistemas analisados nos fenômenos comunicacionais e do Turismo, mas não só. Essa perspectiva chama atenção para o quanto é preciso levar em conta as dimensões visíveis e invisíveis - na terminologia esquizoanalítica, os universos corporais e incorporais. Pode-se dizer que são feixes, de dimensões múltiplas, que se entrelaçam, na produção da trama complexa, de saberes, de vivências, de sujeitos. Todos os fluxos são envolvidos 'em relação', por muitos agenciamentos, em uma engrenagem maquinaica<sup>3</sup>, que se movimenta por maquinismos abstratos, mais que nas expressões semiológicas e nas axiomáticas territorializadas<sup>4</sup>.

Penso que a palavra caosmose é emblemática para caracterizar a Ciência Contemporânea e também os processos comunicacionais e turísticos nesse cenário de internacionalização, do que Harvey (2005, 2012) chamou de "capitalismo por espoliação". Trata-se de uma marca dos nossos tempos, em que nos vemos desafiados a compreender a internacionalização dos processos relacionais, de trocas e de deslocamentos, no mundo. Esse desafio se depara com as novas configurações de forças políticas mundiais e os novos fluxos, de bens materiais, de recursos financeiros, de recursos naturais e, também, claro, de bens simbólicos e de pessoas. Há uma nova ordem de circulação de cultura e de conhecimentos em nível mundial. Uma ordem não pautada pela ordem, propriamente dita, mas pela caosmose.

Nesse ponto, a discussão se associa aos saberes múltiplos de que nos fala Edgar Morin. Esse autor, em seus textos, nos ajuda a compreender a produção de conhecimento como algo inerente ao Universo e suas transformações e, nesse sentido, que traz a marca indelével do caos, como processo intrínseco, não o caos contrário à desordem, mas o caos como complexidades em potencialidade, a partir do que ele chama de recursão organizacional.

Se a reforma do pensamento científico não chegou ainda ao núcleo paradigmático em que Ordem, Desordem e Organização constituem as noções diretrizes que deixam de se excluir e se tornam dialogicamente inseparáveis (permanecendo, entretanto, antagônicas), se a noção de caos ainda não é concebida como fonte indistinta de ordem, de desordem e de organização, se a identidade complexa de caos e cosmo, que indiquei no termo *caosmo*, ainda não foi concebida, só nos resta começar a nos engajar, aqui e ali, no caminho que conduz à reforma do pensamento [grifo do autor] (Morin, 2013: 7-8).

No caos contemporâneo, percebe-se a complexidade e também a emergência de intensidades abstratas, na constituição de campos de forças, que não só

<sup>3</sup> Aqui é importante fazer a ressalva, no sentido de que os maquinismos a que me refiro também têm sustentação teórica nos textos de Félix Guattari, Gilles Deleuze e Suely Rolnik, o que também já abordei em alguns de meus textos (Baptista, 2000). Para Guattari, a máquina não é a máquina mecânica, mas representa um conjunto de fluxos e engendramentos, concretos e abstratos, em que feixes interacionais vão constituindo algo como um campo de potência para devires. Essas máquinas abstratas podem ser desde uma instituição, como uma universidade, ou um território geográfico, como um país, mas implicam dimensões que extrapolam o visível, o dizível, o concreto. Tudo isso é considerado, mas simultaneamente ao que escapa às leis e às padronizações narrativas de qualquer organização maquinaica.

<sup>4</sup> O termo território também precisa ser lido com base na Esquizoanálise, representando algo maior que uma delimitação geográfica física. Território é a configuração de limites, mas como eles são passíveis de serem compreendidos na Ciência Contemporânea, na sua dimensão flexível, móvel, mutante, por natureza. Territórios são cristalizações existenciais. Podem estar expressando regiões, mas sempre, no sentido Esquizoanalítico, vão representar mais que a descrição lógica, racionalista e reducionista teve a tendência da fazer, na Ciência Clássica. Feixes de fluxos incorporais a-significantes, que se substituem o tempo todo constituem o território e são postos em ação na desterritorialização.

interferem nos fenômenos, mas, muitas vezes, tendem a conduzi-los. Isso é válido tanto para fenômenos culturais quanto econômicos e políticos.<sup>5</sup> Produzir ciência nesse cenário implica em acionamento de aberturas, de coragem, de ousadia e de reconhecimento de si mesmo no processo, bem como de ampliação da percepção das relações e entrelaçamentos. Também implica em desapego a macrovisões explicativas, no abandono da tendência de adoção cega dos paradigmas totalizantes, para um processo também de desterritorialização de saberes, de disposição para transitar em outros territórios e tentar ampliar a compreensão das conexões. Fica sinalizado aqui, nesse sentido, que, em substituição à lógica da linearidade, entende-se ser pertinente considerar a lógica rizomática<sup>6</sup>, na dimensão de heterogênesse maquina, onde simultaneamente convivem os territórios existenciais e os universos de referência incorporais e a-significantes, a que se refere Guattari (1992).

Nesse sentido, a caosmose é platô contemporâneo, marcado pelo caos em múltiplas dimensões, social, econômico, político e também em termos de maquinismos e redes midiáticas. Interessante, também, o que afirma Peres et al. (2000, p.37): “[...]a perspectiva esquizoanalítica acredita que duas lógicas permeiam a tessitura ética, na contemporaneidade: a lógica pulsátil (presente nos corpos vibráteis, que não repelem o mundo da sensorialidade, visto que procuram uma existência plena e para isso desejam afetar e ser afetados) e a lógica maquina (presente nos corpos transformados em máquinas homeostáticas, que perdem qualquer potência de expressão e constroem uma economia narcísica do sujeito)”. [grifo meu] (Peres; Borsonello & Peres, 2000: 37).

Do próprio Guattari (1992: 102), destaco a citação: “O mundo só se constitui com a condição de ser habitado por um ponto umbilical de desconstrução, de destotalização e de desterritorialização, a partir do qual se encarna uma posicionalidade subjetiva”. Há várias conexões possíveis, a partir dessa afirmação. A primeira delas é a das explosões geradoras de universos, com a desconstrução das estrelas. O mesmo parece ocorrer com sujeitos, grupos, movimentos sociais, com a eclosão de processos subjetivos de sujeitos singulares e coletivos. Dos estudos de Maturana (1998), a partir da célula, à compreensão do Universo físico, com Fritjof Capra (1990, 1991, 1997), tudo parece fazer parte de uma narrativa universal, permeada pela lógica da Física Quântica, pelos conhecimentos do átomo. Somos o todo, somos integrantes do universo caosmótico. Entender isso parece um bom começo para entender processos comunicacionais, os acontecimentos e, principalmente, a incomunicabilidade. Em tempos de internacionalização, aprofundar conhecimento sobre a dimensão caosmótica dos processos subjacentes à Comunicação e ao Turismo, mostra-se como necessidade e urgência.

<sup>5</sup> Muito interessante, nesse sentido, a abordagem de George Akerlof e Robert Shiller (2009), no texto intitulado O Espírito Animal. Como a Psicologia Humana impulsiona a Economia e sua Importância para o Capitalismo Global.

<sup>6</sup> O rizoma é um conceito que Guattari e Deleuze (1995) apresentam na coleção *Mil Platôs*, trazido de empréstimo da Biologia. Em linhas gerais, representa uma brotação irregular que se autoproduz e direciona. Não tem um centro, nem uma direção de brotação previamente definida.

Aqui, vale ressaltar, também, a conexão com o conceito de autopoiese, conceito utilizado a partir de Maturana (1998). Autopoiese é autoprodução, reinvenção de si, o que significa desconstrução para reconstruir, posteriormente, outra condição de existência, desterritorializar, para reterritorializar territórios existenciais, a partir de um ponto umbilical do qual 'se encarna uma posicionalidade subjetiva', para retomar a citação de Guattari. É como se Guattari dissesse que a vida se produz de explosões múltiplas e contatos de universos subjetivos, sob o que ele chama de 'foco de caosmose'. Tem-se, aqui, o que o próprio autor referiu como a reconciliação entre o caos e a complexidade. O foco de caosmose relaciona-se diretamente com o núcleo de autopoiese, "[...] sobre o qual se realizam constantemente e se formam, insistem e tomam consistência os territórios existenciais e os universos de referências incorporais" (Guattari, 1992: 102).

### **PLATÔ AFETIV(AÇÕES) DESTERRITORIALIZANTES**

Até agora, a discussão pretendeu explicitar aspectos da complexidade do contexto caosmótico, válido tanto para compreender a produção da Ciência, bem como dos processos comunicacionais e turísticos, em tempos de internacionalização. Vale dizer, os fenômenos ocorrem em cenários caosmóticos e são, por sua vez, eles mesmos manifestações e geradores dessa caosmose. Não ocorrem linearmente, mas em uma trama complexa visível e invisível de microacontecimentos que se engendram, autoproduzindo-se. Isso vale para os fenômenos em geral e, também, claro, para os comunicacionais e turísticos, o que fica ainda mais evidente, em tempos de internacionalização. Assim, é possível seguir adiante na trilha das inquietações apresentadas inicialmente. Questiona-se, então, como produzir mobilizações, nesse caos contemporâneo? O que pode ser definido como Comunicação e como Turismo, nessa lógica desterritorializante, efêmera e mutante, que caracteriza os fluxos informacionais e os deslocamentos vários de seres humanos? Como potencializar essas duas áreas, tanto do ponto de vista da produção de conhecimentos, quanto no de suas produções, propriamente ditas.

As afetiv(ações) se propõem como o conjunto de ações que acionam os afetos. Tratam-se, também, das pulsações do que Rolnik (1986) chama de corpo vibrátil do sujeito, levando-o, desse modo, à produção de vida, às produções que o provoquem continuamente a continuar produzindo. Da perspectiva Esquizoanalítica, podem ser apresentadas como agenciamento de forças e fluxos que proporcionam intensidade, renovando a potência dos territórios existenciais e, ao mesmo tempo, dos universos de referência incorporais, das linhas de fuga, dos fluxos de renovação da vida.

Nesse platô, tem-se a sinalização para o agenciamento da potência de subjetivação, do que põe o sujeito em movimento de inscrição (inscrição-criação e ação) e autopoiese (autoprodução), ou seja, movimento no sentido de produzir sua marca, em ações que o inscrevem, reinventando-o como 'sujeito que pode', que tem a potência

de realizar algo. Então, trata-se de acionamento de potência de realização e, na realização, produção de marca que ‘inscriaciona’, que o inscreve, que faz o registro do si mesmo em condição e momento de entrega. Constitui-se, assim, um processo de se mostrar e se entregar, condição por si só desafiadora. Mais detidamente, tenho pesquisado, há vários anos, o que ocorre com os processos de escrita, uma das possibilidades inscriacionais potencializadoras do sujeito. Afirmo, nesse sentido, que, quando o sujeito se inscreve, ele se reinventa, se potencializa. Percebo, no entanto, que a teorização sobre os processos de escrita é válida para processos comunicacionais e turísticos, em sentido mais amplo. Como eu tenho dito, com base nas Teorias de Significação, ‘tudo é texto’. As produções em geral podem ser ‘lidas’, como resultado de um processo inscriacional e de proposição de encontro com o Outro. É o que ocorre nos processos de escrita, por exemplo, que expliquei da seguinte maneira:

Os melhores textos também têm um tempo de fervura, as ‘preliminares’, as afetiv(ações). Assim, o autor vai sendo ‘afetivamente afetado’ pelo texto, em um processo semelhante ao embriagar-se, perder-se de si mesmo. Simultaneamente, busca a si próprio e ao outro, a quem vai se entregar inscrito, inscriacionado. São muitas provocações, muitos atçamentos, em um jogo de insinuações, em que o texto se mostra e se esconde, assim, meio como quem ri do nosso desejo de escrever... Até que essa ‘fervura’ chega a um ponto do soltar-se ... e o texto... jorra! Resultado: alegria, prazer e contentamento consigo mesmo e com o Outro.

Diante dessa percepção, evidencia-se a necessidade de conhecer os pressupostos da construção de dispositivos afetivos na Comunicação e no Turismo, na perspectiva da amorosidade e autopoiese. Destaco, nesse sentido, a importância de mobilização de elementos que constituem o que eu venho chamando de os substratos inscriacionais de afetivação. Esses elementos são resultantes da interação afetiva de sujeitos, no sentido de uma interação que ‘toque os seus afetos’ e produza desterritorializações, de tal forma a fazer o sujeito desacomodar-se do si mesmo ou dos territórios conhecidos, para empreender uma viagem na direção ao Outro. Essa viagem pode ser expressa e realizada de muitas maneiras, mas, o que é importante aqui é que, para começar, ela precisa ser afetivada. O deslocamento, a desterritorialização, depende do acionamento de afetivações.

Desse modo, a produção da Comunicação, seja ela pessoal ou social, e do Turismo, em suas múltiplas possibilidades está relacionada diretamente a processos de desterritorialização. Parece que o deslocamento, o engate, o que põe o sujeito em movimento, é uma das chaves para a criação de novidade, de (re)novação, de (re) invenção. Por isso, tenho dito que a desterritorialização desejante da comunicação e no turismo tem a potência de gerar o acontecimento, em si, justamente porque o sujeito se despreza do ‘si mesmo’, das amarras territorializadas dos maquinismos de subjetivação dos seus territórios existenciais. Para o encontro-acontecimento comunicacional e turístico, há que se ‘pôr na estrada’, em direção ao Outro. Pela perspectiva ética e visando a processos mais interessantes e geradores de vida, de autopoiese, é importante que esses deslocamentos sejam pautados pela amorosidade - pelo respeito ao Outro, como legítimo outro na convivência. Assim, o encontro de corpos

transforma, reinventa os sujeitos em processos caosmóticos, sem desencadear processos violentos de destruição. Essa perspectiva vai ser retomada mais adiante.

### **PLATÔ PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO INSCRIACIONAIS**

A compreensão da lógica caosmótica e de seus atravessamentos nos processos comunicacionais e turísticos traz à tona a necessidade de empreender processos de investigação coerentes com essa perspectiva de complexidade. Decorre dessa compreensão a expressão 'inscriacionais'. Trata-se de neologismo, que venho utilizando para representar os acionamentos desejantes do sujeito, no sentido de investig(ações), que permitam se inscrever, criar e produzir ações voltadas a devires conhecimentos, pesquisas, devires processos na Comunicação e no Turismo. Nesse sentido, a lógica inscriacional afetivante se propõe como algo que aciona os afetos, como matriz de afetivações para a pesquisa. As inscriações acionam as pulsações do que Rolnik (1986) chama de corpo vibrátil do sujeito, levando-o, desse modo, à produção de vida, às produções que o provoquem, continuamente, a continuar produzindo. Essa produção, por sua vez, com essa potência 'inscriacional', de produção de autoria e reconhecimento de si, lhe dá alegria e renova a sua própria potência de criação, de produção de mais pesquisas. Platô de acionamentos desejantes do sujeito, no sentido de investig(ações), que permitam se inscrever, criar e produzir ações voltadas a devires conhecimentos, pesquisas, devires processos comunicacionais.

Estou tratando, portanto, de uma proposição que vai em direção contrária ao que Husserl diagnosticou como tarefa cega e que Morin resgata em seu livro *Ciência com Consciência*. Morin explica, a partir de Husserl, que "[...]a eliminação do sujeito observador, experimentador e concebido da observação, da experimentação e da concepção eliminou o ator real, o cientista, homem, intelectual, universitário, espírito incluído numa cultura, numa sociedade, numa história" (Morin, 2013: 21). O que está em jogo, aqui, portanto, é o resgate de autoria, do reconhecimento de que o pesquisador, o cientista, é sujeito do seu tempo e de sua história e de seu contexto. Desse modo, também ele é forjado nas engrenagens máquinicas de sistemas maiores que se interpenetram e travam ou impulsionam, segundo forças e interesses globais, nem sempre afeitos a esse mesmo sujeito. Só que isso não pode ser lido em tom apocalíptico condenatório, porque o sujeito é criatura e criador dos processos e das transformações do próprio sistema, das Máquinas Abstratas das quais ele faz parte.

Assim, defender uma ciência inscriacional não é propor uma produção investigativa individualista, nem tampouco emocional, no sentido pueril, mas reconhecer que somos sujeitos desejantes, sujeitos de afetos e mobilizados pelas forças todas desses afetos que nos põem no mundo, em contato, com outros seres e com as engrenagens maiores de produção, em todos os sentidos e, claro, portanto, também de produção da Ciência. Ao mesmo tempo, como sujeitos de produção, recriamos a própria caosmose máquinica em que estamos inseridos, não individualmente, mas na rede de relações, na maquinação constante do dia a dia, nos entrelaçamentos, marcados por afetivações e tensões. Assim, vamos reconstruindo, em rede, os processos geradores de novas caosmoses.

## PLATÃO TEORIA AMOROSA DA COMUNICAÇÃO E DO TURISMO

Afirmo anteriormente que as afetivações desterritorializantes devem ser orientadas pela amorosidade. Mas o que significa isso, de fato? Fiquei pensando que deveria começar a apresentação deste platô enfrentando algumas resistências, com a pergunta: “E por que não falar de amor?”. Tenho me deparado, nos últimos anos, com olhares e risos, que expressam ‘textos vários’, demonstrando tantas vezes desconforto ou menosprezo de algumas rodas de conversa acadêmicas, com a temática do amor associada à Ciência e à Comunicação. Curioso é que não estou sozinha e, muito pelo contrário, estou bem acompanhada. Paulo Freire, Edgar Morin (2003), Ilya Prigogine (2001), Humberto Maturana (1998), Bauman (2004), Luís Carlos Restrepo (1998), Roland Barthes (1986), para citar apenas alguns, ousaram, eles mais que eu, a falar de amor, relacionado à produção de conhecimento, à educação, à comunicação e também à arte. Muito bem, mas então, qual é o problema de considerar o acontecimento comunicacional e turístico pelo viés da amorosidade?

Compreendo que a abordagem vai contra a ciência dos ‘grupos-controle’, dos protocolos engessados, traduzidos em seis línguas ou mais, testados 20 vezes, para ajustes das traduções, vai contra à matematização da vida e da metodologia científica no viés tradicional, não metapórico<sup>7</sup>. Também contraria e incomoda a lógica das hipóteses rígidas, cuidadosamente construídas e marcadas pelo caráter premonitório presunçoso do devir, do que deveria ser a descoberta, o resultado da pesquisa. Na ironia dos corredores, na brincadeira com a palavra ‘amor’, no silêncio engasgado ou no silêncio que ignora, percebo o incômodo. Prefiro pensar que se trata de uma condição que, ao incomodar, pode vir a (des)acomodar, a engendrar linhas de fuga<sup>8</sup>, de reinvenção de percursos, de novos trajetos de novas viagens investigativas, pode desterritorializar, o que, pelos meus estudos, é uma possibilidade promissora.

Seguindo a lógica do princípio da razão durante e das proposições da Nova Teoria da Comunicação, entendo também a comunicação no acontecimento e esse acontecimento como sendo marcado pela heterogênesse, pelo caos, pelas explosões cósmicas, caosmóticas, transmidiáticas, de confronto de narrativas e cuja potência está na inscrição, nos acionamentos desterritorializantes e reterritorializantes, o que só é possível com acionamento desejante e especular, com amorosidade plena, que é geradora de confiança. Afirmo, nesse sentido, que o amor, a condição amorosa, aumenta a potência do acontecimento comunicacional e turístico. Nas condições de reconhecimento do outro como legítimo outro na convivência, tende-se a construir cumplicidades nos processos de significação que, na sua lógica de acolhimento mútuo, possibilita maior entendimento e realmente afetivação mútua e transformação dos sujeitos envolvidos, que é o que caracteriza a comunicação e é essencial para o turismo.

<sup>7</sup> Refiro-me aqui ao conceito de metáporo, discutido no Filocom, em substituição a método, sugerindo a necessidade de que o processo da pesquisa não seja ‘um’ caminho, mas o resultado de uma sucessão de porosidades, processos abertos a serem construídos ao longo do processo de pesquisa. (Marcondes Filho, 2013)

<sup>8</sup> No sentido da Esquizoanálise, linhas de fuga são caminhos novos que vão sendo engendrados, buscando escapar dos traçados pré-definidos rigidamente. São criações, mas, principalmente envolvem a busca de construção de novas possibilidades. Trata-se da ousadia de acionar ‘invenções desejantes’, como eu tenho me referido em outras produções.

A comunicação e o turismo envolvem processos que acontecem, efetivamente, no encontro de corpos subjetivos, no entremear-se, na conjunção significacional. Para que sejam empreendidos processos comunicacionais e turísticos com qualidade, é necessário que exista uma espécie de 'contrato amoroso'. É preciso querer 'estar no outro', viajar para o território existencial do outro, a tal ponto de misturar-se e apreender um pouco dos seus universos de referência incorporais. É necessária a pré-disposição de abandonar-se, como território pré-definido, em 'viagem', em direção ao Outro – seja a outra pessoa, a sociedade, o outro lugar. Isso nada tem a ver com concordância ou subserviência amorosa. Esse aspecto é fundamental: nada tem a ver com o amor romântico, cuja tradição é muito mais o culto ao desequilíbrio, à idealização, à fantasia, como algo que, ao mesmo tempo em que é enaltecido pelos poetas como o 'motor da vida', é desqualificado como condição que faz o sujeito escapar às engrenagens produtivas e de valorização de uma sociedade maquinica produtivista e classificatória, pela lógica da acumulação do capital. Nesse sentido, a ironia que emerge quando se decide 'falar de amor' na Academia parece relacionar-se com a oposição arcaica emoção-razão, amor-produção.

Maturana (1998: 25) afirma, no entanto, que o "[...] amor é o reconhecimento do outro como legítimo outro na convivência" e que não há separação entre emoção e razão. A emoção é o que aciona a ação, o que põe o sujeito em ação, até mesmo nas situações aparentemente mais racionais. Ora, se o outro é legítimo outro, o princípio ético, de respeito às condições de cada sujeito envolvido tem que ser o platô referencial das relações, na vida, e, claro, também dos processos comunicacionais. Comunicação e Turismo, em especial, precisam partir desse pressuposto, já que as relações se produzem em função de coordenações de relações, que se estabelecem no entrelaçamento de sujeitos. Os processos comunicacionais e turísticos se fazem com o agenciamento de redes de afetos e movimentações de sujeitos que, ao se desterritorializarem, vibram, estremecem, movimentando campos de forças que se compõem em planos de significação emergente e com potência de devir. Então, esses planos misturam-se, mesclando-se, produzindo, aí sim, sentidos partilhados, renovados, reinventados, a partir da mistura de 'corpos vibráteis'. Depois que os sujeitos se desterritorializam e se encontram, na Comunicação ou no Turismo, 'nada será como antes', as transformações, por mais ínfimas que pareçam, alteram universos existenciais e reverberam para múltiplos outros universos. Isso também é o que mantém potente o desejo de que novos processos sejam agenciados.

Esses processos de afetivação tendencialmente permitem vislumbrar as brotações de criatividade e de forças colaborativas que se entrelaçam, aglutinam e vão, através de sucessivas recursões organizacionais, ganhando visibilidade, sonoridade, existência territorializada. A expressão dos sinais e a potência geradora de acontecimentos comunicacionais vão se dar no movimento, no deslocamento e na composição interacional entre os sujeitos e processos envolvidos. A comunicação é essa 'viagem', esse deslocamento em direção ao Outro. O Turismo também, considerando que o Outro não é apenas outro sujeito, mas, como eu costumo dizer 'é tudo o que é não Eu'. Nesse sentido, em síntese: o acontecimento comunicacional e turístico

precisa ser, em essência, amoroso, porque implica o reconhecimento do outro, como legítimo outro na convivência, para que se efetive com qualidade, geradora de bons resultados para o processo como um todo e para todos os envolvidos. Implica em deslocamento do si mesmo para o outro. Depende diretamente da disposição de encontro caótico e conflitual, no sentido de encontro de corpos vibráteis, de corpos intensidades, marcados 'mais ou menos' por maquinismos abstratos, 'mais ou menos' regidos por lógicas do Capitalismo Mundial Integrado ou por outros maquinismos de aprisionamento do processo de subjetivação, que estiverem instalados.

#### DEPOIS DA VIAGEM....

Assim, minha produção teórica parte do cenário de mutações contemporâneas da Ciência, da trama de saberes, de caosmose, para tentar entender os fluxos e processos interacionais e de subjetivação, que se produzem entre os territórios existenciais e os universos de referências incorporais e a-significantes, na composição de campos de forças em lógicas rizomáticas. A proposição de platôs, de intensidades contínuas, que sinalizam para as afetivações inscriacionais autopoieticas, como geradoras de amorosidade, comunicação e turismo, a partir de desterritorializações, pretende ser uma contribuição para discutir as condições desse cenário de internacionalização e os desafios para a investigação científica em Comunicação e Turismo, especialmente para os países da Ibero-América.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. L. C. (2001). Emoção Subjetividade na Paixão-Pesquisa em Comunicação. *Revista On Line Ciberlegenda*, 01 (4).
- Baptista, M. L. C. (2000). Emoção e Desejo em Processos de Escrita Rumo a uma Educação Autopoietica. *Novos Olhares*, 1 (6), 18-25.
- Baptista, M. L. C. (1999). Paixão Pesquisa: o Encontro com o Fantasminha Camarada. *Revista Textura*, 01, 67-78.
- Baptista, M. L. C. (1996). *Comunicação: trama de desejos e espelhos. Os metalúrgicos, a telenovela e a comunicação do sindicato*. Canoas: ULBRA.
- Baptista, M. L. C. (2002). Comunicazione come trama: La complessità del processo. In G. Bechelloni; M. I. V. Lopes (org), *Dal controllo alla condivisione: studi brasiliani e italiani sulla comunicazione*. Roma: Mediascape Edizioni.
- Baptista, M. L. C. (2003). O dilúvio babelizante da contemporaneidade e a educação. In: *Pauta: Interdisciplinaridade e pensamento científico*, 2 (1), 55-73.
- Baptista, M. L. C. (2000). *O sujeito da escrita e a trama comunicacional. Um estudo sobre os processos de escrita do jovem adulto como expressão da trama comunicacional e da subjetividade contemporânea*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Barthes, R. (1986). *Fragmentos do Discurso Amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Capra, F. (1997). *A Teia da Vida. Uma Nova Compreensão dos Sistemas Vivos*. São Paulo: Cultrix.
- Capra, F. (1991). *O Ponto de Mutação. A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo: Cultrix.
- Capra, F. (1990). *O Tao da Física. Um Paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix.
- Crema, R. (1989). *Introdução à Visão Holística. Breve Relato de Viagem do Velho ao Novo Paradigma*. São Paulo: Summus.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2003). *À Sombra desta Mangueira*, São Paulo: Olho d'Água.
- Guattari, F. (1981). *As três ecologias*. Campinas: Papyrus.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose. Um Novo Paradigma Ético-Estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Guattari, F. (1990). Linguagem, consciência e sociedade. In A. Lancetti (org), *SaúdeLoucura*, São Paulo: Hucitec.
- Guattari, F. (1995). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Guattari, F. (1988). *O inconsciente maquínico*. Campinas: Papyrus.
- Guattari, F. (1987). *Revolução molecular. Pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2012). *O Neoliberalismo, história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Marcondes Filho, C. (2013). *O Projeto "Nova Teoria da Comunicação" e Suas Aplicações na Pesquisa Comunicacional Atual*. São Paulo: Cópia.
- Marcondes Filho, C. (2010). *O Princípio da Razão Durante. O conceito de comunicação e a epistemologia metapórica. Nova Teoria da Comunicação III. Tomo V*. São Paulo: Paulus.
- Marcondes Filho, C. (2009). *Dicionário da comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Maturana, H. (1998). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG.
- Maturana, H. (2004). *VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amar e Brincar. Fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena.
- Maturana R. H. & Varela G., Francisco J. (1997). *De máquinas e seres vivos: autopoiese e a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Medina, C. (org) (1990). *Novo Pacto da Ciência. A Crise dos Paradigmas - I Seminário Transdisciplinar*. São Paulo, ECA/USP.
- Medina, C. (1986). *Entrevista. O Diálogo Possível*. São Paulo: Ática.

- Medina, C. & Grego, M. (orgs) (1994b). *Novo Pacto da Ciência 3. Saber Plural. O Discurso Fragmentalista da Ciência e a Crise de Paradigmas*. São Paulo, ECA/USP/CNPq.
- Morin, E. (2013). *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2003). *Amor, poesia e sabedoria*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. São Paulo: Instituto Piaget.
- Morin, E. (1986). *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Morin, E. (1998). *O método 4. As idéias, habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (1993). O pensamento e em ruínas. In E. Morin. *A decadência do futuro e a construção do presente*. Florianópolis: UFSC.
- Peres, R. S.; Borsonello, E. C. & Peres, W. S. (2000). A Esquizoanálise e a Produção da Subjetividade: Considerações Práticas e Teóricas. *Psicologia em Estudo*, 5 (1), 35-43.
- Restrepo, L. C. (1998). *O direito à ternura*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. S. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, B. S. (2010). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M.; Souza, M. A. A.; Scarlato, F. C. & Arroyo, M. (orgs) (1994). *Fim de século e globalização. O novo mapa do mundo*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR.
- Thum, C. (2009). *Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções Pomeranas na Serra dos Tapes*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.

### **OUTRAS REFERÊNCIAS**

- Baptista, M. L. C. (s/d) *Psicomunicação: a trama de subjetividades*. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5f377526a305b8cd614e801f1c95e201.PDF>. Acesso em 15.04.2013.
- Prigogine, I. (2000). Carta para as futuras gerações, Caderno Mais!. *Folha de São Paulo*, 30 jan.

## O que dizem as teorias da comunicação sobre o estatuto interdisciplinar da área? – uma análise das origens da interdisciplinaridade na comunicação

KATRINE TOKARSKI BOAVENTURA

katrineboaventura@gmail.com  
Universidade de Brasília

### Resumo

A partir da década de 90, se intensificaram no Brasil as pesquisas que apontam a Comunicação como uma área interdisciplinar, indicando que o mais pertinente seria tratá-la como um campo atravessado por vários saberes. Parte desses estudos indicam também a impossibilidade de que o saber comunicacional seja aproximado a uma disciplina científica. Deste modo, o estatuto interdisciplinar da Comunicação se firmou com um dos principais consensos da área no Brasil, um verdadeiro paradigma tal qual a definição de Thomas Kuhn. Mas quais seriam as bases históricas desse consenso? O presente trabalho visa investigar os alicerces em que se funda a interdisciplinaridade praticada pelos pesquisadores brasileiros da Comunicação. A fim de compreender as bases históricas da questão, buscamos as contribuições quanto à proposta interdisciplinar proporcionadas por quatro das tradições teóricas com maior repercussão na pesquisa em Comunicação no Brasil: a pesquisa norte-americana da *Communication Research*, a tradição da Teoria Crítica e os Estudos Culturais. Deste modo, pretendemos lançar um pouco mais de compreensão em relação às potencialidades da interdisciplinaridade para a área, e problematizar aspectos ainda pouco discutidos quanto à natureza dessa proposta.

**Palavras-Chave:** Teorias da comunicação; interdisciplinaridade; epistemologia; saber comunicacional

---

### INTRODUÇÃO: OS SENTIDOS DE INTERDISCIPLINARIDADE

Não há uma definição para o termo “interdisciplinaridade” que seja aceita com unanimidade. A mesma dificuldade se estende aos termos afins: multidisciplinaridade, transdisciplinaridade, antidisciplinaridade, pósdisciplinaridade, entre outros. Geralmente, os vocábulos são utilizados para indicar a gradação da interação entre as disciplinas envolvidas: a multidisciplinaridade significando a relação mais superficial; a interdisciplinaridade designando uma integração maior entre as áreas envolvidas; e a transdisciplinaridade representando a união não só de disciplinas, mas também de conhecimentos não-científicos, para a análise de um fenômeno considerado complexo. Contudo, há vários outros usos dos termos, inclusive em alguns casos “interdisciplinaridade” é sinônimo de todas essas práticas.

Ainda que não haja um conceito preciso, é importante marcar alguns sentidos que podem ser operados. Primeiramente, a interdisciplinaridade pode significar simplesmente uma interação entre as diversas disciplinas. Também pode designar uma demanda de integração entre currículos escolares, constituindo uma preocupação típica da área da Educação. Podemos também usar o termo interdisciplinaridade

para indicar a relação que se estabelece em um grupo de trabalho formado por diferentes especialistas, que analisam um mesmo objeto. Todos esses sentidos de interdisciplinaridade são previstos e corriqueiros e não entram em contradição com o conhecimento científico tal qual o conhecemos.

Contudo, há um sentido de interdisciplinaridade que se estrutura em oposição à ciência: é o que propõem a ruptura com os saberes estabelecidos e a superação das disciplinas científicas. Este é um sentido que consideramos problemático, pois retira a discussão da fundamentação da Comunicação do âmbito epistemológico e nos leva a um movimento de reinvenção do conhecimento que tem sérias implicações. Curiosamente, esta foi a modalidade de interdisciplinaridade que conquistou especial repercussão entre os pesquisadores brasileiros da Comunicação, como veremos a seguir.

### INTERDISCIPLINARIDADE COMO PARADIGMA

Enquanto a discussão que predomina nos EUA e na Europa sobre o estatuto da Comunicação questiona se a área seria um campo ou uma disciplina, na América Latina os termos do debate geralmente se situam entre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade. De um lado, a maioria dos membros da área opta por negar a possibilidade de constituição de um saber comunicacional organizado nos moldes de uma disciplina científica, argumentando que a Comunicação seria marcada por um tipo de natureza interdisciplinar que inviabilizaria tal empreendimento. Por outro, vozes dissonantes apontam para a ausência de fundamentação teóricometodológica envolvida na proposta interdisciplinar e suas consequências negativas para a área, pois não há impedimentos epistemológicos para se desconsiderar a possibilidade de uma disciplina científica.

A pesquisa em Comunicação no Brasil coincide com o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação, na década de 70, momento marcado justamente pela busca de novos paradigmas para a ciência. Somam-se a essa suposta crise da ciência, a análise ideológica e a teoria da dependência econômica, que perderam força na década de 80 para a pesquisa, caracterizada por uma perspectiva comprometida e militante do trabalho acadêmico, levando em conta a comunicação popular e alternativa (Berger, 2001). Mas esse processo de institucionalização da pesquisa em Comunicação no Brasil foi marcado por uma contradição: ao mesmo tempo em que cresceram os cursos de pós-graduação em Comunicação, avançou também o entendimento de que a área é trans ou interdisciplinar e que, portanto, não poderia configurar uma disciplina. E, assim, mesmo com esse crescimento institucional vertiginoso, a área conheceu os maiores questionamentos sobre sua viabilidade a partir dos anos 90.

É no entroncamento dos processos de institucionalização acelerada dos estudos de comunicação com o crescimento da insatisfação generalizada com a sua disciplinarização no contexto das ciências sociais (Wallerstein) e, também, com a sociedade da comunicação, (Vattimo) que se pode identificar a *institucionalização transdisciplinar dos estudos de comunicação* a que remete o sociólogo italiano

Mario Morcellini. Para a comunicação, vale a sua metáfora de que a comunicação é “indisciplinada” (Morcellini e Fatelli, 1996), o que a torna um “paradoxo” em face à aceleração do seu processo de institucionalização acadêmica, pelo menos desde a última década (Lopes, 2006: 24).

A despeito da concentração dos estudos em universidades e faculdades de Comunicação, a proposta interdisciplinar configurouse como uma espécie de consenso para a Comunicação, talvez um dos únicos da área, dada a grande aceitação e a pouca problematização em torno do assunto. À medida que a interdisciplinaridade ganhou adeptos, foi convertendo-se em um “*novo paradigma emergente*”:

[...] o pensamento interdisciplinar vai entender que a comunicação não somente é uma forma de conhecimento válida, mas que supera as chamadas formas “tradicionais”. Se de um lado a comunicação tinha dificuldades em estabelecer um estatuto científico, era, por assim dizer, menos que uma ciência, ela agora ultrapassa o pensamento científico, para se instaurar além e acima de seus requisitos (Martino, 2009: 134).

Apesar do otimismo da maioria dos pesquisadores em relação à adoção da perspectiva transdisciplinar e/ou interdisciplinar para a Comunicação, visões críticas a esta proposta despontaram principalmente a partir dos anos 2000. As implicações da interdisciplinaridade para a área podem oscilar, de acordo com a definição e o grau de clareza da proposta: tanto podendo levar à maior interdependência entre áreas do conhecimento afins e compreensão aprofundada dos problemas abordados, quanto podendo resultar em fraqueza da discussão epistemológica, dispersão das pesquisas da área e, inclusive, dificuldades em sala de aula, como tem sido apontado pelos críticos da proposta. A fim de melhor compreender a formação do pensamento interdisciplinar dos estudos da Comunicação no Brasil, apresentaremos o que pensam algumas das principais tradições teóricas da Comunicação em relação à interdisciplinaridade.

### **BASES HISTÓRICAS DA INTERDISCIPLINARIDADE<sup>1</sup>**

A fim de compreender as bases históricas da questão, buscamos as contribuições quanto à proposta interdisciplinar proporcionadas por quatro das tradições teóricas com maior repercussão na pesquisa em Comunicação no Brasil: a pesquisa norteamericana da *Communication Research*, a tradição da Teoria Crítica e os Estudos Culturais. Estamos cientes de que estas não são as únicas fontes da interdisciplinaridade em nossa área, mas estamos seguros que estão entre as principais.

### **COMMUNICATION RESEARCH**

Independentemente da discussão crítica posterior sobre o mito fundacional do campo comunicacional, Schramm estabelece uma proposição que será citada com frequência para justificar a interdisciplinaridade na área: os quatro fundadores

<sup>1</sup> A discussão foi desenvolvida também no artigo “*Sobre as origens da interdisciplinaridade na Comunicação*”, apresentado à IV Conferência ICA América Latina, 2014, em Brasília.

do campo, por serem provenientes de distintas disciplinas, teriam constituído a Comunicação como área de “intersecção de saberes”. Schramm afirma que a “[...] *communication research* é um campo, não uma disciplina. No estudo do homem, ela é uma das grandes encruzilhadas em que muitos passam e poucos permanecem.” (Schramm, Riesman & Bauer, 1959: 8). Sharm acreditava que não se poderia esperar da Comunicação uma unificação teórica ou o tipo de carreira que se via nas demais disciplinas, a área seria um campo multidisciplinar, que contribuía para a compreensão de um dos processos sociais mais fundamentais, a comunicação.

O papel de Sharm para a área é bastante dúbio: ele estabelece os marcos epistemológicos para a fundação de um novo saber, ao propor a discussão e o olhar para a produção do campo; mas simultaneamente apresenta a comunicação como ciência encruzilhada (Martino, 2009: 129-130). Desconsiderase nesta perspectiva, que os quatro “fundadores” do campo não tinham nenhuma intenção de estabelecer uma nova disciplina ou mesmo campo de estudos: “Todos são amplamente reconhecidos pela genialidade de seus trabalhos, salvo em um único detalhe, *o de não se darem conta de que estavam fundando uma nova ciência.*” (Martino, 2009: 130). Mesmo assim, ainda hoje esses quatro pesquisadores são evocados como “fundadores”, principalmente para justificar as relações interdisciplinares do campo.

### **ESCOLA DE FRANKFURT**

Quanto à contribuição específica da Escola de Frankfurt para a formação do pensamento interdisciplinar da Comunicação, podemos citar à crítica à ciência e às disciplinas como significativas. A Escola de Frankfurt se opunha à razão, considerada instrumento de dominação, e criticava a ciência, “[...] daí, a polémica constante contra as disciplinas sectoriais, que se especializam e diferenciam progressivamente campos distintos de competência.” (Wolf, 1999: 82). A interdisciplinaridade, então, se configura para os frankfurtianos como um projeto de fuga da dominação (aqui identificada com o pensamento científico), sendo que o principal objetivo é a compreensão total da sociedade.

Esses teóricos identificados com o pensamento crítico, especialmente os que o entendem como ativismo político, não reconhecem legitimidade em uma disciplina comunicacional. Conforme Martino explica, essa recusa é justificada, em termos epistemológicos, pela associação que fazem entre o pensamento científico e o positivismo e da associação deste com uma falsa consciência; e também por ligarem o pensamento crítico à interdisciplinaridade:

Os fundamentos epistemológicos desta afiliação remontam à negação do conjunto das ciências sociais realizado por Horkheimer (1974) quando formula a teoria crítica em oposição à ciência (pensamento tradicional): as divisões disciplinares não seriam mais que simples reflexos da ideologia dominante. Seria, portanto, ilusório postular a existência de outras esferas de conhecimento (disciplinas). Tudo seria político, qualquer ato de conhecimento, todas as abordagens à realidade, tudo se resume à política. (Martino, 2013: 355).

Vemos, portanto, que uma das principais características da interdisciplinaridade proposta pela Escola de Frankfurt está orientada por esta redução de todas as dimensões aos fatores políticos. Sem desmerecê-los, não podemos, contudo, atribuir-lhes o papel de única explicação possível para os fenômenos.

### **ESTUDOS CULTURAIS**

Dois aspectos inter-relacionados merecem ser destacados em relação à contribuição que essa tradição deu à configuração da proposta interdisciplinar da Comunicação: além da própria defesa da interdisciplinaridade, que teve ampla repercussão entre os pesquisadores da área; há uma proposta de militância, que defende que o trabalho do pesquisador deve extrapolar a dimensão científica.

Começemos por este último aspecto. Os Estudos Culturais coincidem em vários pontos com a “agenda” da Nova Esquerda (*New Left*), sendo que os culturalistas e seus textos pertencem, de alguma forma, a esse grupo esquerdista: “Essa ligação colocou a ‘política do trabalho intelectual’ bem no centro dos Estudos Culturais desde o início [...]” (Hall, 2003: 125). Na América Latina, a configuração da luta política se reveste de um caráter de resistência contra a dominação pelas grandes potências, em que o papel dos Estudos Culturais, em sua versão latinoamericana, tem fator preponderante.

Além desse aspecto político, os pesquisadores envolvidos nos Estudos Culturais reivindicam um estatuto interdisciplinar, transdisciplinar ou mesmo antidisciplinar para o trabalho desenvolvido, o que significa a recusa à divisão do conhecimento em disciplinas e o desejo de combinar contribuições de “saberes cruzados” (Mattelart & Neveu, 2006: 15). Segundo Martín-Barbero, “Também no campo comunicação/cultura já começamos a *inventar*: começando por indisciplinar os saberes diante das fronteiras e dos cânones, [...]” (Martín-Barbero, 2004: 19).

Como vimos, apesar de a proposta nunca ter sido de constituir uma disciplina específica, contraditoriamente, pôde ser observada a institucionalização da área. É bastante comum também a contradição entre os partidários da interdisciplinaridade: criticam o trabalho disciplinar, mas reconhecem que não têm condições para aprofundar certos aspectos de suas análises, tornando-as superficiais por não dominarem o conhecimento especializado, sendo que uma das principais justificativas para a interdisciplinaridade é justamente que esta possibilitaria uma compreensão mais ampla do objeto.

### **A PROPOSTA INTERDISCIPLINAR E A COMUNICAÇÃO**

Três aspectos se destacam nessas tradições como contribuições à proposta interdisciplinar que predomina na pesquisa brasileira em Comunicação:

- *Campo comunicacional* – observações como as de Schramm reforçam a noção de que é impossível a constituição de um saber comunicacional como uma disciplina. A área seria apenas um campo, definido pelo trabalho em torno do fenômeno comunicacional.

- *Ação política* – a vinculação da Comunicação com as lutas políticas e a militância apresenta-se como uma exigência para esses estudos, que, assim, precisariam abrir mão de um estatuto disciplinar, identificado com os setores dominantes.
- *Ruptura com as disciplinas* – este aspecto está diretamente relacionado com o anterior, pois a oposição às disciplinas também se configura como uma luta no âmbito institucional.

Vamos, a seguir, relacionar as pesquisas brasileiras com estes três elementos, para compreender como esses aspectos interferem e influenciam nos argumentos apresentados à favor da interdisciplinaridade na área. Para a análise, selecionamos alguns dos autores citados por Lopes<sup>2</sup> (2006) entre os principais na discussão epistemológica na área.

### **JOSÉ MARQUES DE MELO**

Para Marques de Melo (2003: 108), a Comunicação é um campo científico, tal qual definido pela noção de “campo social”, de Pierre Bourdieu. A área estaria entre as ciências aplicadas (medicina, engenharia e direito) e não entre os cientistas “hegemônicos” das ciências básicas (físicos, botânicos, sociólogos). Segundo ele, a Comunicação é “[...] um aglomerado de *disciplinas* composto por cinco segmentos da atividade intelectual”: Artes, Humanidades, Tecnologias, Ciências Sociais e o que ele chama de conhecimento midiológico “[...] saberes acumulados no interior das corporações profissionais e das agências produtoras de bens midiáticos.” (Marques de Melo, 2003: 108-109).

Como podemos perceber, a comunicação constitui, em sua visão, um campo bastante amplo, sendo que o que atrai o interesse dessas diversas abordagens disciplinares é o processo comunicacional, um objeto empírico, fazendo com que o objeto de estudo da Comunicação acabe coincidindo com o interesse das outras ciências humanas e sociais. Não há um recorte epistemológico de um objeto de estudo especificamente comunicacional. Como podemos perceber, Marques de Melo é tributário das ideias de Wilbur Schramm sobre o campo da comunicação em relação à interdisciplinaridade:

Ao definir Comunicação como “processo social básico”, Wilbur Schramm (1954) vislumbrou um campo científico caracterizado por amplitude cognitiva e pluralidade metodológica. Por isso mesmo, alguns anos depois, ao revisar o avanço das pesquisas na área, ele exortaria os comunicólogos a não considerá-la como seu “território exclusivo” de estudos. Seu argumento era o de que a natureza dos fenômenos comunicacionais os convertia necessariamente em “focos de interesse” de qualquer “disciplina relacionada com a sociedade humana e o comportamento humano” (Schramm, 1972: 67, cit. em Marques de Melo, 2002: 55).

Para Marques de Melo, a “Comunicação” seria objeto de estudo de diferentes disciplinas científicas que “[...] a refletem teoricamente e analisam empiricamente,

<sup>2</sup> A autora cita José Marques de Melo, Antonio Fausto Neto, M. Immacolata V. Lopes, Luiz Martino, José Luiz Braga, Lucrecia Ferrara, Muniz Sodré, Ciro Marcondes Filho, Lúcia Santaella e Francisco Rüdiger.

a partir de seus respectivos paradigmas” (Marques de Melo, 2002: 59). Ao marcar Comunicação com a inicial maiúscula, o autor nos induz à compreensão de que está falando da Comunicação como disciplina ou, pelo menos, área do saber autônoma. O que seria incoerente, pois o que tem interessado às demais disciplinas como objeto de estudo não é uma outra disciplina e, sim, o processo comunicacional.

Além de ser objecto de estudo das demais ciências, para Marques de Melo, a Comunicação é também um “[...] campo vocacionado para a *interdisciplinaridade*, na medida em que seus objetos específicos são produtos cujo conteúdo está enraizado no território das demais disciplinas que constituem o universo científico” (Marques de Melo, 2002: 60).

Para concluir, entendemos que a visão de interdisciplinaridade de Marques de Melo decorre da não problematização do que seria a especificidade do saber comunicacional, de uma discussão epistemológica, ao traçar a história do campo. Sem uma definição que oriente o percurso a ser traçado, a história do campo é apenas uma reunião aleatória de eventos, que levam a equívocos como identificar a interdisciplinaridade como uma condição necessária, devido às origens dos estudos de comunicação em outras áreas. Essa visão interdisciplinar também é consequência da confusão entre o processo comunicacional e a Comunicação, como área de conhecimento.

### LUCIA SANTAELLA

Santaella (2001) distingue a comunicação, processo que sempre existiu, dos fenômenos de comunicação que observamos hoje. Segundo, Santaella (2002) acredita que, a partir do século XXI, se estabelece uma nova era para os meios de comunicação, que representa a passagem de todas as mídias para a transmissão digital. Assim, os fenômenos de comunicação passam a desempenhar um papel central em todos os setores da vida. De modo análogo, a Comunicação, como área de conhecimento, passa a ter importância em várias outras áreas, além das que já lhe são vizinhas: biologia, economia, inteligência e vida artificiais. Isso levaria a:

[...] um consenso quase incontestável sobre o carácter híbrido da comunicação, de um lado, enquanto fenómeno comunicacional em si, que se faz presente e interfere em vários setores da vida privada e social e em várias áreas do conhecimento; de outro lado, enquanto área de conhecimento ela mesma que, cada vez mais, parece se situar na encruzilhada de várias disciplinas e ciências já consensuais ou emergentes (Santaella, 2002: 2).

Assim, Santaella propõe que: “[...] a comunicação como área de conhecimento está cada vez mais tomando o lugar de uma ciência piloto para cujas questões acabam convergindo muitas outras ciências” (2002: 4). Mas, independente que se considere a natureza da Comunicação como diferenciada, de todo modo Santaella (2001) acredita que é preciso avançar em relação ao estatuto da área:

Um crescimento tão acelerado das bases reais de uma área de conhecimento só pode produzir confusões e dificuldades de compreensão, inclusive naqueles que

trabalham na área e nela pesquisam. As afirmações de que a complexidade da comunicação advém da sua natureza inter, multe e mesmo transdisciplinar já se tornaram um truísmo. Em função disso, parece urgente dar um passo à frente e tentar divisar quais são os fios e desenhos que essa multidisciplinaridade está criando (Santaella, 2001: 4).

Temos aqui tanto os elementos que poderiam diferenciar a interdisciplinaridade como prática comum a todas as ciências, e que possivelmente levaria à diferenciação da Comunicação: preocupação com o estatuto da área, distinção entre o fenômeno comunicacional e o objeto de uma disciplina... Contudo, essa argumentação perde força quando entram em cena alguns dos argumentos correntes acerca da interdisciplinaridade como ruptura com as ciências: Comunicação como ciência piloto, campo híbrido, limites difusos, necessidade de romper com as ciências “em crise” para avançar, etc.

### **LUCRECIA FERRARA**

Ferrara defende que o objeto da comunicação, que ela acredita ter uma “indeterminação ontológica”, “impõe à ciência e à teoria, a flexibilidade que o faz surgir como fenômeno vivo, capaz de patrocinar o desenvolvimento reflexivo e permitir outros modos de ver a atuação científica, epistemológica e metodológica” (Ferrara, 2012: 9).

Para ela, a Comunicação estaria numa situação de ambiguidade, entre a modernidade e a pósmodernidade. Sendo que a crítica à primeira condição se fundamenta nos frankfurtianos.

Enquanto ciência social, a comunicação assume a estranha ambiguidade que a leva, de um lado, a assumir a função administrativa da veiculação da ordem atuando, portanto, como intermediária entre o coletivo e o interesse do Estado, desenhando-se como infra ciência social. De outro lado, poderia assumir a capacidade que, inerente aos meios técnicos, lhe permitiria aderir à mediação, à troca que superaria a passividade de um receptor unidimensional, como o nomeou Marcuse em sua obra (Ferrara, 2012: 22).

A superação desse status, então, se daria da seguinte forma: “Distanciando-se de uma transparência instrumental manipuladora e alienada, surge a comunicação como ciência pós-moderna, às voltas com o desafio de definir a fenomenologia dos meios, que a fazem comunicante e, sobretudo, definitivamente social” (Ferrara, 2012: 23).

Ferrara também concorda com a vinculação política da qual as pesquisas em comunicação não poderiam prescindir: “[...] impõe-se considerar uma dimensão política que a epistemologia da comunicação não pode ignorar, se quiser ter uma atuação social contemporânea” (Ferrara, 2011: 50). Essa exigência é uma das responsáveis pelo deslocamento de um âmbito científico para a defesa do estatuto interdisciplinar da área.

### **MARIA IMMACOLATA VASSALO DE LOPES**

Lopes (2007) diz que uma das principais preocupações dos estudos de comunicação na década de 90 foi justamente quanto ao estatuto do saber comunicacional. E, a

partir desse período, a discussão sobre a interdisciplinaridade vai ao encontro da crescente preocupação epistemológica da área. Segundo ela, a pesquisa em comunicação seria configurada não como uma disciplina e, sim, uma “investigação de intersecções”.

O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de intersecção *que* não é, em hipótese alguma, um amálgama ou síntese de saberes. É, antes, um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos (Lopes, 2006: 19).

O sentido de transdisciplinaridade que Lopes propõe é de um tipo de trabalho que supere as divisões entre as disciplinas:

Portanto, os campos *de estudo aparecem* como um novo padrão emergente a que se pode chamar *transdisciplinarização* ou *pósdisciplinarização* (Fuentes, 1998), quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado (Lopes, 2006: 22).

Porém, mais adiante, Lopes defende que a superação das disciplinas não deve dissolver a formação de pesquisadores e a prática científica em generalidades. Consideramos que há uma contradição entre defender uma atitude que é de ruptura com as ciências, e recusar as implicações mesmas desta postura: a dissolução dos trabalhos em generalidades. Pois o trabalho científico é o que tem o potencial de gerar especificidade e aprofundamento.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa breve análise da relação entre alguns dos trabalhos ditos epistemológicos na Comunicação e essas três tradições citadas, podemos apontar alguns elementos importantes sobre as origens da proposta interdisciplinar que se configurou na Comunicação. É possível perceber que são fatores políticos e do âmbito da sociologia das ciências, em vez de aspectos propriamente epistemológicos, que embasam essa proposta. Sem desconsiderar que existem as instâncias políticas e institucionais, por que, todavia, reduzir a Comunicação à apenas essas dimensões? Não há impedimentos para que se configure uma discussão também epistemológica e teórica sobre a área.

Também é preciso destacar que o fato de o processo comunicativo ser um fenômeno que interessa a várias disciplinas, não há impedimentos para que se constitua um objeto de estudo específico para a disciplina da Comunicação. Enquanto os campos se debruçam sobre objetos empíricos, a análise efetuada pelas disciplinas depende da construção teórica de seus objetos. E não há razão que impeça a Comunicação de oferecer uma abordagem específica para a análise dos fenômenos comunicativos.

Consideramos que a interdisciplinaridade empregada com um sentido de ruptura epistemológica com os saberes constituídos não faz avançar a produção

de conhecimento sobre a comunicação e, portanto, não seria a perspectiva mais proveitosa a ser adotada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, C. (2001). A Pesquisa em Comunicação na América Latina. In A. Hohlfeldt; A. Martino & V. França. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências* (pp. 241-277). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferrara, L. D. (2011). A comunicação como espetáculo e dispositivo epistemológicos. *Signo y Pensamiento*, 58, 40-51.
- Ferrara, L. D. (2012). *Os Nomes da comunicação*. São Paulo: Annablume.
- Lopes, M. I. V. (2006). O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. *Revista FAMECOS*, 1, 16-30.
- Lopes, M. I. V. (2007). Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo. *XVI Encontro da Compós*, Curitiba, PR, em junho.
- Marques de Melo, J. (2003). *História do pensamento comunicacional*. São Paulo: Paulus.
- Marques de Melo, J. (2002). Identidade do campo da comunicação: para sair do gueto acadêmico. In M. Duarte Barros (org), *Comunicação: Discurso, Práticas e Tendências* (pp. 55-66). Brasília: Editora Rideel-UniCEUB.
- Martin-Barbero, J. (2004). *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola.
- Martino, L. C. (2009). Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação. *Revista Argentina de Comunicación*, 3, 125-136.
- Martino, L. C. (2013). Perspectives critiques et épistémologie de la communication: le rôle central du débat sur la technologie. *Où [en] est la critique en communication? Actes du colloque international 80<sup>e</sup> congrès de l'Association francophone pour le savoir*, 7-11. Montréal: GRICIS.
- Mattelart, A. & Neveu, E. (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Santaella, L. (2001). *Comunicação e Pesquisa*. São Paulo: Editora Hacker.
- Santaella, L. (2002). Novos desafios da comunicação. *Lumina*, 3 (2), 1-10.
- Schramm, W.; Riesman, D. & Bauer, R. (1959). The state of communication research: comment. *The public opinion quarterly*, 23 (1), 617
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

## Sociedade biotecnológica de mercado: subjetividade contemporânea e autoajuda

IEDA TUCHERMAN & CECILIA C. B. CAVALCANTI

iedatucherman@gmail.com; ceciliacbc@gmail.com  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

### Resumo

Este artigo pretende analisar, através da observação principalmente das capas Revista Veja, o sujeito empreendedor de si ou capital humano na sociedade de mercado determinada pelo processo de precificação da vida, pressupondo ainda, que vivemos um século que denominamos de biotécnico. Nossa premissa é de que há uma valorização da retórica da autoajuda com o surgimento de campeões de venda de livros neste campo e um aumento considerado das matérias jornalísticas, além da contaminação desta retórica em outras editoriais de mídias informativas. Verificou-se ainda a presença da linguagem de autoajuda em outras editoriais e, na década de 2000, identificamos o surgimento da figura do líder-coach, com dois perfis que nomeamos como o aconselhador e o treinador.

**Palavras-Chave:** Sociedade de mercado; autoajuda; biotécnica; coach

---

### APRESENTAÇÃO

O nosso século pode ser pensado como biotécnico, vigorando diante do contraste entre dois modelos: o que tem a ver com a política como biopoder e governabilidade e o que nasce da técnica. Pois há uma diferença radical entre ambos. Faz parte constitutiva da política a ideia da existência indiscutível de limites, seja entre eu e o outro, este ou aquele país, a própria natureza e a cultura. A noção de contrato social com sua relação de direitos e deveres explicita esta realidade e mesmo que falemos em globalização e na perda de força das fronteiras, a administração dos possíveis continua sendo o princípio da governabilidade.

Ao contrário, a técnica contemporânea repousa sobre o princípio inverso de ausência de limites. É hoje o lugar onde se joga a relação entre o real e o possível. No entanto as condições foram alteradas: parecemos ter erradicado o impossível, que aparece em novas condições temporais, ou seja, como ainda não possível, ou, principalmente, como economicamente inviável.

Isto altera radicalmente nossa ideia de futuro e por consequência, nossa experiência de presente. Estamos nos referindo a um dos princípios fundadores modernos: o da finitude radical que atua nos nossos afetos mais viscerais, dentre os quais a angústia, fundamental para a constituição da nossa construção subjetiva.

Como já desenvolvemos em textos anteriores, as conquistas das biociências afetaram diretamente a tal finitude, pelo menos no que tem a ver imediatamente

com a morte; basta pensarmos em UTIs, CTIs, bancos de sangue, de sêmem, transplantes de órgãos etc, para que esta fique sob suspeita. O outro lado da finitude está vinculado à desproporção entre o que alcançam os nossos sentidos, tão rigorosamente limitados, em relação ao universo infinito. Nossas próteses biotécnicas ou nossos dispositivos de visibilidade resolveram esta questão: no universo da simulação, estes princípios não afetam a possibilidade de produzir conhecimento e, principalmente, a de alterar a materialidade deste mundo infinito. Ou seja, os limites que definiam a finitude humana foram em parte ou totalmente transpostos ou então, deles conseguimos nos desviar na associação entre cérebro e silício, carne e técnica.

No entanto, este desenho precariamente esboçado implica em várias considerações que buscaremos apontar neste texto. Apresentando-as, podemos mencionar que é perigoso concentrar poderes de escolha e/ou decisão em técnicos e administradores, por especificidade de seu próprio campo profissional; os termos que lhes são familiares falam de recursos, sejam estes técnicos, humanos, ou materiais.

O segundo risco associa, como explicita Sloterdijk (2010), que o parentesco entre ciência e capital põe em jogo não apenas o domínio que o capital através de suas maquinarias e do mundo financeiro exerceu sobre os homens. Está em jogo também a hegemonia do saber dominante, a racionalidade cognitivo experimental - que forneceu à técnica os instrumentos para escravização de tudo o que existe. Esta afirmação concorda e sustenta a que abriu o nosso texto: o mundo biotécnico é regulado por outra relação e, principalmente, por outra sensibilidade da qual não conhecemos totalmente nem os propósitos nem as consequências.

Um terceiro fator completa o quadro conceitual: é a nova noção de sociedade de mercado que descreve um momento onde a biopolítica encontra a vertente mais mercadológica da sua existência, quando assistimos, incrédulos, ao início de um processo do que poderíamos chamar de precificação da vida.

## **CAPITAL HUMANO**

É compreensível que, para o universo biotecnológico, pensado em termos de sua lógica técnico-administrativa, a noção de recursos humanos (simultâneos aos recursos técnicos e materiais) se traduza pela noção de capital humano.

Este processo que associa política, vida, economia e tecnologia teria se iniciado bem longe, vislumbrado por Foucault como o momento em que a espécie humana ingressa como aposta no jogo das estratégias políticas. Neste contexto, ele cunhou os termos de biopoder e biopolítica para designar este tipo de poder que se exerce ao nível da vida, constituído por dois eixos: uma anátomo-política dos corpos, que se ocupa do bom funcionamento do corpo como máquina e de seu adestramento para a produção e, uma biopolítica das populações, encarregada das regulações das populações, o que inclui longevidade, natalidade, mortalidade, o nível de saúde e as migrações, um conjunto de decisões e escolhas que determinam certos futuros para certos grupos.

Poucos anos depois, no curso que ministrou no Collège de France de 1978 a 1979, publicado com o título de Nascimento da biopolítica (2008), Foucault acrescenta um dado fundamental para entendermos o nosso hoje, quando anuncia que o homem econômico seria substituído pelo empreendedor de si mesmo, tornando-se um capital humano constituído de elementos que seriam inatos e outros fatores adquiridos. Aí está o que nos interessa: é esta percepção de capital humano assim como as consequências em torno do que ganhou valor e importância e o que foi desvalorizado.

Ao se tornar empresa, o sujeito teria que investir todo o conhecimento adquirido em si mesmo. Porém e paradoxalmente, conhecer estaria, por definição, fora do eu. Ou como diz Gorz, “o conhecido não pode ser reputado conhecido senão quando posto como um objeto cuja existência nada me deve” (2005: 79). Então, se observarmos as novas formas de produção, que chamamos de economia do conhecimento, exige o investimento em si mesmo ou aquilo que a sociedade empresarial chama de motivação. O pressuposto é que o capital humano das empresas é o resultado da soma dos esforços dos empregados que devem se gerir, tendo a empresa como modelo e objetivo e responder pela rentabilidade do seu trabalho.

Acontece, entretanto, que há um movimento paralelo e complementar ao do balizamento deste capital humano. Trata-se do investimento na concepção na existência de um self entendido como uma folha em branco no qual o peso de noções como tradição, identidade ou vínculo não funcionem como peso ou obstrução. O atual self ideal tem duas importantes características: flexibilidade para as infinitas adaptações necessárias e disciplina para manter em alta seu próprio movimento de automotivação. Certamente isto aproxima a perspectiva do humano ao de um modelo novo de adestramento para o comportamento adequado, que se fará relacionando, segundo o caso, um conjunto de processos constituídos por uma mescla de psicologia motivacional, filosofia pragmática e autoajuda, um campo que se alimenta dos cruzamentos destes saberes recém citados aos quais se acrescentam ideias vindas do campo religioso e da saúde e práticas nascidas no esporte, especialmente a figura clássica do coach, treinador.

Antecipando, é como se fosse necessário para ser contemporâneo de verdade, na vida como na empresa, na relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo, tanto o adestramento e/ou aconselhamento dado por este treinador de vida, como a sua aprovação, necessária para a legitimação da própria atualidade.

Dentro desta nova lógica, produzir a si mesmo requer o investimento em novas habilidades, com objetivo, sobretudo, de operar as informações que são geradas em fluxo contínuo. Ou seja, os indivíduos considerados mais bem preparados para o mercado de trabalho são aqueles que usam seu cérebro como ferramenta, ao invés da sua força física ou habilidade motora (qualidades indispensáveis para os trabalhadores do mundo fordista), que reconhecem a existência da sociedade informatizada e a utilizam em seu dia-a-dia.

Num mundo da interatividade e do compartilhamento temos, novamente, duas figuras polarizando as relações: o que sabe o que é necessário para a vida atual

e/ou o que precisa ser informado, treinado e, de certa forma, protegido. O antigo esquema republicano que distribuía educação em torno de uma utopia, a saber, um emissor qualificado para todos os cidadãos foi atualizado; um treinador/aconselhador preparado para os que efetivamente quiserem ser contemporâneos. Podemos falar em compartilhar, uma vez que não se percebe nenhuma relação de segredo. No entanto, e este é um dos nossos fortes pressupostos, há uma distribuição clara de papéis não intercambiáveis e um resultado de fácil observação: a infantilização daquele que deve ser adestrado para ser realmente contemporâneo.

O *coach* vai precisar ainda da qualidade de coordenação, pois, afinal, vive-se numa sociedade do saber-informação, levando os trabalhadores pós-fordistas a usarem toda a bagagem cultural adquirida na vida social. Significa dizer que estes novos trabalhadores são compostos pelas habilidades adquiridas nas atividades fora do ambiente de trabalho, quando exercemos nossa vivacidade e capacidade de improvisação e cooperação. O “centro do coração de valor é o trabalho imaterial (...) e repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas” (Gorz, 2005: 19).

Como consequência direta destas novas relações, podemos supor que os parâmetros de avaliação deste empreendedor de si será sua maior capacidade de conquistar uma melhor existência social, aliada a uma qualidade de vida individual, o que implica em ambos os casos em sucesso profissional, pessoal, social, psíquico e financeiro.

### MÍDIA , COMPORTAMENTO E AUTOAJUDA

Nosso campo de observação foi a Revista Veja, a partir de seu Acervo Digital, fundada no mítico ano de 1968, a de maior circulação no Brasil e a terceira do mundo<sup>1</sup>. Nos concentramos especificamente a partir dos anos 80, quando já podemos falar em matérias sobre comportamento no sentido mais específico; as mais frequentes neste momento serão as vinculadas à saúde e à beleza e à regulação das finanças, a veia mais pragmática da autoajuda.

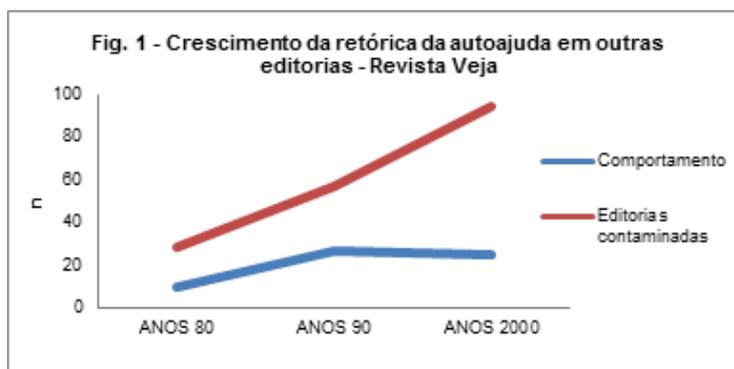


Figura 1

Ao observar as capas e matérias produzidas, verificamos a presença deste empreendedor de si mesmo em dois momentos e em duas mudanças bastante

<sup>1</sup> [www.veja.com.br/AcervoDigital](http://www.veja.com.br/AcervoDigital)

ilustrativas: para começar, um aumento de matérias da editoria de comportamento, quase inexistentes no início e depois, o aumento da sua presença numérica, assim como o contágio que exerce nas outras editorias, especialmente depois dos anos 80, como demonstra o quadro acima (Fig.1).

O segundo momento aparece na virada dos anos 90 para o segundo milênio, onde o repertório e a retórica da autoajuda começam a contagiar a editoria de comportamento mas também outras editorias como vemos no quadro abaixo (Fig.2).

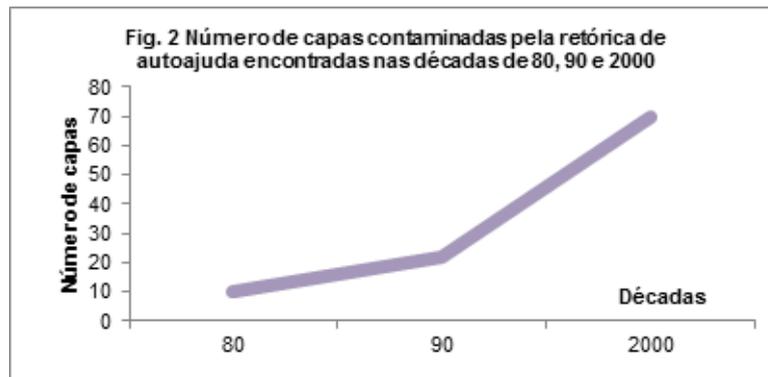


Figura 2

### RETÓRICA DA AUTOAJUDA

Após a análise das Matérias de autoajuda e daquelas contaminadas por seus temas e tratamentos, identificamos três eixos retóricos principais. Primeiro foi identificado o estilo imperativo, do tipo “faça, coma, exercite-se” (Fig.3). Esta matéria cumpre um duplo papel: ao mesmo tempo que aponta para o que agrega valor, indica as ferramentas que podem auxiliar neste “expressar-se com elegância e clareza”, para obter o sucesso.



Figura 3 - Capa da Veja - Edição 2177, de 11/08/2010

O segundo é o que conhecemos como “prestígio do testemunho”. Nascido nas escolas de pesquisas históricas que confrontavam a noção de uma história totalmente centrada na economia, um processo sem sujeito e aparentemente sem espectador, a *história em migalhas* reconduz o foco para o olhar individual, não necessariamente do agente, mas daquele que observou, testemunhou e pôde narrar. Considerando

que isto é acompanhado pelo surgimento e afirmação do princípio do narcisismo, identificado a partir dos anos 80, duas consequências do mundo editorial vão espelhar esta realidade: a moda das biografias e o prestígio do testemunho nas matérias informativas, científicas e culturais. No caso da autoajuda, há o livro *O Segredo*, e podemos encontrar inúmeras matérias com o mesmo perfil, como por exemplo, “*Olimpíadas: O laboratório do corpo – As lições dos atletas sobre saúde cardíaca, peso, nutrição, longevidade e bem estar*” de 13 de setembro de 2000 e “*Elas venceram*”, de 8 de novembro de 2000 (Fig. 4).

Do mesmo modo, a biografia de Jack Welch, *Jack Definitivo*, contando suas táticas de gestão em frente à General Electric, originalmente uma autobiografia, assim como *A cabeça de Steven Jobs*, transformou-os em gurus e aos textos num parente muito próximo da autoajuda. Num segundo momento, tais textos transformam-se em manuais, seja para os departamentos de recursos humanos das empresas, seja para os indivíduos no seu processo singular.



Figura 4 - Capas da Veja: Edição de 13 de setembro de 2000 e de 8 de novembro de 2000.

O terceiro estilo é uma mistura dos dois anteriores: do comando mantém o imperativo, do testemunho mantém a figura exemplo, transformando-a em um líder-guru, que vamos nomear de *coach*, treinador, que é aquele que pode e deve inspirar as melhores atitudes e decisões.

Podemos citar como exemplo, ligado à discussão sobre a liderança contemporânea e sua relação com esta era do coletivo ou do trabalho em equipe, a transformação do técnico brasileiro de vôlei masculino, Bernardinho, em líder motivacional. Este passou a realizar inúmeras palestras em empresas após o Brasil tornar-se bicampeão mundial e da publicação do seu livro *Transformando suor em ouro*, que enumera os dez caminhos que levam ao sucesso. O principal, aponta o técnico, é que a “disciplina não é somente impor e seguir regras rígidas. É, sobretudo, obter o envolvimento de todos numa mesma dinâmica de trabalho”. Para que isto ocorra, o papel do líder é fundamental na busca de tirar o máximo de cada um, pensando somente no melhor para a equipe.

O interesse aí é ainda maior porque a Veja edição 2176 de 4 de agosto de 2010 (Fig.5), produz uma matéria na rubrica esporte com o título: *As lições de um vencedor*. Atualmente algumas editoras pensam em explorar este filão: convidam pessoas que

tiveram sucesso, em quaisquer áreas de atuação, contratam um ghost-writer e o livro sai assinado ora como autobiografia ora como biografia autorizada.



Figura 5 - Veja - Edição 2176, de 4 de agosto de 2010

Indo mais longe, destacamos a matéria “*A Autoajuda funciona*”, de 13 de novembro de 2002, quando a própria *Veja* se coloca como sendo ela mesma capaz de exercer a função de coach. Além de avaliar o crescimento exponencial da literatura da autoajuda e mencionar os autores nacionais e internacionais de maior sucesso, a matéria não apenas assegura que o resultado vale a pena, como sintetiza diversas contribuições vindas da literatura da autoajuda para realizar seu próprio decálogo, apresentado sob a forma das tábuas da lei do Antigo Testamento (Fig. 6).



Figura 6 – Edição 1777, de 13 de novembro de 2002 e Decálogo retirado da matéria.

## SOCIEDADE DE MERCADO

Há ainda outro dado de suma importância que atua tanto no universo biotécnico quanto na ideia, cada vez mais materializada, de capital humano. Não vivemos hoje numa economia de mercado, esta já estava de pé desde o mercantilismo. Nosso lócus é uma *sociedade de mercado que precifica* praticamente tudo, mesmo o que poderia parecer inconcebível. Explicando por partes: só porque a técnica de transplantes evoluiu é que se tornou possível anunciar em jornal ou nas redes sociais e vender um rim; só quando os processos de fertilização *in vitro* avançaram é que as barrigas de aluguel puderam funcionar. São, portanto, valores de mercado que passaram a desempenhar um papel radical na nossa vida social.

Se restasse alguma dúvida, a edição de O Globo de 25 de outubro de 2012 a combateria: com a matéria “*Barrigas de Aluguel: o corpo como capital as pulverizaria*”: seu autor, Rodrigo da Cunha Pereira é um advogado especializado em direito

de família e sucessões, o que, convenhamos, combina bastante com o princípio da sociedade de mercado e do corpo como capital.. Lendo suas declarações:

(...) A questão sobre a qual se deve refletir é: por que não se pode remunerar uma mulher pelo “aluguel” de seu útero? Sabe-se que no Brasil acontece na clandestinidade o que já é lei em vários países, a exemplo dos Estados Unidos, Israel, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Grã Bretanha, Grécia, Holanda, Israel, Índia, Rússia e Ucrânia. O corpo é um capital físico, simbólico e econômico. Os valores atribuídos a ele são ligados a questões morais, religiosas, filosóficas e econômicas. Se a gravidez ocorresse no corpo dos homens certamente o aluguel da barriga já seria um mercado regulamentado. Para se avançar é preciso deixar hipocrisias de lado e aprender com a História para não se repetir injustiças. É preciso distinguir o tormentoso e difícil caminho entre ética e moral (O Globo, 2012)

Os valores de mercado não se referem apenas ao despender dinheiro: também há novas possibilidades de ganhá-lo: alugar espaço na testa ou em parte do corpo para publicidade: A Air New Zeland contratou 30 pessoas (homens e mulheres) para rasparem a cabeça e usarem tatuagens com o slogan: “Precisando mudar? Vá para a Nova Zelândia”, 777 dólares”; oferecer-se para cobaia em laboratórios farmacêuticos para novas medicações; há variações mas reza a lenda que o preço médio é de 7.500 dólares. Fazer fila para lobistas (no caso do Congresso americano custa entre 15 e 20 dólares a hora), contribuir para o banco de esperma; depende da avaliação do doador: físicos valem mais do que contadores, etc. Agora, além dos *head hunters* capazes de avaliar pelo background nosso valor no mercado profissional, existem centros que avaliam óvulos e sêmen, conferindo um valor variável ao devir para o qual contribuiremos.

Primeiro complicador: Se vivemos numa sociedade de mercado, ela está passando ao mesmo tempo por uma crise econômica, onde estão em cheque instituições icônicas como as agências de risco, as seguradoras e os grandes bancos do sistema financeiro internacional. Assim como estão se mostrando incompetentes as políticas econômicas de vários governos. Isto afeta o crédito enquanto dado da economia, mas tem um efeito muito mais importante: afeta a crença, o acreditar, como prática social. De alguma maneira a associação entre ganância e incompetência desvelou-se aos nossos olhos.

Ora, vale lembrar que o que Samuel Smiles, autor do primeiro livro de autoajuda “*Self-Help*”, enunciava exatamente este ponto: o progresso da humanidade, o seu aperfeiçoamento se dará por iniciativas pessoais, individuais. A sua afirmação como liberal era que as instituições não eram confiáveis para nos guiar pelos melhores caminhos. Era preciso um empreendimento pessoal que envolvia assumir responsabilidade diante do mundo, persistência diante dos processos de autoaperfeiçoamento e confiança de que o futuro viria da soma destes esforços. Significava também falar numa descoletivização dos riscos, de uma maneira bem sutil: o não confiável é o próprio coletivo representativo. No limite é de uma descrença radical que nos fala Smiles.

Para embaralhar ainda mais vemos também no horizonte a crise climática, cantada há décadas em prosa e verso que deveria nos ensinar que o limite da

técnica não está no aonde ela pode ir e sim nas consequências dos caminhos feitos. Estes hoje ameaçam a sobrevivência do planeta e da espécie humana. Vamos convir que este agenciamento técnica-economia, sem a mediação dos contratos sociais está mostrando sua face podre. E que o que vemos aparecer como marca da poluição é exatamente aquilo que, ainda, não tem preço: basicamente o ar.

### RESUMINDO E TEORIZANDO

O campo da comunicação e a nossa própria pesquisa tem se detido bastante em associar a biopolítica com a sociedade do conhecimento, compreendendo que estaria no horizonte um novo modelo de relação entre política e técnica. Neste modelo já verificamos que a presença do Estado se faz mais visível na administração das informações do que na sua moderna antiga função de proteção social. É como se, tendo sido alertados para as causas comportamentais de algumas doenças frequentes, cada um de nós fosse individualmente responsável pela sua saúde e qualidade de vida, assim como pelo seu ajuste social.

Não espanta a sensação que um freudiano clássico chamaria de angústia de desamparo, visível sobre as formas de angústia, ansiedade e depressão, tenham tanto espaço no campo social como no midiático. O melhor remédio parece ser um bom aconselhamento, uma condução pragmática capaz de fazer-nos acreditar que todos nascemos completamente equipados para gerenciar nossa vida, como se ela fosse uma empresa exitosa.

Entretanto, a ideia de capital humano foi mais longe do que seus teóricos anunciaram: agregar valor, evitar perda, um repertório econômico que associou-se a esta empresa-vida não trazia ainda a noção de preço ou, mas contundentemente, a ideia de que o mercado é o locus desta vida que gerenciamos. Quando pensávamos em transplantes, por exemplo, a questão ética que se colocava era a de associar vida e morte, ou seja, precisar da morte de alguém para poder sobreviver. O cinema deu heróicos exemplos destes conflitos, um deles é o filme *21 gramas*, de Alejandro Iñárritu (2003); outro mais delicado, mas igualmente ligado ao tema, é o *Feitiço do Coração*, de Bonnie Hunt (2000), onde a protagonista recebe o coração da esposa falecida em acidente, do sujeito do qual ela viria se apaixonar.

Agora a questão dos transplantes tem a ver com filas, prioridades e preços. Como no racínio econômico o mais raro é mais caro ou, a lei de oferta e procura atua aumentando ou diminuindo o valor de cada coisa, temos uma nova e inesperada bolsa de órgãos que torna possível, como citamos acima, alguém oferecer um rim no Facebook.

Fizemos também referência a nova figura do coach, cuja origem imediata é evidentemente vinculada ao mundo dos esportes. No entanto, se subirmos em ombros de gigante veremos uma genealogia bastante mais sutil: nesta figura se recoloca, num plano modificado, a relação entre autoridade e poder que Foucault desenvolveu no texto “*Omnes et Singulatim: em direção a crítica da razão política*” (1981). A questão que ele enfrentava era a de associar o poder centralizador, aquele

que configurou a formação do Estado Moderno, de sua administração e burocracia, com o problema do poder individualizante. O que o autor observou é que malgrado associarmos às sociedades modernas ao centralismo de seus Estados, ele encontra no mesmo ambiente técnicas de poder voltadas para os indivíduos e destinadas a dirigir-lhes de maneira contínua e permanente. Nas suas palavras, “se o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, chamemos de pastoral o poder individualizador” (1981/1994: 136).

Portanto, nosso coach contemporâneo tem um avô pastoral e aqui como lá estamos falando de liderança e retórica de adesão. Nesta pesquisa encontramos dois perfis de coaches, que nomeamos como o aconselhador e o treinador. No primeiro caso, remetendo a origem foucaultiana, este aconselhador é mais próximo ao poder pastoral e, talvez explique porque nesse universo biotécnico, tanto a autoajuda quanto certos movimentos religiosos ganham fôlego num mundo social e no midiático.

O segundo coach é o treinador: oriundo da competição esportiva, seu lugar mais frequente hoje é no campo pragmático dos departamentos de recursos humanos; mas como a vida é uma empresa, ele sobra para nos treinar a sermos contemporâneos dos valores que “valem a pena”. O mais radical tem a ver com a cisão aconselhada entre comportamento e sentimento. Até porque numa sociedade de mercado o que pode ser precificado é o comportamento. Sentimentos tais como alegria, amor, encantamento, tristeza e nostalgia, assim como o ar são imprecificáveis. Neste sentido, sentimentos são atemporais e complexos enquanto os comportamentos podem ser controláveis.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Foucault, M. (1994). *Omnes et Singulatim: vers une critique de la raison politique*. M. Foucault. *Dits et Écrits*, Paris, Gallimard.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gorz, A. (2005). *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- Latour, B. (2005). *Cogitamus; six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris: Ed. La Découverte.
- Martins, A. C. S. (2004). Linguagem, subjetividade e história: a contribuição de Michel Pêcheux para a constituição da análise do discurso, *Unimontes Científica*, 6 (1).
- Sandel, M. (2012) *O que o dinheiro não compra: os limites morais do Mercado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Steiner, G. (2008). *A ciência terá limites?* Lisboa: Ed Gradiva.
- Sloterdijk, P. (2006). *Palais de cristal: à l'intérieur du capitalisme planétaire*. Paris: Maren Sell.
- Sloterdijk, P. (2011). *Tu dois changer ta vie*. Paris: Libella- Maren Sell.
- Tucherman, I. & Cavalcanti, C. C. B. (2013). Apostando nos riscos: como a Veja apresenta o nosso futuro. *Revista Contracampo*.

- Tucherman, I. (2003). Notes for a future anthropotechnology. In S. Real. (org), *Artificial: Ontologies of Postmodernity* org Enrique Larreta. Rio de Janeiro: Unesco.
- Tucherman, I. (2010). *Teoria e Prática dos Media, Situando o local no global*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Tucherman, I. (2012). Autoajuda, mídia e biopoder. *Revista FAMECOS*.
- Tucherman, I. (2012). Desvendando um enigma: mídia, autoajuda e biopoder. In R. M. Rocha & V. Casáqui. *Estéticas Midiáticas e Narrativas de Consumo*. Porto Alegre: Ed Sulinas.
- Veltz, P. (2001). La nouvelle révolution industrielle. *Revue Du Mauss*, 18.

## As histórias em quadrinhos como objeto de estudo das teorias da comunicação

WALDOMIRO VERGUEIRO & ROBERTO ELÍSIO DOS SANTOS

wdcsverg@usp.br; robelisio@uscs.br  
Universidade de São Paulo; Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

### Resumo

A indagação que norteia este texto diz respeito à maneira como as teorias da comunicação têm abordado as histórias em quadrinhos. Para responder essa questão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que abrange diferentes posturas teóricas (funcionalistas, marxistas, estruturalistas, entre outras) para verificar como seus autores estudaram e analisaram este produto midiático. Atenção especial é dada aos teóricos brasileiros, que há cerca de meio século vêm empreendendo pesquisas e reflexões sobre as narrativas gráficas sequenciais.

**Palavras-Chave:** Histórias em quadrinhos; Teorias da Comunicação; Brasil

---

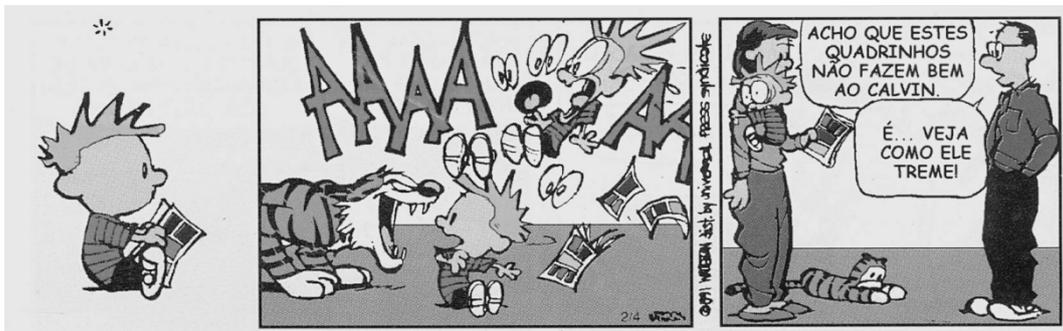


Figura 1

### INTRODUÇÃO

Consideradas, por seus detratores, menos nobres do que outros produtos culturais midiáticos – como as produções cinematográficas, reconhecidas como uma forma de arte desde o início do século XX –, as histórias em quadrinhos despertavam desconfiança, desdém ou simplesmente ojeriza nos teóricos da comunicação. Há menos de meio século, os estudos paulatinamente passaram a analisar e a valorizar as narrativas gráficas sequenciais por seus aspectos estéticos e temáticos.

Realizada no Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), esta pesquisa, qualitativa e de nível exploratório, objetiva detalhar a trajetória do pensamento comunicacional em relação aos quadrinhos. Para tanto, foi feito um levantamento

bibliográfico com o intuito de identificar a maneira como os próceres das teorias da comunicação trataram este objeto de estudo. Na segunda parte do texto serão apresentadas as visões teóricas dos autores brasileiros mais expressivos nesta área.

Esta pesquisa se justifica a partir da constatação de que as histórias em quadrinhos, que já acumulam quase dois séculos de existência, ainda atraem a atenção de grande parcela do público, chegando a alimentar com suas narrativas e personagens a indústria cinematográfica e televisiva. Apesar de utilizar fórmulas consagradas, especialmente no que concerne à produção mais comercial (*mainstream*), os quadrinhos ainda propiciam aos artistas espaço para criação e experimentação estética e narrativa. Dessa forma, ao nos determos na elaboração teórica no âmbito da comunicação, podemos entender como esse produto cultural deixou de ser visto como prejudicial (ao ensino, ao comportamento, à consciência política etc.) e passou a ser considerado como a Nona Arte. Das posturas funcionalistas e críticas aos estudos culturais, passando pela semiologia estruturalista, as teorias da comunicação revelam visões diferentes sobre este fenômeno comunicacional.

#### **DA REJEIÇÃO AO DESVELAMENTO**

Os primeiros estudos dedicados às histórias em quadrinhos datam dos anos 1940, quando as publicações de quadrinhos (*comic-books*) conquistavam os leitores estadunidenses, principalmente crianças, e atingiam um número alto e crescente de vendas, sobressaindo no mercado editorial. As revistas coloridas e repletas de aventuras de personagens advindos dos desenhos animados (Mickey, Pernalonga, Tom e Jerry) e principalmente de heróis (Batman, Superman, Capitão América, entre outros), eram bastante acessíveis, podendo ser adquiridas por alguns centavos de dólar. Essas tiras publicadas em jornais e suplementos dominicais eram apreciadas por milhões de leitores. As distribuidoras (*syndicates*) abasteciam as publicações dos Estados Unidos e de outros países, inclusive do Brasil, com material inédito em grande quantidade.

Neste contexto, teóricos funcionalistas, interessados em estudar os efeitos das mídias massivas, da “arte popular”, sobre o público, realizaram pesquisas e elaboraram teorias sobre os quadrinhos. Um exemplo é o trabalho de Bogart (1973: 224), realizado no início da década de 1950, que colheu opiniões de mais de uma centena de leitores do jornal tabloide *News*, de Nova Iorque, e analisou as tiras nele publicadas. Procurando entender se as histórias em quadrinhos “são lidas porque proporcionam alguma espécie de satisfação (redução da tensão) ao leitor, quer de maneira consciente e deliberada, quer de maneira mecânica e inconsciente”, esse autor chegou à conclusão que

(...) a leitura de histórias em quadrinhos constitui uma experiência superficial. Não descobrimos indício algum de que aqueles cujo interesse por elas é acentuado tenham mais razão ou desejo de se entregarem a fantasias escapistas do que aquelas cujo interesse é reduzido. Além disso, encontramos elevada imbricação de leitura entre as histórias em quadrinhos que são totalmente fantasiosas e as que tratam de temas inteiramente realísticos.

Tanto podemos considerar a história em quadrinhos pelo aspecto recreativo, de “jogo”, quanto pelo aspecto ideacional, de “arte”. Se utilizarmos o conceito da “redução da tensão”, a principal satisfação proporcionada pelas histórias parece ser a que enseja uma suspensão da monotonia do dia. A variedade das suas imagens parece mais significativa do que o verdadeiro conteúdo das mesmas imagens. Apenas em extensão limitada e, só para certos leitores, as histórias em quadrinhos parecem desempenhar uma genuína função catártica através das fantasias que despertam ou expressam. As histórias em quadrinhos apresentam realmente aos leitores fantasias de agressão, sexo e realização, e o seu interesse para determinados grupos de leitores, pode ser compreendido parcialmente nesses termos. Mas não há provas de que o leitor seja levado às histórias em quadrinhos por um desejo violento “consciente ou inconsciente” de sensações vicárias; parece antes que ele leva a elas os seus impulsos normais, como faz em relação a outras experiências da vida, e que as fantasias que elas provocam, embora baseadas nesses impulsos, são breves e têm uma baixa carga emocional (Bogart, 1973: 233-234).

Se os teóricos funcionalistas consideram que as histórias em quadrinhos não exercem influências perniciosas sobre seus leitores, autores que seguem a postura marxista denunciam seu conteúdo carregado da visão ideológica da classe dominante do sistema e condenam nessas narrativas o que julgam ser um pauperismo estético. Adorno (1978: 348), um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt, ao comparar a televisão aos quadrinhos, evidencia que

(..) há uma ligação entre a televisão e as histórias em quadrinhos (*funnies*), aquelas séries de imagenzinhas de aventura semicaricaturais, que frequentemente apresentam as mesmas figuras de episódio a episódio durante anos a fio. Também no que diz respeito ao conteúdo há um parentesco entre muitas novelas de televisão e os *funnies*. Em contraposição, porém, a estes, que não aspiram ao realismo, na TV a relação equívoca entre as vozes reproduzidas de modo até certo ponto natural e as figuras reduzidas permanece inconfundível. Mas tais relações equívocas são próprias a todos os produtos da indústria cultural, e recordam a ilusão da vida duplicada.

Seguindo essa perspectiva crítica, o psiquiatra alemão Fredric Wertham enca-beçou uma campanha contrária à leitura de quadrinhos por parte dos jovens, que quase levou à censura dessa forma de expressão e abalou o mercado editorial estadunidense. Em 1954, Wertham publicou o livro *Seduction of the innocent*, no qual estabelecia uma relação direta entre a leitura de quadrinhos e a delinquência juvenil. Tendo trabalhado em instituições estadunidenses que acolhiam jovens infratores, usou essa experiência para fundamentar seu estudo. No entanto, mais do que uma cruzada contra as narrativas gráficas sequenciais, esse autor inseria-se no grupo de intelectuais que levantava questionamentos quanto ao conteúdo da cultura de massa e à exposição do público a esses produtos.

Segundo Beaty (2005: 77), a concepção de Wertham, a favor de “uma política socialmente engajada dedicada à mudança progressista”, contrastava com o consenso político conservador surgido no pós-guerra. Para esse autor, a postura do psiquiatra, que estudava a cultura de massa pela psiquiatria e a partir de questões políticas, contrariava “as metodologias empiristas que dominariam o estudo dos efeitos midiáticos”. Sua campanha contra os quadrinhos, contudo, acentuou a

condenação que grupos mais reacionários, ligados a religiões ou a associações de pais e mestres, faziam à leitura das revistas e tiras.

O pensamento dialético continuou a repudiar a história em quadrinhos, considerada um produto midiático que veicularia a visão de mundo da classe dominante da sociedade capitalista, contribuindo para a absorção e reprodução alienada e passiva dessas ideias. Nessa linha, na década de 1970, estudos sobre as histórias em quadrinhos foram empreendidos no Chile, durante o curto governo socialista de Salvador Allende. Em um momento marcado pelo acirramento da Guerra Fria, os teóricos acusavam as “historietas”, assim como outros produtos massivos, de ser sustentáculos ideológicos do imperialismo cultural. Exemplo dessa formulação teórica, o livro de Dorfman e Mattelart sobre os quadrinhos protagonizados pelos personagens de Walt Disney pretendia ser uma denúncia do uso de personagens e narrativas voltadas para o público infantil para incutir nos leitores o ponto de vista dos Estados Unidos, a principal potência política e militar do Ocidente.

Ditando suas vontades aos países menos desenvolvidos, o governo estadunidense impunha-se pelas armas, pelo poder econômico ou pelas ideias inseridas nos bens simbólicos transmitidos pela mídia. Ao tratar dos personagens terceiro-mundistas que aparecem nos quadrinhos Disney, Dorfman e Mattelart (1980: 53-54) enfatizam que:

Enquanto os *marines* passam os revolucionários pelas armas, Disney os passa por suas revistas. São duas formas de assassinato: pelo sangue e pela violência. Disney tampouco inventou os habitantes dessas terras; só lhes impôs um modelo próprio do que deveriam ser, atores em seu *hit-parade*, decalcomanias e títeres em seus palácios de fantasia, bons e inofensivos selvagens até a eternidade. (...) Quando se *diz* algo a respeito do menino-selvagem-bonzinho nestas revistas, o objeto em que na realidade se está *pensando* é o povo marginal.

Dorfman e Mattelart (1980: 127) não criticam os quadrinhos Disney por serem porta-vozes do *American way of life*, mas por representarem o *American dream of life*, “o modo por que os EUA se sonha a si mesmo, se redime, o modo por que a metrópole nos exige que representemos nossa própria realidade, para a sua própria salvação”.

Da mesma forma, Dorfman e Jofré, ao estudarem os quadrinhos de heróis, como Zorro – o Cavaleiro Solitário (*Lone Ranger*), que, ao lado do fiel índio Tonto, percorre o Oeste dos Estados Unidos fazendo justiça e combatendo o crime –, atribuem ao personagem o papel de defensor da ideologia burguesa, que é imitado pelo público. Os autores identificam dois tipos de leitura, uma ingênua e outra feita por uma elite intelectual. No caso da primeira, “o leitor assume os valores do super-herói e vive a historietta desde esta perspectiva, em um caminho já traçado pela ideologia”. E ressaltam que “esse é o procedimento ideológico habitual que encontramos na história em quadrinhos tradicional burguesa” (1978: 163-164).

Distante das discussões políticas, o canadense Marshall McLuhan formulou uma teoria da comunicação baseada no relacionamento entre os seres humanos e as mídias. Para ele, os meios são extensões do corpo humano e atuam sobre um ou mais sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato). É pelo uso dos sentidos que as

peças percebem e entendem o ambiente que as cercam. Esse autor relaciona a imprensa, os quadrinhos e a televisão pelo que considera imagens de baixa definição e baixa informação visual. No seu entender (1979: 189), as histórias em quadrinhos “possuem uma forma de expressão altamente participante, perfeitamente adaptada à forma em mosaico do jornal”. Mas errou ao sustentar que essa correlação entre quadrinhos e TV seria “um golpe fatal” da segunda sobre a primeira, “da qual foi antes um rival do que um complemento”. Sobre as acusações dirigidas aos quadrinhos, afirmou que:

(...) Os anciãos da tribo, que jamais haviam percebido que o jornal diário era tão estranho quanto uma exposição de arte surrealista, dificilmente poderiam perceber que os livros de histórias em quadrinhos eram tão exóticos quanto iluminuras do século VIII. Não tendo percebido nada sobre a *forma*, nada podiam perceber do *conteúdo*. Violência e agressão era tudo o que percebiam. Em consequência, com uma lógica literária ingênua, prepararam-se para ver a violência inundar o mundo. Como alternativa, atribuíam os crimes às histórias em quadrinhos (McLuhan, 1979: 193).

Foi nos anos 1960, com os estudos da linguagem dos produtos midiáticos empreendidos por teóricos estruturalistas europeus, que houve o reconhecimento das histórias em quadrinhos como forma de expressão que possui organização diferenciada de outras narrativas e emprega elementos característicos que possibilitam ao leitor criar os nexos entre as imagens e textos dispostas nas páginas, no percurso de geração de sentidos. Ainda no bojo da discussão sobre a validade e o papel da cultura de massa no âmbito social, Umberto Eco dedicou vários estudos sobre quadrinhos, com destaque para “Leitura de ‘Steve Canyon’”, no qual o teórico italiano, utilizando a metodologia da análise estrutural da mensagem, identifica uma “semântica da história em quadrinhos”, um “repertório simbólico” constituído por elementos iconográficos que compõem uma “trama de convenções mais amplas” (1979: 144-145), como as metáforas visuais (ver estrelas ou roncar como uma serra, por exemplo) e balões de fala ou pensamento. Ao desnudar os mecanismos da linguagem dos quadrinhos, Eco possibilitou a compreensão mais ampla de seu potencial narrativo e estético, abrindo caminho para outros pesquisadores, inclusive brasileiros.

Partindo dos mesmos paradigmas teóricos, estruturalista e semiológico, de Umberto Eco, o francês Pierre Fresnault-Deruelle também analisou os elementos simbólicos presentes nas histórias em quadrinhos. Ao estudar o espaço nos quadrinhos como uma “projeção verossímil”, por exemplo, ele identifica três subconjuntos que formam o “microespaço” em que os personagens se relacionam: o espaço sonoro (marcado pela presença de balões e de palavras trocadas pelos locutores) que possibilitam uma “situação de comunicação” entre os personagens, o espaço visual (subdividido em duas partes, a forma da expressão e a forma do conteúdo) e o espaço tátil no qual “os personagens entram em contato uns com os outros”. Sobre o último, esse pesquisador afirma que quando dois personagens colidem ou se atacam violentamente, a “expressão gráfica dos choques e a variação do quadro da imagem constituirão matéria para o código icônico; as onomatopeias (...) remeterão ao código linguístico” (Fresnault-Deruelle, 1980: 127-145).

Os estudos culturais se constituíram como um campo acadêmico eminentemente interdisciplinar na década de 1960, a partir dos trabalhos dos teóricos ingleses reunidos no Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies, centro de pesquisas constituído na Universidade de Birmingham. Bebendo de muitas fontes, utilizando enfoques e perspectivas teóricas diversas e defendendo o foco em atividades do cotidiano como elemento-chave para estudo da dinâmica política e raízes históricas dos fenômenos culturais contemporâneos. Os Estudos Culturais utilizaram ou combinaram diversas teorias para estudo desses fenômenos, desenvolvendo conceitos básicos para entendimento do processo de produção cultural. Especialmente importantes para o movimento dos Estudos Culturais foi o desenvolvimento dos conceitos de identidade (Gilroy, 2006; Hall, 2003) e hegemonia, este último proposto originalmente por Antonio Gramsci. Além disso, para essa disciplina, jamais existiu qualquer problema em trabalhar com diferentes teorias, especialmente os estudos de gênero, de mídia, a teoria marxista, a literária e o criticismo histórico.

A aproximação entre as histórias em quadrinhos e os Estudos Culturais se deu quase que naturalmente, na medida em que um dos preceitos dessa escola teórica é a busca de utilização dos métodos e instrumentos da crítica textual e literária não apenas nas obras clássicas, mas também nos produtos da cultura de massa (Mattelart & Neveu, 2004: 56). Mas não foi apenas isso. Segundo Mark C. Rogers (2001: 93-94), foram 3 os principais temas nos Estudos Culturais que envolveram as histórias em quadrinhos:

First, there is a concern with the media as a site for the production of ideology and the maintenance of hegemony. Comics here are considered in terms of the values they promote. Second, there is an impulse to recuperate mass culture. This manifests itself in attempts to defend from generalized critiques of the mass media as destructive of culture and also, in attempts to understand the meanings they have had in the lives of readers. Lastly, comics have been involved as part of the larger culture, in arguments that do not focus specifically on comics.

Para o autor, tais categorias não são estáticas, com a maioria dos estudos sobre quadrinhos abordando mais do que um desses temas. Nesse sentido, ele destaca a pesquisa pioneira Martin Barker relacionando quadrinhos e ideologia, sobre os quadrinhos de terror e sobre a produção quadrinística inglesa direcionada a leitores adultos, além do trabalho de Robert Reynolds sobre os super-heróis dos quadrinhos como basilares para entendimento de como os Estudos Culturais podem se debruçar sobre as histórias em quadrinhos.

## **O PENSAMENTO COMUNICACIONAL BRASILEIRO E AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

No Brasil, os estudos e as pesquisas sobre quadrinhos contabilizam quase meio século, mas essa trajetória teórica é pouco conhecida, inclusive por muitos que hoje aprofundam as investigações sobre esse produto narrativo e artístico. Por este motivo, serão abordadas a seguir as concepções teóricas formuladas por autores brasileiros em relação às histórias em quadrinhos.

Pode-se dizer que a aproximação teórica aos quadrinhos em território brasileiro ocorreu, inicialmente, a partir do esforço de entusiastas do meio e de produtores engajados na valorização de seu trabalho artístico e na defesa do quadrinho nacional. Nesse sentido, é importante salientar a realização, em 1951, na cidade de São Paulo, da Primeira Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, organizada por um grupo então relativamente jovem de admiradores dos quadrinhos. Composto por Álvaro de Moya (desenhista e jornalista iniciante), Reynaldo de Oliveira (editor), Syllas Roberg (escritor e bancário), Jayme Cortez (desenhista) e Miguel Penteadó (gráfico), esse grupo buscou tornar a exposição a primeira grande abordagem favorável aos quadrinhos aberta para o grande público, destacando originais de autores norte-americanos consagrados e análises críticas realizadas pelos organizadores. Além de um evento propositadamente de forte impacto midiático, também representou, pode-se dizer, a primeira tentativa de dedicar aos quadrinhos um olhar mais científico, buscando o aporte de teorias de análise da imagem utilizadas no cinema e identificando características da produção brasileira. Partiu desses desbravadores, inclusive, a identificação de que Chiquinho, um dos mais populares personagens da revista *O Tico-Tico*, considerado o modelo do personagem brasileiro de quadrinhos, era apenas a versão brasileira de Buster Brown, criação do norte-americano Richard Felton Outcault, no início do século XX (Moya, 2012: 52).

Todos os envolvidos na organização da Exposição de 1951 continuaram ligados às histórias em quadrinhos nas décadas seguintes. Deles, no entanto, Álvaro de Moya foi o único a ingressar na docência universitária, atuando como professor colaborador na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo de 1970 a 1991, quando se aposentou. Optou, no entanto, por manter sua ligação com as atividades produtivas de quadrinhos, cinema e televisão, áreas pelas quais sempre teve especial interesse, não progredindo nos diversos níveis da carreira universitária e permanecendo como professor colaborador durante os 21 anos em que atuou como docente. Apesar disso, não deixou de realizar, durante esse período, um intenso trabalho de investigação independente sobre o meio, dedicando-se aos aspectos históricos e de desenvolvimento da indústria dos quadrinhos, com especial atenção aos quadrinhos brasileiros. Moya publicou o resultado de suas reflexões em diversos livros de autoria própria (1970, 1996a, 1996b, 2003) ou em parceria com outros autores (Cirne, Moya, D'assunção & Aizen, 2002), bem como em dezenas de artigos em jornais e revistas nacionais e estrangeiras.

Ainda que carente, sob certos aspectos, de aprofundamento e rigor científicos, a produção de Álvaro de Moya foi muito importante por incentivar e praticamente estabelecer o modelo para toda a produção diletante sobre histórias em quadrinhos no Brasil, como os textos de Diamantino da Silva (1976, 2003), Ionaldo Cavalcanti (1977) e Roberto Guedes (2005). Por outro lado, também influenciados pelo trabalho de Moya, mas se localizando em nível ao dos autores recém-mencionados – mais próximo, portanto, de um trabalho independente de pesquisa sobre quadrinhos do que de um diletantismo desinteressado –, estão os livros do jornalista Gonçalo

Silva Júnior, que assina somente Gonçalo Júnior, relacionados ao desenvolvimento da indústria de quadrinhos no Brasil (2004, 2010). Enveredando pelas trilhas do jornalismo literário, esse autor é muito bem sucedido ao produzir uma narrativa consistente e bem fundamentada que historia, de forma às vezes até um pouco romântica, os percalços e dificuldades enfrentados por autores e editores para criar no Brasil uma indústria autóctone de histórias em quadrinhos.

Um enfoque histórico relacionado à produção brasileira, embora com viés mais comedido quando comparado ao tom utilizado pelos organizadores da I Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos, teve o escritor cearense Herman Lima em sua obra magistral, *História da Caricatura no Brasil*, na qual, em quatro volumes, realiza um longo e profundo levantamento da produção de humor gráfico e caricatura do século XIX e da primeira metade do século XX no país. Entretanto, para Isabel Lustosa (1998),

Talvez Herman Lima devesse ter se limitado ao que inicialmente se propusera: cobrir o primeiro século de história da nossa caricatura, de 1837 a 1937. No entanto, esta opção significaria deixar de fora parte importante da obra de seu caricaturista preferido, J. Carlos e de muitos caricaturistas que o autor começava a conhecer e a apreciar, como: Nássara, Augusto Rodrigues, Carlos Estevão. Significaria sacrificar a inclusão de todo o ciclo da caricatura brasileira que contemplou o governo Vargas, após o golpe do Estado Novo e a Segunda Grande Guerra. E, por conta do enorme período que abrange, o livro peca por omissão. Nem por isso se pode recusar à História da caricatura no Brasil os títulos que, pelos seus méritos, lhe pertencem.

Deve-se reconhecer que o livro de Herman Lima estava mais interessado em historiar a evolução do humor gráfico nos jornais brasileiros, abordando as histórias em quadrinhos de forma marginal. Mas elas estão lá, nas obras de autores que transitaram pelos dois gêneros, muitas vezes revezando sua produção artística em charges, cartuns, quadrinhos e ilustrações diversas. Entre esses autores estão nomes consagrados no país, como Angelo Agostini, Luis Sá, Carlos Estevão, J. Carlos, entre outros. O trabalho de Herman Lima, devido a sua exaustividade, permaneceu durante muitos anos praticamente como uma estrela isolada no firmamento da produção científica brasileira sobre histórias em quadrinhos. Pode-se dizer que apenas na última década é possível identificar obras que rivalizam com a dele, produzidas por Lailson de Holanda Cavalcanti (2005), publicado em espanhol, e o de Luciano Magno (2012), esta última o primeiro volume de um obra ambiciosa em vários volumes, contemplada no Programa Petrobrás Cultural com prêmio por incentivo à preservação e memória da cultura brasileira.

A primeira pesquisa formal sobre histórias em quadrinhos em ambiente universitário no Brasil foi coordenada por José Marques de Melo, no Centro de Pesquisas da Comunicação Social da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, na cidade de São Paulo. Foi realizada em 1967 e pode-se dizer que se encontra inserida na linha funcionalista dos estudos de comunicação. Nela, o grupo de estudantes coordenado por aquele que veio a ser nas décadas seguintes um dos mais importantes nomes dos estudos de Comunicação no país fez um diagnóstico circunstanciado da produção de

revistas em quadrinhos disponibilizadas pela indústria brasileira no final da década de 1960:

Operacionalmente, o projeto compreendeu dois tipos de análises. A primeira, junto aos editores, consistiu no levantamento de uma série de informações sobre revistas editadas, tiragem, distribuição, pessoal técnico, processo produtivo, normas e códigos de ética, dados sobre o público leitor. A segunda etapa, adotando um tratamento metodológico de natureza qualitativa, envolveu a análise de conteúdo de 25 revistas, selecionadas aleatoriamente entre as editadas pelas empresas brasileiras do ramo. Nessa análise, procurou-se caracterizar a *mensagem* enviada ao público, tipificando-a sociológica, psicológica, antropológica e linguisticamente (Melo, 1970: 195).

Os resultados do estudo foram surpreendentes, deixando evidente o impacto que os produtos da 9ª Arte tinham no mercado editorial brasileiro da época. Os dados mostravam, por exemplo, que muitos títulos atingiam tiragens expressivas, com os títulos de Walt Disney – *Mickey*, *Tio Patinhas*, *Pato Donald* e *Zé Carioca* –, publicados pela Editora Abril, de São Paulo, alcançando, juntos, quase 1,114 milhão de exemplares (Melo, 1970: 205).

Pode-se afirmar que, no Brasil, a década de 1970 marcou a inclusão efetiva das histórias em quadrinhos no campo das Ciências da Comunicação. Como apoio a essa afirmação pode-se apontar a criação de duas disciplinas de graduação especialmente dedicadas a esse tema em programas de ensino de duas universidades conceituadas, a Federal de Brasília e a de São Paulo. A primeira disciplina iniciou-se em 1970, ministrada pelo professor Francisco Araújo, e durou poucos anos. A segunda, ministrada na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), começou em 1972 pelas mãos da professora Sonia Maria Bibe Luyten, sob influência direta de José Marques de Melo, então chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração. Denominada *Editoração de Histórias em Quadrinhos*, continua a ser ministrada até os dias de hoje (Vergueiro & Santos, 2006: 2; Vergueiro, 2013: 75).

A década de 1970 foi marcada pela grande influência da postura marxista no estudo das histórias em quadrinhos no Brasil, com a predominância, na grande maioria de programas de graduação e pós-graduação em Comunicação, de professores defensores dos conceitos e características da indústria cultural, desenvolvidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt. No tocante aos quadrinhos, o mais influente teórico dessa linha de pensamento científico no Brasil foi sem dúvida Moacyr Cirne, professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, que nos anos 1970, participou ativamente da *Revista de Cultura Vozes*, uma das mais prestigiadas revistas de conteúdo cultural na época. Nela, como menciona Cirne em seu depoimento no livro *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*,

Nela, dez vezes por ano, como secretário de redação, editei vários números monotemáticos: números sobre indústria cultural, semiótica, semântica e estruturalismo, poema/processo, vanguardas experimentais, ficção científica, pós-modernismo. De igual modo, números sobre a ideologia dos quadrinhos, o mundo dos super-heróis, e assim por diante (2013: 42-43).

Foram muitas e variadas as contribuições de Cirne à publicação da Editora Vozes. Nelas, buscou muitas vezes contrapor-se a posturas críticas em relação aos quadrinhos que considerava reacionárias, pautando suas observações por um engajamento teórico às proposições esquerdistas. Em análise crítica da produção do jornalista Sérgio Augusto, classificou o trabalho do primeiro colunista de quadrinhos do Brasil como obedecendo

a todo um contexto ideológico, contexto que produz “filosofias” burguesas que só sabem gerar respostas reacionárias às produções epistemológicas, não sabendo distinguir ( e não apenas por ignorância ou má-fé; também por uma ideologia de classe) o radicalmente novo dos possíveis equívocos tecnicistas (Cirne, 1968: 315).

Em outro texto, ao analisar os aspectos ideológicos dos quadrinhos de ficção científica, deteve-se nas relações sociais subjacentes ao Planeta Mongo, palco das aventuras do herói interplanetário Flash Gordon, denunciando a inconsistência de seu projeto histórico e afirmando que

A estrutura política e social do planeta Mongo, onde desponta o ditador Ming – cujos traços orientais já são uma marca ideológica –, reveste-se de uma contradição engendrada pela alta tecnologia da capital Mingo, sem que haja um relacionamento conflitante entre as diversas camadas sociais que a habitam, a não ser em nível de realeza. Os demais reinos de Mongo (Corália, Arboria, Frigia, Tropica) implicam as mesmas lacunas de complexo social (Cirne, 1972: 374).

Sua crítica mais contundente, no entanto, recai sobre o exemplo mais característico do quadrinho norte-americano, o super-herói, para quem tem palavras bastante acerbas, afirmando que

Engendrado pelas profundas contradições da sociedade americana, o super-herói, em sua forma ideológica mais radical (Super-Homem, Capitão América, Homem de Ferro, Capitão Marvel), é um produto nazistificante que, ao surgir, se volta contra o nazismo por um imperativo político, assim como mais tarde se voltará contra o socialismo por um imperativo ideológico. Criado em função da engrenagem que movimenta as coordenadas ideológicas da sociedade de consumo, o super-herói constrói no lançamento de cada novo gibi as suas próprias estruturas mitológicas. O mito do super-herói, e mais particularmente o do Super-Homem, é o mito da classe média americana em busca da auto-afirmação, identificando-se com a possibilidade de usufruir de uma dupla identidade (Cirne, 1971: 300).

Essa mesma postura crítica Cirne colocou em praticamente todos os seus livros. Escritor prolífico, debruçou-se sobre vários aspectos dos quadrinhos, atingindo seu ápice, em termos de pensamento dialético, na obra *Uma introdução política aos quadrinhos*, publicada em 1982, na qual reúne alguns textos antigamente disponibilizados na *Revista de Cultura Vozes*, juntamente com outros especialmente preparados para o volume. A simples enunciação dos títulos dos seis primeiros capítulos evidencia a tônica do livro: “Ideologia e crítica dos quadrinhos”, “O quadrinheiro e a responsabilidade social do artista”, “Os quadrinhos e a luta dos trabalhadores”, “Por um quadrinho politicamente combativo”, “A ideologia dos super-heróis” e “Mickey, Tio Patinhas e o imperialismo cultural”. Logo nas primeiras linhas do livro, deixa bem clara sua posição:

Não existem quadrinhos inocentes, assim como não existe leitura inocente (cf. Althusser) e livros inocentes (cf. Macherey). As histórias (sic) em quadrinhos procuram “ocultar” sua verdadeira ideologia através de fórmulas temáticas muitas vezes simples ou simplistas, fazendo da redundância (a repetição em série imposta pela engrenagem operacional da cultura de massa) o lugar de sua representação: Tio Patinhas, Mickey, Zorro, Fantasma, Tarzan, Super-Homem, Batman, Capitão América, Capitão Marvel, Homem de Ferro, Homem de Borracha, Brotoeja, Riquinho – para citar apenas alguns exemplos conhecidos – expressam uma ideologia conservadora e/ou reacionária (Cirne, 1982: 11).

Cirne refletiu, melhor do que ninguém, a influência no país da produção crítica de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, cuja obra, *Para ler o Pato Donald*, tornou-se leitura de cabeceira, na década de 1960, de todo intelectual que buscasse se firmar como de esquerda. Da mesma forma responderam a essa influência autores como Dagomir Marquezi (1980) e José de Souza Martins (1982).

Pode-se afirmar que Sonia Maria Bibe Luyten é também uma pesquisadora que, no Brasil, iniciou a sua abordagem das histórias em quadrinhos a partir da perspectiva crítica, ainda que em nível bem mais moderado que aquele adotado por Cirne. Seu trabalho se desenvolveu inicialmente a partir de sua atuação à frente da já mencionada disciplina de graduação Editoração de Histórias em Quadrinhos, na Escola de Comunicações e Artes (1985, 1989), e, posteriormente, com a pesquisa que desenvolveu em seu doutorado na mesma escola, que versou sobre mangás, as histórias em quadrinhos japonesas. Nessa obra, Luyten (2000) deu especial atenção à forma como esse estilo de quadrinhos foi desenvolvido no Brasil por descendentes dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil.

Com intensa atuação acadêmica, Sonia Luyten teve importante papel no desenvolvimento daquilo que poderíamos denominar como uma “mentalidade” de pesquisa em torno dos quadrinhos, viabilizando a constituição do primeiro acervo de histórias em quadrinhos em ambiente universitário no Brasil, o Núcleo de Documentação de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, obtido a partir da aquisição da coleção de um particular e depois incorporado à biblioteca da escola. Sonia Luyten também criou o primeiro núcleo de pesquisa sobre mangá no Brasil. Sobre isso, ela relembra,

Do curso de Histórias em Quadrinhos saiu também o primeiro núcleo de pesquisas sobre mangá, a partir da edição histórica da Quadreca na década de 1970. Deste grupo saiu a Abrademi – Associação Brasileira de amigos de Mangá e Ilustração. E a Abrademi promoveu vários encontros como o Mangacom que foi a semente inicial de todos os outros que hoje abrigam mais de 100 mil participantes disseminando a Cultura Pop Japonesa (Luyten, 2013: 51-52).

No entanto, em paralelo à influência da análise marxista das histórias em quadrinhos, também se pode notar, no Brasil, a da análise estruturalista dos quadrinhos, originalmente desenvolvida por teóricos europeus, especialmente por autores como Umberto Eco (1979) e Vladimir Propp (1984). O pesquisador brasileiro que estabeleceu as bases dessa abordagem em relação às histórias em quadrinhos foi, sem dúvida, Antonio Luiz Cagnin, com sua obra *Os quadrinhos*, publicada em 1975

e incluída, com justiça, na prestigiada Coleção Ensaaios, da Editora Ática. Produzido originalmente como dissertação de mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do professor Antonio Cândido, o livro de Cagnin tornou-se referência para todos aqueles que, no país, buscaram analisar as histórias em quadrinhos sob o ponto de vista de sua estrutura narrativa ou se debruçaram sobre os elementos constitutivos de sua linguagem, como, por exemplo, Orlando Miranda (1978), Roberto Elísio dos Santos (2002) e Paulo Ramos (2009). Posteriormente à publicação de sua obra, Cagnin, após ingressar como professor de Semiologia da Imagem na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, passou a se dedicar à pesquisa sobre o início das histórias em quadrinhos no Brasil, buscando identificar, na obra dos primeiros autores do gênero no país - especialmente naquela produzida pelo ítalo-brasileiro Angelo Agostini, durante a segunda metade do século XIX e início do XX -, elementos que comprovassem o pioneirismo dos brasileiros na construção da 9ª Arte (2005). Infelizmente, o autor faleceu em outubro de 2013, antes de conseguir organizar os dados coletados em mais de 30 anos de pesquisa, que permanecem inéditos até o momento. Em depoimento ao livro *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*, Cagnin (2013) ilustra essa fascinação por Angelo Agostini, salientando que

O encontro com a obra publicada de Agostini me marcou. Ele estava ali, em letra e arte e muito antes, a contradizer e negar, em nosso lugar, que as histórias em quadrinhos tenham sido inventadas pelos americanos. Os fãs dos gibis podem mesmo se vangloriar e dizer, de boca cheia, que a primeira história em quadrinhos do Brasil, e uma das primeiras do mundo, foi feita por Angelo Agostini.

Com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – Intercom, em 1977, liderada por José Marques de Melo, as histórias em quadrinhos passaram a ter mais um espaço privilegiado para discussão acadêmica no país. Esse espaço foi formalmente ocupado a partir de 1995, quando, no XVIII Congresso Anual da entidade, em Aracaju, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Humor e Quadrinhos, destacando-se, desde o início, pela “grande disputa de textos e impressionante afluência de público” (Lopes, 1997). Nota-se, aí, o predomínio da Escola Midiológica do canadense Marshall McLuhan, com a especial característica de que grande parte dos membros do GT era composta por acadêmicos com um pé na produção de histórias em quadrinhos. Foram esses os casos de Flávio Mário de Alcântara Calazans, Edgar Franco, Gazy Andraus e Ivan Carlo Andrade de Oliveira. Com o correr dos anos e diferentes coordenações, até sua junção ao Grupo de Pesquisa de Produção Editorial, no início dos anos 2000, a influência dos estudos midiológicos foi se dispersando, podendo-se notar o aparecimento cada vez mais frequente de pesquisas desenvolvidas sob a égide dos Estudos Culturais, especialmente da Escola Latinoamericana.

A influência mais acentuada dos Estudos Culturais nas pesquisas brasileiras sobre histórias em quadrinhos foi um reflexo do avanço dessa abordagem nos Programas de Pós-Graduação do país, principalmente a partir dos trabalhos de teóricos como Nestor García Canclini. Nesse sentido, pode-se dizer que um dos expoentes

dessa abordagem foi o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, especialmente as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Pesquisas de Histórias em Quadrinhos, atual Observatório de Histórias em Quadrinhos, criado em 1990. Exemplos disso são as várias dissertações e teses oriundas de pesquisadores do Observatório nos últimos anos, como as de Gazy Andraus (2006), sobre a integração das histórias em quadrinhos ao ensino universitário (2006); a de Nobuyoshi Chinen (2013), sobre a representação de negros e afrodescendentes nos quadrinhos brasileiros; a de Eloar Guazzelli Filho (2009), sobre a construção do anti-herói brasileira na obra quadrinística de Renato Canini; e a de Gêisa Fernandes D'Oliveira (2009), versando sobre as construções e reconstruções identitárias nas histórias em quadrinhos.

### CONCLUSÃO

Pode-se perceber que as principais linhas teóricas usadas nos estudos da Comunicação (funcionalismo, marxismo, midiologia, estruturalismo e estudos culturais) influenciaram as pesquisas e análises realizadas por teóricos brasileiros. Em determinados momentos, algum desses modelos destacou-se, a exemplo do pensamento crítico marxista, que, na década de 1970, marcada pelo autoritarismo e pela censura, tornou-se o paradigma que abalizou as apreciações sobre as narrativas gráficas sequenciais, com destaque para seu conteúdo ideológico.

No entanto, faz-se necessário destacar que embora o referencial teórico fosse tomado de escolas ou de autores estrangeiros, os teóricos brasileiros têm dado grande contribuição para o estudo do quadrinho nacional, seja pela análise da linguagem, pela pesquisa documental e histórica ou pela pesquisa que evidencia a trajetória de artistas e pela compreensão dos conteúdos e contextos da produção das narrativas gráficas sequenciais do país.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W. (1978). Televisão, consciência e indústria cultural. In G. Cohn (org), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 346-354). 4ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Andraus, G. (2006). As histórias em quadrinhos como informação imagética integrada ao ensino universitário. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-13112008-182154/>>. Acesso em 22.10.2013.
- Beaty, B. (2005). *Fredric Wertham and the critique of Mass Culture*. Jackson: University Press of Mississippi.
- Bogart, L. (1973). As histórias em quadrinhos e seus leitores adultos. In B. Rosenberg & D. M. White (orgs), *Cultura de massa* (pp. 223-234). São Paulo: Cultrix.
- Cagnin, A. L. (2013). A luta pelo reconhecimento do primeiro quadrinhista do Brasil. In W. Verqueiro; P. Ramos & N. Chinen (orgs), *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil* (pp. 57-65). São Paulo: Criativo.

- Cagnin, A. L. (2005). Foi o Diabo! In *DIABO Coxo: São Paulo, 1864-1865*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Cagnin, A. L. (1975). *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática.
- Cavalcanti, I. A. (1977). *O mundo dos quadrinhos*. São Paulo: Símbolo.
- Cavalcanti, L. de H. (2005). *História del humor gráfico en el Brasil*. Lleida: Editorial Milenio.
- Chinen, N. (2013). *O papel do negro e o negro no papel: representação e representatividade dos afro-descendentes nos quadrinhos brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-21082013-155848/>>. Acesso em 22.10.2013.
- Cirne, M. (2013). As aventuras do Capitão Marvel no país de Caicó. In W. Vergueiro; P. Ramos & N. Chinen (orgs), *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil* (pp. 37-45). São Paulo: Criativa.
- Cirne, M. (1974). A crítica e os críticos de quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, 68, 4, 311-315.
- Cirne, M. (1971). Ideologia e desmistificação dos super-heróis. *Revista de Cultura Vozes*, 65, 4, 299-306.
- Cirne, M. (1982). *Um introdução política aos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Angra/Achiamé.
- Cirne, M. (1972). Quadrinhos ficção científica ideologia. *Revista de Cultura Vozes*, 66, 5, 373-380.
- Cirne M.; Moya, Á. de; D'Assunção, O. & Aizen, N. (2002). *Literatura em quadrinhos no Brasil: acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional.
- Dorfman, A. & Jofré, M. (1978). *Super-Homem e seus amigos do peito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dorfman, A. & Mattelart, A. (1980). *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*. (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Eco, U. (1979). *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva.
- Fresnault-Deruelle, P. (1980). O espaço interpessoal nos comics. In A. Helbo (org), *Semiologia da representação: teatro, televisão, história em quadrinhos* (pp. 125-146). São Paulo: Cultrix.
- Gillroy, P. (2006). British cultural studies and the pitfalls of identity. In M. G. Durham & D. M. Kellner, *Media and cultural studies: keywords* (pp. 381-395). Maldem: Blackwell.
- García Canclíni, N. (2003). Cultural studies and revolving doors. In S. Hart & R. Young (ed), *Contemporary Latin American cultural studies*. London: Arnold.
- Gonçalo, J. (2004). *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalo, J. (2010). *A guerra dos gibis 2: Maria Erótica e clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar, 1964/1985*. São Paulo: Editoractiva.
- Guazzelli Filho, E. (2009). *Canini e o anti-herói brasileiro: do Zé Candango ao Zé – realmente – carioca*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em [HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16092009-205951/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16092009-205951/). Acesso em 22.10.2013.
- Guedes, R. (2005). *A saga dos super-heróis brasileiros*. São Paulo: Opera Graphica.

- Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lopes, M. I. V. (1997). Apresentação. In F. M. de A. Calazans (org), *As histórias em quadrinhos no Brasil: teoria e prática*. São Paulo: INTERCOM; UNESP.
- Lustosa, I. (1998). Roteiro para Herman Lima. In *OUTROS céus, outros mares: Catálogo da exposição comemorativa do centenário de Herman Lima*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1998. Disponível em <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB\\_IsabellLustosa\\_Roteiro\\_HermanLima.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_IsabellLustosa_Roteiro_HermanLima.pdf)>. Acesso em 08.10.2013.
- Luyten, S. M. B. (org) (1989). *Histórias em quadrinhos: leitura crítica*. (3.ed.). São Paulo: Paulinas, 1989.
- Luyten, S. M. B. (2013). Implodindo preconceitos: a conduta na pesquisa das histórias em quadrinhos. In W. Vergueiro; P. Ramos & N. Chinen (orgs), *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil* (pp. 47-54). São Paulo: Criativo.
- Luyten, S. M. B. (2000). *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*. (2.ed). São Paulo: Hedra, 2000.
- Luyten, S. M. B. (1985). *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense.
- McLuhan, M. (1979). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. (5ª.ed). São Paulo: Cultrix.
- Magno, L. (2012). *História da caricatura brasileira: v. 1: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. s.L.p.: Gala Edições de Arte.
- Marquezi, D. (1980). *Auika! Algumas reflexões sobre a cultura de massas*. São Paulo: Proposta Editorial.
- Martins, J. de S. (1982). Tio Patinhas no centro do universo. In J. de S. Martins, *O modo capitalista de pensar* (pp. 3-18). São Paulo: Hucitec.
- Mattelart, A. & Neveu, É. (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Melo, J. M. de (1970). Quadrinhos no Brasil: estrutura industrial e conteúdo das mensagens. In J. M. de Melo, *Comunicação social: teoria e pesquisa* (pp.185-246). Petrópolis: Vozes.
- Miranda, O. (1978). *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. (2.ed). São Paulo: Summus.
- Moya, Á. de (1996a). *História da história em quadrinhos*. (2.ed). São Paulo: Brasiliense.
- Moya, Á. de (1996b). *O mundo de Disney*. São Paulo: Geração Industrial.
- Moya, Á. de (2012). *A reinvenção dos quadrinhos: memória da primeira exposição mundial da arte sequencial: quando o gibi passou de réu a herói*. São Paulo: Criativo.
- Moya, Á. de (org) (1970). *Shazam!* São Paulo: Perspectiva.
- Moya, Á. de (2003). *Vapt-Vupt*. São Paulo: Clemente e Gramani.
- D'Oliveira, G. F. (2010). *Saberes enquadrados: histórias em quadrinhos e (re)construções identitárias*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <[HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-22062010-164918/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-22062010-164918/)>. Acesso em 22.10.2013.
- Propp, V. (1984). *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Rogers, M. (2001). Ideology in four colours: British Cultural Studies do comics. *International Journal of Comic Art*, 3, 1, 93-108.

- Santos, R. E. dos (2002). *Para reler os quadrinhos Disney: linguagem, evolução e análise de HQs*. São Paulo: Paulinas.
- Silva, D. da (2003). *Quadrinhos dourados: a história dos Suplementos no Brasil*. São Paulo: Opera Graphica.
- Silva, D. da (2003). *Quadrinhos para quadrados*. São Paulo: Bels.
- Vergueiro, W. (2013). De leitor a pesquisador de quadrinhos: percalços e vitórias de uma viagem fascinante. In W. Vergueiro; P. Ramos & N. Chinen (orgs), *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil* (pp. 67-79). São Paulo: Criativo.
- Vergueiro, W. & Santos, R. E. dos (2006). A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005. *UNIrevista*, 1, 3, 1-12. Disponível em <[http://www.unirevista.unisinos.br/\\_pdf/UNIrev\\_VergueiroSantos.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_VergueiroSantos.PDF)>. Acesso em 09.10.2013.

## Reflexões sobre a comunicação, o jornalismo e a mídia como campos do conhecimento e profissional

BOANERGES BALBINO LOPES; LUIZ ADEMIR DE OLIVEIRA & RAFAEL PEREIRA DA SILVA

bblopes@globo.com; luizoli@ufsj.edu.br; dom-rafasil@hotmail.com  
*Universidade Federal de Juiz de Fora*

### Resumo

O objetivo do artigo é refletir sobre o campo da Comunicação, seus objetos e o jogo de interações entre o campo acadêmico da Comunicação e os campos sociais do Jornalismo e da Mídia enquanto espaços de criação de conhecimento e atuação profissional. O campo comunicacional constitui-se como um espaço movediço, multifacetado, atravessado por diversos microcosmos sociais, daí sua relevância, e a importância em refletir e pensar sobre este campo que está em consolidação, e que si constitui, na contemporaneidade, como um campo fundamental para pensar e compreender as relações de poder e trocas simbólicas no espaço social cada vez mais complexificado pela presença marcante das tecnologias da comunicação.

**Palavras-Chave:** Campos sociais; comunicação; jornalismo; mídia

---

### O CONCEITO DE CAMPO E SEUS IMPRIMENTOS

O conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu (1983; 1997; 2012) é extremamente frutífero para compreensão e reflexão da comunicação enquanto um campo multifacetado, principalmente em relação a seus objetos e problemas de pesquisa. Atravessado por vários microcosmos sociais, como o campo político, o econômico, o midiático e o acadêmico, ou em seus subcampos, como o profissional em jornalismo, publicidade, comunicação organizacional etc. Este conceito pode ser entendido como um espaço social estruturado que possui autonomia relativa e leis próprias. Esses microcosmos da sociedade caracterizam-se por agentes dotados de um mesmo habitus, onde o campo estrutura o habitus e o habitus constitui o campo. A existência de um campo e de seus limites é determinada pelos interesses específicos, os investimentos feitos pelos agentes dotados de um habitus e pelas instituições. Este campo está em constante processo de estruturação, reformulação, e em constante conflito. Bourdieu também afirma que a relação entre os campos se dá por uma rede de relações que são feitas entre os diferentes agentes sociais como também pelas diferentes estruturas.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997: 57).

Ao refletir sobre a comunicação como campo, é preciso ter em mente que esta esfera social abarca múltiplas dimensionalidades. Lopes (2000), ao realizar uma reflexão sobre o estatuto disciplinar da comunicação, propõe partimos de uma definição formal e abrangente do que seja o campo acadêmico da comunicação:

(...) um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação. Isso implica dizer que nesse campo podem ser identificados vários subcampos: 1) o científico, que implica em práticas de produção de conhecimento: a pesquisa acadêmica tem a finalidade de produzir conhecimento teórico e aplicado (ciência básica e aplicada) através da construção de objetos, metodologias e teorias; 2) o educativo, que se define por práticas de reprodução desse conhecimento, ou seja, através do ensino universitário de matérias ditas de comunicação; e 3) o profissional, caracterizado por práticas de aplicação do conhecimento e que promove vínculos variados com o mercado de trabalho (Lopes, 2000: 48).

Bourdieu (1983) assevera que a posição de cada um no campo é tanto uma posição científica como uma posição política e que suas estratégias para manter ou conquistar lugar na hierarquia científica possuem sempre esse duplo caráter. Assim sendo, torna-se ser “inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais (políticas) das práticas essencialmente sobredeterminadas” dos agentes envolvidos (Bourdieu, 1983: 124).

Muniz Sodré (2012), ao analisar o conceito de campo simbólico estabelecido por Bourdieu, argumenta que tal conceito reúne a análise das estruturas objetivas do fato social à análise da gênese, em nível individual, das estruturas mentais que geram uma determinada prática. Seu projeto teórico é, no limite, a formulação de uma teoria da prática, onde, três pilares lhe servem de sustentação: (1) habitus, ou o conjunto cognitivo de disposições que motivam práticas e percepções; (2) espaço social ou a situação existencial dos indivíduos, isto é, as suas propriedades relacionais ou diferenças intersubjetivas; (3) capital simbólico ou o conjunto de modos de dominação, tanto em nível físico quanto econômico, cultural e social, responsável pelas estruturas de poder. A complexidade do campo da comunicação resulta aí da convivência entre regimes de interseção/interação com outros campos, agentes e habitus, a comunicação torna-se um entre-lugar.

#### **A PROBLEMÁTICA DA COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE OBJETOS**

Campo teórico novo, que se inicia no decorrer do século XX, a partir da emergência de novos fenômenos comunicacionais, que proporcionaram uma forma alternativa, até mesmo substitutiva em alguns momentos, das maneiras de interação e mediação no âmbito social. O conhecimento neste campo do saber se faz marcado pelas questões colocadas pela consolidação do capitalismo industrial em sua fase imperialista, além do novo papel da ciência e a emergência de novas tecnologias da comunicação. No Brasil, como demonstra Lopes (2000), o estudo sistemático da comunicação de massa é datado da década de 1950, resultado da manifestação do fenômeno dos meios de comunicação, que se desenvolveram a partir de então. Esta

emergência propiciou descobertas científicas que justificam o aprofundamento de um campo de conhecimento no país.

(...) o progresso tecnológico, representado por conquistas do setor eletroeletrônico, em íntima associação com uma definição mais clara com os meios de comunicação como produtores de uma “cultura de massa” – que, nos Estados Unidos, se chamou mass culture –, foi responsável por consideráveis transformações na esfera da comunicação. No Brasil, tornaram-se maiores e mais fortes as agências de publicidade e propaganda, iniciou-se a regulamentação da profissão de relações públicas e os antigos cursos de jornalismo passaram a integrar escolas de Comunicação Social (Polistchuk & Trinta, 2003: 13).

No percurso de constituição e consolidação do campo da Comunicação, a inserção de novas perspectivas, objetos de pesquisas e bases teóricas são uma constante, como é possível observar no trabalho de (Martellart, 2001) sobre a *História das Teorias da Comunicação*, nesse imbróglcio, conceitual e epistemológico, surgem perguntas tais como: o que é a comunicação? Quais os seus objetos? Sobre o quê falamos ao pensar e refletir sobre esta disciplina? Quais seus imbricamentos com os campos profissionais e sociais? E, principalmente, qual a importância do saber comunicacional?

Perguntas pertinentes à reflexão sobre a cientificidade do campo, no entanto, de difíceis respostas, devido à natureza fluida das sociedades pós-modernas. Contudo, paulatinamente, o Estado de Arte do campo tem apontado caminhos, se não respostas às indagações propostas pelo saber comunicacional, no Brasil temos como referência os trabalhos de vários pesquisadores (Lopes, 2000; Martino & França, 2001; Machado, 2004; Braga, 2011; Sodré, 2012). Entretanto, como mesmo sublinha Muniz Sodré (2012), ainda hoje continua sendo conceitualmente ambígua a palavra comunica o. Isto porque a comunica o   um campo diversificado, movediço, e que recobre uma variedade de sentidos.

Este cenário tem provocado na pesquisa em comunica o, onde imperam diversas tradi es teórico-metodológicas, revisões nos últimos anos, como propõe (Lopes, 2000, 2003). Segundo a pesquisadora, em trabalho posterior:

A multiplicação de propostas de reformulação teórica dos estudos da comunicação manifesta uma insatisfação generalizada com o estado atual do campo e a urgência de repensar seus fundamentos e de reorientar o exercício de suas práticas. São análises convergentes, se bem que nem sempre complementares, análises que realizam revisões, redefinições, reestruturações, reinterpretações e rupturas com categorias analíticas, esquemas conceituais, métodos de investigação. Não obstante, são análises reveladoras da complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos comunicativos num mundo cada vez mais globalizado, multiculturalizado e tecnologizado, mas também cada vez mais fragmentado e desigual (Lopes, 2004: 3).

A multiplicidade dos fenômenos comunicacionais possibilita a construção de objetos e problemas de pesquisa variados. Definições estas multiplicadas pela presença marcante de novos dispositivos eletrônicos, a ubiqüidade tecnológica, e o sistemas de medição em redes multiplanetária.

Se isso vem sendo assim a muito, a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas acrescentaram novas vozes a essa polifonia, num fim de

século que faz da comunicação figura emblemática da sociedade do Terceiro Milênio (Marttelart & Marttelart 2001: 9).

Se, por um lado, existem muitas indefinições sobre o estatuto deste campo, por outro, é certo que presenciamos um momento significativo para a comunicação, já que vemos esta disciplina no centro das mediações e trocas simbólicas da sociedade contemporânea.

(...) é ocioso debater sobre o estatuto acadêmico do Campo da Comunicação – se de ciência, arte, disciplina, ou apenas um gênero de literatura. O que parece importar é a constatação inarredável, na presente situação histórico-social, da objetivação de um espaço de estudos, reflexões e pesquisa percebidos largamente como relevantes, espaço este que, ao ser nomeado pelo termo “Comunicação” ou pela expressão “Comunicação Social”, encontra forte consenso quanto ao de que se está falando – ainda que o contorno e a organização interna desse espaço estejam longe de ser consensuais (Braga, 2001: 63)

Para Martino (2001: 19), é plausível que a comunicação tenha ganhado visibilidade neste momento onde deixa de ser uma prática social imediata e constitutiva da consciência humana ou das relações interpessoais, para se tornar um exercício enquanto estratégia de poder. Assim sendo, a comunicação como saber especializado tem como objeto os processos comunicação, as trocas simbólicas, as disputas por poder, e as instancias de mediação proporcionado pelos velhos e novíssimos dispositivos eletrônicos.

No entanto, como alerta o mesmo autor, ao analisar a interdisciplinaridade e o objeto de estudos da comunicação, é preciso que se faça uma ressalva sobre a definição do objeto desta disciplina:

(...) o problema da definição do objeto de estudos dessa disciplina. Problema cuja verdadeira dimensão somente se revela à medida que se tem em conta a riqueza semântica da palavra comunicação, os diferentes universos que ela evoca, mas, sobretudo o fato que os processos comunicativos atravessam praticamente toda a extensão das Ciências Humanas. (...) Em outras palavras, a natureza dos estudos em Ciências Humanas – que têm no homem, um ser essencialmente comunicativo, seu objeto comum – faz com que a análise dos processos comunicativos seja um ponto de passagem quase que obrigatório, o que dificulta a delimitação mais precisa do objeto da comunicação, uma vez que ele se encontra misturado às análises de outras disciplinas (Martino, 2001: 28).

De outra forma, fazendo uma introdução a uma sociologia reflexiva, Pierre Bourdieu (2013) salienta que:

(...) o cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de por em jogo “coisas teóricas” muito importantes a respeito de objetos ditos “empíricos” muito preciso frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências humanas, que a importância social ou política do objeto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrada – é isto sem dúvida que explica que os sociólogos mais inclinados a avaliar a sua importância pela importância do objeto que estuda (Bourdieu, 2013: 20).

Como argumenta o autor, na realidade o que conta é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua

capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos, ou, o que é mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de ângulos imprevistos (Bourdieu, 2012: 20). O sociólogo ainda destaca que é preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas – o que supõe uma relação muito especial com o que se chama geralmente teoria ou prática.

Ao colocarmos em prática uma reflexão sobre o campo da comunicação e suas interseções com o campo do jornalismo e campo dos medias, os quais consideramos objetos de estudo do saber comunicacional, mas não só deste, já que como campo de pesquisa e produção de conhecimento, é importante remeter a sua articulação com a área de Ciências Sociais, tendo em mente sempre que disciplinas e tradições de pesquisas têm perguntas de outra ordem ao debruçarem-se sobre um determinado objeto de análise.

Trata-se da relação orgânica entre as ciências sociais e a comunicação na medida em que a sociedade moderna foi sendo cada vez mais plasmada nas formas de comunicação moderna. Dois exemplos são suficientes: um saber como o da antropologia não seria possível sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa (hoje, a aldeia global e a comunicação via internet em escala global), e um estudo como o de Habermas sobre a opinião pública revelando a importância desta na constituição da sociedade civil moderna, e a emergência da idéia de esfera pública ligada aos mecanismos de informação e da comunicação (Lopes, 2004: 9).

Dessa forma, propomos que a ciência da comunicação, como lugar singular para a compreensão da dinâmica social que se apresenta na hordienidade, deve ser vista e pensada de forma complexa, o pensamento complexo, como propõe Morin (1997), é aquele que religa, conhece e permite a compreensão humana, possibilita a compreensão multidimensional dos acontecimentos, fenômenos e processos ocorridos na vida.

O pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado disjuntou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também - dialogicamente – conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui a nossa realidade; que tenta dar conta do que significa originariamente *complexus*: 'o que tece em conjunto', e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: 'abraçar'. O pensamento complexo é um pensamento que pratica o abraço (Morin, 1997: 11).

É no objeto-mundo, como salienta Lopes (2004), com sentido que as ciências humanas e a comunicação se encontram. No mundo “comunicação” que tanto os *media* como as ciências humanas nos oferecem interpretações diferentes de uma realidade cambiante, multiforme, onde o jornalismo, como instituição secular, e os meios de comunicação, têm presença marcante como mediadores sociais e instâncias de poder simbólico, sendo detentores de lugares de fala privilegiados na sociedade. Como argumenta Braga (2011: 64), o que distingue uma disciplina de conhecimento social, hoje, é, sobretudo, uma tradição constitutiva de um ângulo especial para olhar a sociedade. Não é o tema que assegura pertinência, mas sim a visada sociocomunicacional posta sobre os objetos do mundo real.

## O CAMPO DA COMUNICAÇÃO COMO ESFERA DE MEDIAÇÃO SOCIAL

Se há controvérsias que ainda marcam a comunicação como campo de conhecimento (interdisciplinar, transdisciplinar) por estar sempre vinculado a outros campos do conhecimento, como Sociologia, Ciência Política, Filosofia, entre outros, o campo da comunicação, segundo Adriano Duarte Rodrigues (1990), assume um papel estratégico nas sociedades modernas. Para o autor, o campo midiático avoca a tarefa de servir de campo de mediação social, onde os demais campos sociais buscam visibilidade e legitimidade para as suas ações e discursos.

Rodrigues afirma que a modernidade trouxe grandes novidades no cenário social. Ele aponta quatro processos que deram este lugar estratégico para a comunicação. Primeiramente, o autor aponta a secularização dos ritos sociais, em que há um abandono das práticas religiosas e transcendentais como fontes de explicação do mundo. O mundo torna-se racional, secular e pautado por uma outra lógica discursiva. Em segundo lugar, em função disso, emerge um espaço público moderno e complexo, em que a mídia terá papel fundamental ao ser a esfera em que os embates discursivos vão ocorrer. Em terceiro lugar, se antes a religião fazia do universo um todo indivisível, a modernidade faz com que haja uma fragmentação da vida social. Emergem os campos sociais ou simbólicos, como apontou Bourdieu em suas obras. Cada campo social passa a ter uma lógica própria de funcionamento, regras e linguagem própria. Estes campos sociais vivem uma relação de mútua contaminação entre si no sentido de que um campo tenta se sobrepor ao outro. Aí está o jogo de interações.

Neste contexto, o quarto aspecto diz respeito ao campo midiático como o campo de mediação social, onde os demais campos travam suas lutas simbólicas. Por isso, Rodrigues (2002) argumenta que o campo midiático tem funções estratégicas: (1) visibilidade – é onde os demais campos buscam tornar públicas suas ações e discursos; (2) legitimidade – ao ganhar visibilidade, procuram legitimar suas ações; (3) Naturalização – o discurso midiático torna comum, natural tanto as mídias como os seus discursos e os discursos de outros campos sociais, camuflando os processos em que são construídos; (4) Exacerbação dos diferendos – no campo midiático, os outros campos sociais tornam-se campos em conflito; (5) Compatibilização – ao mesmo tempo em que evidencia os conflitos dos outros campos sociais o campo midiático busca compatibilizar e garantir a manutenção do sistema.

Rodrigues (1990) conceitua o campo midiático como um campo complexo que não é apenas sinônimo de mídia, mas um campo que abarca todos os suportes midiáticos (TV, rádio, impressos, internet e outros suportes). Assim como os outros campos sociais, o campo midiático tem suas regras próprias de funcionamento. Segundo o autor, é de natureza exotérica, ou seja, o discurso midiático procura ser o mais compreensível possível para todos os públicos. Cabe ao discurso midiático receber os discursos dos outros campos sociais que são de difícil compreensão, portanto de natureza esotérica (como, por exemplo, o campo da medicina, o campo da política, entre outros) e transformá-los em discursos midiáticos de fácil compreensão. Por isso, o jornalismo torna-se um certo referencial de mundo, em que as pessoas buscam informações sobre o atual estado do mundo (Gomes, 2004).

Thompson (1998), por sua vez, afirma que a comunicação massiva e pode ser incorporada a comunicação digital é responsável por criar novas formas simbólicas. Com isso, a mídia estabelece novas formas de interação social. Além de a interação face a face, surge a comunicação mediada, que permanece dialógica, mas com a intervenção de um meio técnico, o que implica no distanciamento de tempo e de espaço, como os telefonemas, emails, conversas por skype etc. E, por fim, a quase interação refere-se à comunicação direcionada para um grande público, como ocorre na comunicação massiva.

Thompson afirma que a mídia transforma a relação dos poderes. Ele tipifica os quatro tipos de poder: poder político (relacionado ao poder que parte das instituições políticas), o poder coercitivo (o uso ou ameaça de força física), o poder econômico e o poder simbólico ou cultural (relacionado aos bens simbólicos). A mídia torna o poder simbólico o poder mais recorrente nas sociedades modernas. Por isso, o campo da comunicação torna-se estratégico.

#### **JORNALISMO COMO CAMPO DE CONHECIMENTO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Como salienta Elias Machado (2004), por muito tempo o jornalismo esteve relegado ao terreno das práticas, coube ao Jornalismo, ao menos até o final do século passado e ao contrário de práticas profissionais mais antigas como o Direito, um status marginal dentro das universidades (Machado, 2004: 2). Isso ocorreu primeiro, pela tardia incorporação à lista dos cursos oferecidos em nível superior; e em segundo, pelo fato de permanecer como um espaço para o ensino de técnicas, que desconsiderava a necessidade de produção de conhecimento novo como um pressuposto para a formação dos futuros jornalistas.

Na atualidade, uma questão de destaque na rotina acadêmica da área, é a tentativa de pensar o campo do jornalismo como possuidor ou não de um estatuto científico próprio, menos ou mais dependente de arcabouços conceituais e teóricos de outros campos das ciências sociais e humanas (Silva, 2009).

É visível o fortalecimento do Jornalismo como campo científico-institucional nos últimos cinco anos no país (ver a ainda recente criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor) e de revistas acadêmicas, linhas e núcleos de pesquisa e programa de pós-graduação especializado em jornalismo etc.). Compassada com a institucionalização de seu campo científico, segue a especificidade da reflexão acadêmica, na direção da disciplinarização, para a defesa de um território delimitado para a produção e reprodução do saber jornalístico. De modo oposto à centrifugação verificada na antidisciplina / transdisciplina Comunicação (ver Martino, 2003 e 2006; Fuentes Navarro, 2003), ocorre nesse movimento centrípeta da potencial disciplina Jornalismo, aqui afirmo paradoxalmente, um afastamento de qualquer abordagem epistemológica – que é fundamental quando se pretende pensar a Teoria do Jornalismo ou o Campo Jornalístico (Silva, 2009: 200).

Entretanto, devemos reconhecer que, assim como expõe Machado (2004), como as demais práticas profissionais, dependendo da perspectiva, o jornalismo desempenha três funções diferenciadas: 1) de prática profissional; 2) de objeto científico

e 3) de campo especializado de ensino. Ou seja, não é possível analisar a questão conhecimento-jornalismo a partir da separação cultura profissional (fazer jornalístico), discurso acadêmico (pesquisa em comunicação) e setor empresarial (meios de comunicação).

Como propõe o mesmo autor, todo objeto de pesquisa, como o fenômeno jornalismo pode estar submetido às incursões investigativas dos mais diversos campos do conhecimento. O caráter multifacetado dos fenômenos possibilita que, um mesmo objeto, neste caso o jornalismo, como prática social, seja compreendido por olhares distintos. O que deve ficar claro é que cada pesquisador parte para o campo de trabalho interessado em compreender determinados pontos obscuros (Machado, 2004: 8).

Como pesquisadores do campo da comunicação, acreditamos que apenas este campo do saber pode oferecer uma visão sistêmica do fazer jornalístico, pois este deve estar inserido e observado sobre o olhar da complexidade do fenômeno comunicacional que abarca a sociedade contemporânea. A visão holística que o saber comunicacional nos oferece ao debruçarmos sobre o campo do jornalismo e sobre a prática profissional nos possibilita uma compreensão particular sobre esta esfera social e as mudanças estruturais que tem ocorrido neste campo, em decorrência da emergência de novas tecnologias da comunicação, da convergência digital e o surgimento de um nova ecologia midiática, onde novos contratos de comunicação e lutas por poder simbólico são estabelecidos.

Falar em mudanças estruturais no jornalismo implica, antes de tudo, em situá-lo como uma prática social, marcada por um processo de reinvenção permanente (Rin-Goot & Utard, 2005). O jornalismo é parte da sociedade. Ele é (re) construído a partir da participação contínua de diferentes atores sociais (indivíduos, instituições, conceitos e abstrações etc.) que interagem a partir de um conjunto de normas e convenções, responsáveis pela coordenação das atividades vinculadas a essa prática (Becker, 1982; 2002; Pereira, 2010: 4).

No Brasil, por exemplo, as mudanças estruturais têm promovido a expansão de um forte segmento de mídias institucionais, o que tem sido considerada, por muitos pesquisadores, como uma alternativa imediata para jornalistas veteranos e mesmos os egressos das universidades. Trata-se ainda de um dos poucos setores que apresentam crescimento expressivo no mercado de trabalho brasileiro, conforme constata Jacques Mick e Samuel Lima com a realização de uma pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro:

Transformações estruturais do capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional e produziram um ambiente em que se configuraram por inteiro as possibilidades de atuação dos jornalistas. Como resultados, as dimensões da categoria se expandiram exponencialmente e alteraram-se competências e habilidades deles demandadas (Mick & Lima, 2013: 15)

O levantamento realizado pelos pesquisadores, por meio de uma ampla pesquisa em 2012, apresenta os resultados de uma enquete em rede, de participação

espontânea, com 2731 respostas. A pesquisa estima que o total de jornalistas registrado no período compreendido entre 1980 e 2010 no Brasil seja de 145 mil jornalistas, sendo que 1 (um) em cada 4 (quatro) jornalistas no país não tem registro profissional. Dos jornalistas brasileiros, 54% trabalha atualmente nas mídias, ou seja, estão envolvidos com a produção de notícias em veículos clássicos, como jornais diários, revistas, telejornais ou radiojornais (Mick & Lima, 2013). Já os profissionais que atuam fora da mídia, como assessores de imprensa ou comunicação, ou em inúmeras outras funções chegam a 40,3% dos jornalistas brasileiros, sendo que deste universo 68,3% dos jornalistas são contratados como assessores de imprensa ou comunicação.

Dada as singularidades do processo de constituição da comunicação organizacional no Brasil, o trabalho de assessoria de imprensa/comunicação tem sido considerado na prática uma esfera de atuação de jornalistas (Moura *et al.*, 2008; Sant'anna, 2007). Por negociação e consentimento dos órgãos sindicais brasileiros, os profissionais que atuavam nas assessorias antes ocupadas por profissionais da área de relações públicas foram absorvidos na mesma categoria dos jornalistas, sem que isso causasse problemas identitários.

Outras mudanças recentes que apontam o jornalismo como um campo mais autônomo em relação à própria comunicação diz respeito à homologação das Diretrizes Curriculares para o Jornalismo, ocorrida em setembro de 2013 (Ministério da Educação, 2013). As diretrizes apontam a necessidade de uma formação específica em Jornalismo, substituindo, inclusive, a nomenclatura dos cursos que antes eram chamados de curso de Comunicação Social e habilitação em Jornalismo. Agora, já ganham autonomia como cursos de Jornalismo bem direcionados. O documento deixa bem claro que o campo jornalístico abandonou a formação mais genérica e passou a compreender que a graduação forma jornalistas e não comunicadores, por isso a necessidade de reforçar a formação em Jornalismo.

As diretrizes trazem também mudanças que implicam em reformulações nas grades curriculares, com uma formação equilibrada entre teoria e prática, dividida em seis eixos de formação. Para não perder uma visão mais crítica da sociedade, tem-se o eixo de formação humanística. A formação em Comunicação fica restrita ao eixo de formação contextual. Ainda, em termos teóricos, tem-se a formação específica em Jornalismo. Os outros três eixos dizem respeito à formação prática e laboratorial, todos focados no Jornalismo nos seus diversos suportes (impresso, televisivo, radiofônico, web e a formação em assessoria de comunicação).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho, com o objetivo de refletir e compreender o campo da comunicação e seus imbricamentos com os campos sociais do jornalismo e da mídia, toma como ponto de partida as formulações e conceitos de Pierre Bourdieu. O conceito de campo estabelecido pelo autor é basal para compreensão da emergência e consolidação da comunicação enquanto campo acadêmico-científico. Esta formulação é importante para a compreensão da dinâmica estrutural do campo, pois

como mesmo assevera o autor o campo é um lugar de disputas, lutas pela transformação e conservação do campo.

Acreditamos que o avanço do campo deriva desta disputa entre dominados e dominantes, nesta batalha teórico-epistemológica surgem uma multiplicidade de propostas de pesquisas e reformulações teóricas indicativos de novos caminhos para o campo da comunicação. A inserção de novas perspectivas, objetos de pesquisas e bases teóricas são uma constante e está ligada a movimentação do campo e das disputas. Entretanto, pela natureza multifacetada e de múltiplas interações do campo da comunicação faz necessário alguns cuidados, o principal deles é não deixar que a visão dominante dos agentes do campo, obscureça a visão complexa sobre os objetos comunicacionais.

A comunicação como saber especializado e campo de conhecimento tem como objeto os processos comunicação, as trocas simbólicas, as disputas por poder, e as instâncias de mediação proporcionada pelos velhos e novíssimos dispositivos eletrônicos. O saber científico do campo derivado daí, da interconexão entre esses vários elementos, e só avançara como m saber autêntico se levarmos em conta essas múltiplas interações que abarcam o campo profissional, acadêmico-científico e econômico (meios de comunicação) e tecnológico com a presença cada vez mais marcante das novas tecnologias da comunicação. Dessa forma, mais que nunca, é preciso que o pensamento comunicacional atue sobe a luz da complexidade, já que esta é uma tendência da sociedade na era da informação. Permitindo uma visão sistêmica, a ciência da comunicação poderá ser, se já não o é, um lugar singular para a compreensão da dinâmica social que se apresenta na hordienidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bernard Brasil.
- Braga, J. L. (2002). Análises. In M. H. Weber; I. Bentz & A. Hohlfeldt (orgs), *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina/Compós.
- Braga, J. L. (2011). Constituição do Campo da Comunicação. *Revista Verso e Reverso*, XXV (58), 62-77.
- França, V.V. (2001). O Objeto da Comunicação/ A comunicação como objeto. In A: Hohlfeldt; L.C. Martino & V.V. França (orgs), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Mick, J. & Lima, S. (coord) (2013). *Perfil do Jornalista Brasileiro - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular.
- Lopes, M. I. V. (2001). *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lopes, M. I. V. (2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In M. I. V. Lopes (org), *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lopes, M. I. V. (2001). O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. *Revista USP*, 48, 46-57.

- Lopes, M. I. V. (2004). *As fronteiras entre as ciências sociais vistas da comunicação: uma aproximação aos estudos sociais das ciências*. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (1999). *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Martino, L. C. (2001). De qual comunicação estamos falando? In A. Hohlfeldt,; L. C. Martino & V. França (orgs). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, L. C. (2001). Interdisciplinaridade e o objeto de estudo da comunicação. In A. Hohlfeldt,; L. C. Martino & V. França (orgs). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, L. C. (2005). Os cursos de teoria da comunicação à luz do jornalismo: obstáculos e impropriedades das posições tecnicista e intelectualista. In *XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1307-1.pdf>.
- Polistchuk, I. & Trinta, A. R. (2003). *Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rodrigues, A. D. (1990). *Estratégias de Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, A. D. (2002). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In M. Moillaud (orgs), *Jornal. Da forma ao sentido* (pp. 217-234). Brasília: Editora da UNB.
- Silva, G. (2009). De que campo do jornalismo estamos falando? *Revista Matrizes*, 3 (1), 197-212.
- Sodré, M. (2012). Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Revista Matrizes*, 5 (2), 11-27.
- Thompson, J.B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes.

## **OUTRAS REFERÊNCIAS**

- Ministério da Educação do Brasil. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Bacharelado em Jornalismo. Setembro de 2013.

## Comunicación audiovisual y movilidad en la creación de lugares de destino

LUCÍA BENÍTEZ EYZAGUIRRE & FRANCISCO SIERRA CABALLERO

lucia.benitez@uca.es; fsierra@us.es  
*Universidad de Cádiz; Universidad de Sevilla*

### Resumen

El viaje de las personas, las culturas y las imágenes fomenta una cultura del desplazamiento e importantes flujos de comunicación. Los viajes, ya sean imaginarios, virtuales o físicos, se transforman en función de los transportes, de los medios de comunicación, de Internet y de los dispositivos móviles. Como campo complejo, la comunicación y la movilidad precisan de un análisis unitario, a partir de la recepción de propuestas visuales sobre los lugares, como nuevas posibilidades de relación y de destinos.

Las imágenes disuelven la percepción de la distancia y de las dificultades del trayecto, y crean un abanico más amplio de tipología de las movilidades -ya sean físicas, imaginarias, recreativas o virtuales-. Los vínculos que se establecen en las dinámicas comunicativas y de la movilidad son complejos, dependen de procesos de negociación y resistencia en la recepción.

La comunicación y la movilidad modifican identidades, fomentan el desarrollo y equilibrio del sistema global, promueven la innovación social y económica, y nuevos contextos culturales y de consumo. Los prosumidores, en su doble condición de productores y consumidores de la comunicación, juegan un papel similar al de los turistas cuando, gracias a los mensajes audiovisuales, recrean los lugares de destino, invitando así a viajes sin desplazamiento.

**Palabras Clave:** Comunicación audiovisual; movilidad; turismo; migración

---

### INTRODUCCIÓN

Los efectos globalizadores de las dinámicas de la comunicación transnacional televisiva y digital, junto a la movilidad incesante de personas, determinan la intensidad y densidad de las interacciones comunicativas. La comunicación y la movilidad desde un análisis unitario, a partir de la recepción de propuestas visuales sobre los lugares, se puede interpretar como un único fenómeno comunicativo que, en el espacio de los flujos, se configura a partir de la estructura y de los intercambios entre los nodos de la sociedad red (Castells, 2005: 489-490).

Las tecnologías del transporte han modificado a lo largo de los siglos las formas sociales, los encuentros y las interconexiones entre sujetos e identidades culturales, produciendo nuevas posibilidades de relación y de lugares (Schivelbusch, 1986: 66). La percepción de la realidad también ha cambiado, ya se registre la mirada desde los diferentes medios de transporte o desde los nuevos dispositivos, como a través del visor de una cámara de vídeo (Larsen, 2008). La mirada y la percepción de los destinos, y la comprensión de los itinerarios se modifican con esta mediación, de la misma forma que la tecnología móvil –generalizada con el uso de teléfonos

y tabletas— abre nuevas oportunidades a la relación entre la comunicación y el desplazamiento.

La relación entre la comunicación y la movilidad se establece en doble dirección: una, a partir de las estrategias de los destinos, para transformar a través de canales comunicativos y, especialmente, audiovisuales (televisión e Internet) su posición dentro de los itinerarios globales, y afrontar la complejidad de estos fenómenos, los elementos productivos, de distribución y de comercialización de su oferta. La otra, asumiendo que comunicación y movilidad son el contexto de la transformación que experimentan los sujetos a partir de la percepción y de la evaluación de los lugares, es decir, de la recepción y mediación de las imágenes en la construcción de nuevos destinos.

El abordaje teórico debe concretar, por tanto, cómo atender al papel de la comunicación y de las redes en la recomendación de los destinos turísticos y migratorios. En segundo lugar, debe profundizar en el alcance de la mediación de la comunicación audiovisual sobre los lugares geográficos, es decir, desplazar el foco de atención hacia el proceso por el que los sujetos interpretan las imágenes y sus propuestas, a fin de valorar su influencia en la elección de destino turístico o migratorio. Luego, dentro de los flujos de la comunicación, hay que considerar qué aspectos de las interacciones, de las mediaciones y de las experiencias tienen mayor importancia en la conformación de un imaginario de movilidad y en la selección de un determinado destino. En cuarto lugar se debe determinar la importancia de la 'recomendación entre iguales' (Light, 2003; Castaño, 2005) en la decisión de un destino —como un elemento que produce confianza desde que el propio consumidor se convierte en parte del mensaje—, para comparar su influencia respecto a la de otros canales comunicativos. Por último, hay que analizar la motivación, las emociones y las expectativas como factores determinantes de la comunicación y sus prácticas, de la construcción de imaginarios y de la selección de destinos turísticos y migratorios.

#### **DINÁMICAS DE LA COMUNICACIÓN Y LA MOVILIDAD**

Las complejas relaciones que se tejen entre las dinámicas comunicativas y de la movilidad obligan a un análisis dialógico y multidireccional, a su estudio desde una perspectiva integradora y participativa, con atención a la interpretación de las audiencias y a la creación de imaginarios individuales y colectivos. La comunicación y la movilidad modifican posiciones identitarias en el mundo globalizado y, por tanto, la visión de los lugares de destino. Los cambios se registran a partir del análisis unitario de las prácticas comunicativas y de desplazamiento porque:

1. Son fenómenos que desafían las fronteras de los Estados-nación y desarrollan estrategias transnacionales.
2. La dinámica de redes en la que se activan y reactivan estos dos fenómenos son vehículos de la innovación social y económica tanto para los sujetos como para las comunidades locales. Las redes construyen capital social, otorgan valor a los lugares y a los imaginarios.

3. A través de la comunicación y la movilidad los sujetos se incorporan a las propuestas de la sociedad de consumo, en valores de apropiación y de uso, y por tanto también al consumo de lugares, a los estímulos de la industria turística.
4. La identidad cobra nuevas significaciones en las interacciones fruto de la comunicación y la movilidad, con nuevos contextos de expresión de la interculturalidad creciente. La interpretación dinámica de la identidad supone una renegociación también sobre los lugares de residencia y destino, ya que las personas se trasladan con sus hábitats de significados que se entrecruzan por efecto de los desplazamientos (Hannerz 1998: 42).
5. Son elementos imprescindibles para el desarrollo y el equilibrio del sistema global, puesto que constituyen los vectores dinámicos que le otorgan vida. El mundo social es un sistema abierto y vivo, en función de la capacidad cognitiva de los sujetos articulada por la consciencia, el lenguaje y la cultura, que se interpretan de forma dinámica en función de sus cambios.

Los ejes dinámicos a tener en cuenta pasan por la comunicación en todas sus modalidades, por la ciudadanía, las redes, la cooperación, el crecimiento urbano y la descentralización, por los modelos transfronterizos y transnacionales, el turismo, la cultura, la lengua, la historia colonial. Desde el planteamiento de la comunicación transcultural y dialógica, también supone la comprensión recíproca de 'el otro', el acceso a las minorías y el pluralismo cultural.

#### **IMÁGENES Y LUGARES, REPRESENTACIÓN E INTERPRETACIÓN DE UNA RELACIÓN DE LARGO RECORRIDO**

Como tecnologías del poder, las políticas de representación han formado parte del sistema de propaganda, aportando propuestas destinadas a orientar la mirada en dirección al orden establecido a través de la construcción de valores comunes e identitarios, ya que la producción de imaginarios consolida la articulación de proyectos de futuro de una comunidad: "El uso y recurso de la imagen se ha instaurado como una mediación decisiva entre el mundo y el actuar de la humanidad" (Lindón & Hiernaux, 2012: 10).

En la tematización turística, el papel de la comunicación es esencial ya que canaliza la construcción colectiva de su definición del lugar como una unidad (Bustamante, 2000), aunque también a menudo se recrea como una representación. La relación entre el espacio geográfico y el imaginario, a partir de las propuestas de las imágenes, surge con la aparición de la fotografía moderna y después con el cine, como un espacio de mediatización sobre un lugar desconocido por la propia experiencia del espectador (Gámir, 2012).

El cine ha sido tradicionalmente uno de los principales canales para relacionar los lugares, a partir de su recreación en el imaginario personal. Las representaciones audiovisuales de los destinos turísticos influyen en la toma de decisiones a partir de las expectativas que generan; este proceso va acompañado de propuestas de estilos de vida y de consumo, así como de transformaciones que refuerzan la identidad y el

carácter de la imagen turística de una zona. El concepto *movie tourism* (Riley y Van Doren, 1992) en principio permitió realizar un seguimiento del incremento de visitas a las localizaciones de las películas más famosas. De una forma más concreta, *film induced tourism* (Beeton, 2005) se refiere a las imágenes que invitan a viajar a un determinado destino, a un lugar real inmortalizado por su tratamiento cinematográfico.

El foco de atención hay que dirigirlo a las mediaciones e interacciones relacionadas con los ‘paisajes mediáticos’, un concepto que acuñó Appadurai (2001) y que se refiere a las posibilidades de producción y difusión de imágenes electrónicas que fomentan mundos imaginarios –o ‘vida posible’–, que incrementan la diferencia entre el centro y la periferia, y que amplían las expectativas de vida con una proximidad virtual e ininterrumpida, gracias a los medios de comunicación. Esos ‘paisajes’ estimulan el imaginario, fomentan el desarrollo económico y amplían los destinos turísticos, pero también canalizan contradicciones: son mensajes que actúan, de una parte, como dispositivos de control de ciudadanos en función de los intereses de los mercados y, de otra, desarrollan resistencias y emancipaciones, formas de oposición alternativa o visiones personales. Los impactos locales de estos fenómenos presentan un enorme interés para conocer los efectos, los cambios y las dinámicas que suscitan y, en especial, sus vínculos con los imaginarios de la movilidad.

#### LA REFLEXIVIDAD TURÍSTICA EN UN MUNDO MÓVIL

En el contexto de un “mundo móvil” (Rojek & Urry, 1997), el viaje de las personas, los objetos, las culturas y las imágenes se estimulan mutuamente y reactivan una cultura del desplazamiento como una lógica de nuevas oportunidades vitales y de resistencia ante los poderes establecidos. Alrededor de los desplazamientos se canalizan importantes flujos económicos y culturales. De hecho, los viajes, en sus diferentes dimensiones –imaginarios, virtuales o físicos–, se transforman a partir de las oportunidades tecnológicas en procesos dependientes de los transportes, los medios de comunicación, Internet y los dispositivos móviles, de la misma forma que cambia la percepción de los sujetos y transforma la mirada de los lugares y destinos, o sea, del mismo concepto de turismo.

Desde el punto de vista de la comunicación, estos cambios se han trasladado a la interpretación y análisis, de forma que si se consideraba a los sujetos como audiencias pasivas, en tanto que consumidores de medios masivos, progresivamente se ha llegado a prestar atención a su actividad en los intercambios comunicativos por su capacidad no sólo de transformar los mensajes en su recepción, sino por sus aportaciones a través de la interactividad. Esa dualidad de papel –la participación del usuario en la producción y el consumo de contenidos comunicativos– es idéntica a la que se registra respecto a los destinos, en la creación y conocimiento de los lugares. Así, el prosumidor (que anticiparon McLuhan y Nevitt, 1972, Toffler, 1981, y Tapscott, 1995) es una figura híbrida determinante en la creación de valor a partir de las prácticas comunicativas, como creador y recreador de contenidos audiovisuales, y de lugares (Urry, 1995), donde se establecen dinámicas paralelas de producción

y consumo. La remezcla de los prosumidores a nivel global, a partir del consumo y circulación de imágenes, transforma las prácticas de desplazamiento anteriores en nuevos fenómenos, nacidos de la economía de los símbolos y del 'fin del turismo' (Lash y Urry, 1994).

De la misma forma, y desde otra perspectiva, Urry (2007) destaca la producción de imágenes sobre lugares como un sistema de símbolos ligados a la territorialidad –a través de la canalización de mensajes y la mediatización– y a determinados estilos de vida. Así, la 'mirada turística' se asocia a nuevas experiencias de turismo, de viajes e imaginarios muchas veces heterodoxos (Anton, 1998). Interesa aquí profundizar en los procesos de decodificación, reapropiación y resistencia en la recepción de contenidos audiovisuales, así como de la apertura del catálogo de mundos posibles y estilos de vida que aparecen como cotidianos en el imaginario de las sociedades emisoras.

Los canales de comunicación a los que nos referimos forman parte del crecimiento de la 'reflexividad turística' (Urry, 2004), una disciplina que permite evaluar el potencial turístico de una determinada zona geográfica a partir de la comercialización de lugares y de la innovación en su presentación –especialmente a través de Internet y de la comunicación audiovisual y televisiva–, ya que estos procesos se encuentran formados por la indisociable unidad de las imágenes visuales que los representan y el propio territorio.

La reflexividad se muestra como un campo de creciente interés académico, dado que las esferas de relación –íntimas, sociales, laborales y de ocio– se apoyan en formas participativas de comunicación, que establecen en paralelo redes y prácticas de cooperación en red, hasta generar beneficios en el capital social así como un nuevo modelo de organización de interés (Healey, 1997) en la producción y socialización.

### **CULTURA PARTICIPATIVA Y AUTOPRODUCCIÓN DE LUGARES GEOGRÁFICOS**

Como experiencia cultural, los relatos de viajes y turismo coinciden con las historias noveladas o exageradas que también se recrean en productos culturales como el cine, o la literatura (MacCannell, 2003: 32). Así la combinación de los diferentes relatos potencia, a partir de las propuestas comunicativas, una narrativa transmedia (Jenkins, 2008; Scolari, 2013) o bien un *storytelling* (Salmon, 2008). Así, se hace adaptable a los flujos digitales de doble dirección en la que coinciden los intereses de dos grandes sectores de la industria del entretenimiento, la audiovisual y la turística.

Desde un punto de vista sistémico, los mensajes visuales ofrecidos por el cine y los medios de comunicación de masas, así como los que circulan por la red y se comparten en las plataformas, guardan relación con su efecto en las audiencias, dentro de un marco de reapropiación y negociación de significados, en un círculo que se realimenta de las interacciones sociales que revalidan esos contenidos. De esta forma, se entiende el destino de los desplazamientos como un lugar construido a partir de prácticas sociales, simbólicas y culturales en las que el imaginario juega un papel determinante tanto para los viajeros como para los lugareños, según las

interacciones y los procesos de negociación y creatividad. Por tanto, la cuestión de mayor interés no está en el proceso por el cual se construyen estas imágenes sino en aquel por el que las personas se las apropian, las transforman y organizan tramas de sentido con las que interpretar la realidad.

Los procesos decisorios se apoyan en un sistema evaluativo –a partir de la experiencia subjetiva– de las oportunidades y las expectativas, que se realiza a través de las mediaciones, interacciones y la realimentación de los discursos en los cuales se construye el imaginario de la movilidad. Las interacciones comunicativas, a partir de las propuestas mediáticas y los estímulos de la sociedad de consumo, organizan la acción de los sujetos mediante la resistencia y la innovación, y dibujan la emergencia social y los itinerarios de los desplazamientos.

La cultura participativa fruto de estas tendencias se consolida por el uso de herramientas tecnológicas que facilitan la producción y remezcla, la creación de un discurso de la autonomía personal, heredado de los movimientos *open source*, como contestación al sistema capitalista. Esta cultura se integra también en las tendencias de los medios de masas, cuando se incorporan al modelo horizontal de flujos comunicativos de la red, donde las dinámicas dominantes les hacen demandar espectadores más activos que se incorporen a su sistema productivo (Jenkins, 2009: 163).

#### **LA EXPERIENCIA CULTURAL Y COMUNICATIVA DEL CONSUMO DE LUGARES**

Queda claro que las prácticas de los usuarios en la red renuevan los sistemas de producción y consumo de productos culturales a partir de un modelo distributivo horizontal que iguala la oportunidad de los participantes a la hora de compartir y remezclar productos audiovisuales. Estos cambios sitúan al sujeto al frente de la apropiación de significados y de su transformación, a través de la interacción directa entre iguales en una autoproducción híbrida en facetas que van desde el entretenimiento a la creatividad, pasando por la resistencia o la contestación, y a través de un medio en el que se disuelven las fronteras entre lo público y lo privado, incluso con la posibilidad de llegar a audiencias personalizadas o de alcanzar la comunicación de multitudes.

En el caso del viajero o el turista, el fenómeno coincide con una práctica social de consumo ostentoso en el que, gracias al móvil, accede a contenidos y produce otros en los que se incluye como protagonista, con características propias del 'efecto demostración'. En esta dimensión, el viajero se hace social y respalda con su experiencia la calidad de su recomendación de los destinos, servicios y productos, en los que la transmisión de la vivencia y el consumo son el lado fuerte del aporte comunicativo. Sus mensajes se difunden entre redes propias y, ocasionalmente, también logran una repercusión más allá de estos círculos gracias a los ingredientes de la viralidad, en función de su propia influencia y de las características de la creación audiovisual. Las narrativas de los prosumidores se registran al margen de las instituciones, de forma creativa y en un sistema abierto gracias a la democratización de la tecnología de producción, de acceso y uso y de experiencia que salta las barreras entre medios hasta consolidar la estrategia *cross media* (Lacalle & Sánchez Navarro: 2012: 2).

Estudiar en paralelo estos procesos ayuda a comprender los vínculos entre los campos de la comunicación y la movilidad en su realimentación progresiva, en la reflexividad de sus procesos. Como punto de partida, se propone el análisis de la comunicación audiovisual por el valor que aporta a los imaginarios de destino, pues las imágenes son de gran importancia para construir en la mente de los sujetos –tanto de cara a la ciudadanía como al consumo– ideas claras sobre los lugares a los que conducen los viajes, las migraciones y el turismo. De hecho, las propuestas audiovisuales disuelven la percepción de la distancia y de las dificultades del trayecto, y crean un abanico más amplio de tipología de las movibilidades –que van desde los desplazamientos físicos, imaginarios, recreativos, a los virtuales–. Todo ello de cara a profundizar en la forma en que se deciden los destinos de la movilidad, en las motivaciones, expectativas y experiencias de los sujetos, así como en la forma en que se planifica ese proyecto.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antón Clavé, S. (2008). *The Global Theme Park Industry*. Cabi: Oxford.
- Appadurai, A. (2001). *La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Montevideo-Buenos Aires: Ediciones Trilce-Fondo de Cultura Económica.
- Beeton, S. (2005). *Film-induced tourism*. Clevedon: Channel View Publications.
- Bustamante, E. (2000). Regiones, televisión y desarrollo. In F. Vacas Aguilar (coord), *Televisión y Desarrollo. Las regiones en la era digital* (pp. 15-22). Consejería de Educación, Ciencia y Tecnología. Cáceres, Junta de Extremadura.
- Castaño, J. M. (2005). *Psicología social de los viajes y del turismo*. Madrid: Thomson.
- Castells, M. (2005). Internet y la Sociedad Red: In D. de Moraes. (coord), *Por otra comunicación. Los media, globalización cultural y poder* (pp. 203-228). Barcelona: Intermón Oxfam.
- Gámir Orueta, A. (2012). La consideración del espacio geográfico y el paisaje en el cine. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XVI (403).
- Hannerz, U. (1998). *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Healey, P. (1997). *Collaborative planning. Shaping places in fragmented societies*. London: MacMillan.
- Hendry, J. (2000). *The Orient Strikes Back. A Global View of Cultural Display*. Oxford: Berg.
- Jenkins, H. (2009). *Fans, bloggers y videojuegos. La cultura de la colaboración*. Barcelona: Paidós.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York and London: New York University Press.
- Larsen, J. (2008). Practices and Flows of Digital Photography: An Ethnographic Framework. *Mobilities*, 3, 141-160.
- Lacalle, C. & Sánchez Navarro, J. (2012). Audiovisual 2.0: Narrativas, recepción y consumo en los nuevos hipertextos. *Anàlisi. Quaderns de comunicació i cultura*, N° Extra, (1), 1-3.

- Lash, S. & Urry, J. (1994). *Economies of Signs and Space*. Londres: Sage.
- Light, D. A. (2003). Sure you can trust us. *Sloan Management Review*, 43, 64-97.
- Lindón, A. & Hiernaux, D. (2012). *Geografías de lo imaginario*. Barcelona Anthropos.
- Lindón, A. & Hiernaux, D. (2012). Renovadas intersecciones: La espacialidad y los imaginarios. In A. Lindón & D. Hiernaux. *Geografías de lo imaginario* (pp. 9-28). Barcelona Anthropos.
- MacCannell, D. (2008). *El turista. Una nueva teoría de la clase ociosa*. Barcelona: Melusina.
- McLuhan, M. & Nevitt, B. (1972). *Take Today: The Executive as Dropout*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Riley, R.W. & Van Doren, D. (1992). Movies as Tourism Promotion: A Pull Factor in a Push Pocation. *Tourism Management*, 13, 267- 274.
- Rojek, C. & Urry, J.(eds) (1997). *Touring Cultures*. London: Routledge.
- Salmon, C. (2008). *Storytelling. La máquina de fabricar historias y formatear las mentes*. Barcelona: Península.
- Scolari, C. (2013). *Narrativas Transmedia. Cuando todos los medios cuentan*. Deusto.
- Schivelbusch, W. (1986). *The Railway Journey. Trains and Travel in the Nineteenth Century*. Oxford: Blackwell.
- Tapscott, D. (1997). *La Economía Digital*. Colombia: Mc Graw Hill.
- Toffler, A. (1981). *La tercera ola*. México: Edivisión.
- Urry J. (2007). *Mobilities*. London: Polity.
- Urry, J. (2004). *La Mirada del turista*. Lima: Universidad San Martín de Porres.
- Urry, J. (1995). *Consuming Places*. Londres: Routledge.

## **Entre o comunicar e o não comunicar: a análise de discurso como teoria de interpretação nos currículos dos cursos de comunicação no Brasil**

NEWTON GUILHERME VALE CARROZZA; MIRIAN DOS SANTOS & LUCIANA COUTINHO PAGLIARINI DE SOUZA

guilhermecarrozza@uol.com.br; miriandossantos@hotmail.com; luciana.souza@prof.uniso.br  
*Universidade do Vale do Sapucaí; Universidade do Vale do Sapucaí; Universidade de Sorocaba*

### **Resumo**

A configuração da área da comunicação no Brasil parece ter uma estreita relação com um campo epistemológico que supõe a língua como instrumento. Nossa proposta, neste trabalho, é refletir sobre a possibilidade de uma entrada, no campo da comunicação e, conseqüentemente, nos currículos dos cursos, da Análise de Discurso como uma teoria de interpretação capaz de dar suporte para o entendimento dos processos comunicativos de maneira global. A Análise de Discurso praticada atualmente, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux na França e seus desenvolvimentos no Brasil por Eni Orlandi, concebe a língua como material, espaço de articulação entre a ideologia, o simbólico e o político, onde intervém a história. Nesse sentido, a língua adquire um estatuto outro, deslocando-se da simples concepção de instrumento de comunicação. À língua, cabe o lugar próprio de constituição dos sentidos e dos sujeitos. Tomá-la nesse lugar significa dar aos profissionais da linguagem, uma formação capaz de fazê-los entrar nos modos de compreensão das relações sociais sob uma outra perspectiva, atentando para o fato de que a prática da comunicação social afeta sobremaneira os modos como os sujeitos se relacionam.

**Palavras-Chave:** Currículos; comunicação; análise de discurso; língua

---

### **INTRODUÇÃO**

Vivemos hoje um momento em que novas demandas de saberes e de sujeitos estão aí nos colocando à prova a todo instante, deixando em seus rastros outras tantas demandas que têm a ver com novas competências, novas habilidades, novas formas de estar no mundo, de lidar com as novas tecnologias e de se comunicar. Neste cenário, a formação de profissionais de comunicação capazes, não só de dar conta de tudo isso, mas mais fortemente, de compreender os processos de produção dos sentidos que circulam socialmente, torna-se um assunto que precisa estar em pauta.

A configuração da área da comunicação no Brasil, principalmente no que se refere às disciplinas que lhe dão suporte nos currículos praticados nas universidades do país, parece ter uma estreita relação com um campo epistemológico que supõe a língua como instrumento. Nossa proposta, neste trabalho, é refletir sobre a possibilidade de uma entrada, no campo da comunicação e, conseqüentemente, nos currículos dos cursos superiores de graduação, da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux na França e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, como uma

teoria de interpretação capaz de dar suporte para o entendimento dos processos comunicativos de maneira global.

É Orlandi (2007: 53) quem nos diz que “toda teoria é política”. Nessa direção, pensamos historicamente na estruturação dos currículos mínimos e diretrizes para a formação do profissional de comunicação, configuradas a partir de determinadas concepções de língua, de sociedade e do sujeito.

A implantação de cursos superiores de comunicação social no Brasil teve início na década de 40 do século XX, especialmente na região sudeste do país. Naquela época, apenas o jornalismo se apresentava como habilitação oferecida. Foi, porém, somente vinte anos mais tarde, que começaram a surgir os primeiros cursos de publicidade no Brasil, estabelecendo a área como outra habilitação da comunicação social.

Em 1983, foi publicado o Parecer nº 480/83, resultante de ampla discussão promovida entre professores, alunos e profissionais de comunicação sobre a situação dos cursos de comunicação social à época, propondo remodelações nas habilitações e currículos mínimos.

Tal parecer traz um relato histórico das fases pelas quais o ensino de Comunicação Social passou no Brasil, que se divide numa primeira fase de caráter humanístico, que vai de 1946 até a década de 60; após, uma segunda fase, de caráter funcionalista e empírico, predominantemente na década de 60; logo em seguida, vem a terceira fase, que trazia como marca a preocupação com os aspectos teóricos da comunicação, na década de 70. A partir da análise das três fases, o parecer procura descrever aquele momento da década de 80 do século XX como uma quarta fase, levantando pontos que pudessem sustentar a proposta de um novo currículo para os cursos de comunicação. Em primeiro lugar, contra as posições daqueles que defendiam a extinção dos cursos de comunicação no país, considera que tais cursos representam o ambiente adequado para se “transcender as práticas usuais, pela pesquisa e criação de novos recursos expressivos.” Salienta também a precariedade das escolas quanto às condições físicas adequadas para o desenvolvimento dos cursos e, por fim, apresenta essa fase como uma “crise de identidade” já que, na fase anterior, as preocupações teóricas, segundo a comissão, provocaram um distanciamento da prática, o que fez com que a comunicação ainda não tivesse encontrado seu objeto.

Baseado nesse “reconhecimento<sup>1</sup>” da situação do ensino de Comunicação no país, o parecer apresenta as propostas de um novo currículo para os cursos, estabelecendo critérios sobre habilitações e respectivas disciplinas obrigatórias e específicas. As diretrizes que nortearam a elaboração do Currículo Mínimo nesse momento basearam-se na incorporação das três áreas de conhecimento que consideraram necessárias à formação (Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte), além de propor o ensino através da prática que promovesse uma reflexão teórica.

<sup>1</sup> Destacamos aqui o termo reconhecimento, pois consideramos, a partir da posição teórica de onde analisamos tal objeto, que isso representa já um gesto de interpretação de uma comissão que fala de um lugar determinado.

Em 2001, o Ministério da Educação Brasileiro emitiu Parecer CNE/CES nº 492 que está vigente até o momento, aprovando Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos – entre eles, a Comunicação Social<sup>2</sup>. Tal parecer apresenta linhas gerais de formação de comunicadores em suas mais diversas habilitações, propondo características comuns e particulares entre os formandos. De maneira geral, tanto no perfil de formação quanto nas habilidades desejáveis ao egresso, é notória a concepção de um domínio das linguagens, bem como a capacidade de interpretação do mundo e sua consequente “tradução” na forma de mensagens, pensadas sempre numa forma social de comunicação – o que supõe a comunicação de massa.

### COMUNICAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

A Comunicação Social pode ser entendida como uma espécie de contato entre duas ou mais partes, mediado por uma forma de linguagem e por algum tipo de suporte material, que hoje se apresenta nas mais diversas tecnologias. Mais que isso, significa também considerar que uma das partes é detentora de determinada informação que deve ser levada à outra parte, sempre considerada no coletivo. O que há que se ressaltar nesse processo é justamente o funcionamento da língua(gem) que, para nós, não se trata apenas de uma formulação e transmissão de informação.

Faz parte do modo como se produz informação hoje, nas habilitações da comunicação social, um certo “reconhecimento” do domínio da linguagem. Afinal, para quem escreve um texto, é necessário que se tenha em mente que o público vai entender o que se quer dizer. Trata-se, nesse sentido, de trazer à tona toda uma concepção de transparência, clareza, coesão, muito comuns (e necessárias, diríamos) à área da comunicação. Esse modo de compreensão da língua a coloca como um instrumento do qual o homem lança mão toda vez que necessita, sempre no sentido de uma interação com o meio social. E essa concepção vem de muito tempo, a partir dos trabalhos do chamado Círculo de Praga (pós-saussureanos), por volta de 1929 (cf. De Brum, 2005), para quem a língua seria um sistema de meios de expressão apropriados para um fim. “A função da língua, portanto, é levar a cabo esse fim ou finalidade, isto é, a comunicação, a expressão.” (De Brum, 2005). Ainda para corroborar com essa ideia, Benveniste (cit. em De Brum, 2005), vai dizer que, com a frase, se sai do domínio da língua como sistema de signos e penetra-se em outro universo, da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso<sup>3</sup>. Essa própria noção de discurso para Benveniste, como o produto de um ato de enunciação, já coloca a língua como aquilo que se manifesta na comunicação efetiva entre os membros de uma comunidade. Para Benveniste, o ato de enunciação permite a apropriação individual da língua pelo sujeito falante e sua conversão em discurso<sup>4</sup>.

Esse entendimento da comunicação, como algo que vem colado à língua, vai entrar para a linguística de maneira quase que automática, não se propondo, durante

<sup>2</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>, páginas 16 a 25

<sup>3</sup> Em tradução livre

<sup>4</sup> É importante salientar que o que entendemos como discurso a partir das formulações de Pêcheux e Orlandi difere da noção apresentada neste ponto. Trataremos disso mais adiante.

um bom tempo, um questionamento teórico sobre o assunto. Mais tarde, outro linguista, Roman Jakobson, reforça ainda mais essa ideia, apresentando seu trabalho sobre Linguística e Comunicação, no qual atribui à linguagem determinadas funções. Jakobson, ao pensar a mensagem como transmissão de informação e tomar o esquema de comunicação a partir de um modelo matemático, achata, de certa forma, o processo de comunicação em emissor, receptor, mensagem, código e canal<sup>5</sup>.

Silva (2002) nos fala sobre a institucionalização da televisão brasileira, no momento que antecede a produção desse parecer. Segundo a autora, o desenvolvimento da televisão no Brasil está associado à constituição de um país moderno, imaginário que se estabelece principalmente na década de 70. Esse momento desperta um interesse dos pesquisadores pela televisão como objeto de estudo e as discussões centram-se numa tensão teórico-metodológica, que colocam ou uma perspectiva crítica do meio (herança da chamada Escola de Frankfurt, mais relacionada à sociologia) ou uma perspectiva instrumental (tal como pensada pela Escola Funcionalista Americana, mais relacionada à linguagem). Tais perspectivas contribuíram para que se firmassem, em relação à mídia, tanto uma abordagem centrada na linguagem como instrumento, quanto uma concepção de um sujeito racional, no domínio desse instrumento.

Isso pode ser facilmente percebido quando analisamos as matrizes curriculares dos cursos de publicidade. Enquanto um grupo de componentes se volta para a capacitação técnica – e artística – do aluno, como disciplinas voltadas às artes, à estética e às ferramentas disponíveis para atuação na área, outro grupo se alinha no sentido de dar suporte para o entendimento do fenômeno da comunicação, seja pela psicologia, seja pela sociologia, antropologia, economia, semiologia, etc. À língua, cabe sua função de instrumento. O que se percebe, nesse caso, é mesmo a impossibilidade de se pensar um objeto próprio da comunicação – o que daria a ela um estatuto de ciência – visto que os dispositivos necessários para sua análise vêm de empréstimo de outras áreas. Basta olharmos atualmente para as habilitações da Comunicação Social classificadas como Ciências Sociais Aplicadas. São as Ciências Sociais e Humanas – como é o caso também da psicologia – que entram nos currículos para explicar os efeitos da comunicação na sociedade. E, nessa perspectiva, isso só pode ser pensado quando, do interior da própria comunicação, trata-se a língua como código.

De fato, Silva (2006) afirma que a área da comunicação é “uma área de concentração tecnológica e resulta da associação de contribuições de diferentes Ciências” (Silva, 2006: 89). Assim,

são certos resultados das pesquisas linguísticas que interessam à área da Comunicação, e a chamada Teoria da Comunicação não constitui uma teoria no sentido científico do termo. É antes, a possibilidade de aplicação de um mesmo

<sup>5</sup> Não estamos aqui, de forma alguma, propondo uma desvalorização dos trabalhos de Jakobson que, reconhecidamente, tem seus méritos nos avanços dos estudos sobre a língua. Nossa proposta é apenas ressaltar a diferença entre concepções da linguagem presentes nos diversos campos epistemológicos, apontando para o fato de que, no Brasil, no momento mesmo em que se instituíram e reforçaram os currículos mínimos dos cursos de comunicação, era uma concepção de língua que dominava perante outras. De forma crucial, isso vai afetar o modo como se faz comunicação a partir daí no país.

“tratamento comunicacional” para diferentes linguagens, em diferentes campos profissionais (cinema, jornalismo, publicidade, relações públicas, rádio e TV, arquitetura, designer gráfico...) que se diz com o termo ‘teoria da comunicação’.

A autora (Silva, 2006: 89) ainda acrescenta que o que funciona de forma espontânea nesse cenário, do ponto de vista científico, é uma teoria linguística.

Nas técnicas que dão sustentação para esse conjunto diversificado, que é ‘a linguagem’, realiza-se uma homogeneização no tratamento de diferentes objetos de estudo, caracterizando um profissional que lida com o público e que deve ter domínio de técnicas, entre o verbal e o não-verbal, no sentido de uma ‘comunicação de massa’.

Diante desse cenário que veio se desenhando no Brasil, como afirma a própria autora, os currículos de comunicação têm seus referenciais em disciplinas como a Semiótica e a Semiologia, tomadas como aquelas que dariam conta do trabalho de compreensão e interpretação das mensagens, tanto no nível verbal como não verbal.

Santaella lembra que o século XX testemunhou o nascimento de duas ciências da linguagem: a Linguística – ciência da linguagem verbal fundada por Ferdinand Saussure – e a Semiótica – ciência de toda e qualquer linguagem. Contudo, três fontes deram origem a esta última, distintas no espaço e na paternidade, mas quase sincrônicas: uma russa, outra europeia e, por fim, uma norte-americana.

A advinda da antiga União Soviética, germinada desde o século XIX nos trabalhos de A. N. Viesselovski e A. A. Potiebniá, ganha força na Rússia revolucionária, “época de experimentação científica e artística que deu nascimento ao estruturalismo linguístico soviético, aos estudos da Poética formal e histórica e aos movimentos artísticos de vanguarda” (Santaella, 1996: 99). A originária dos princípios básicos da teoria linguística de Saussure influenciou profundamente o desenvolvimento do estruturalismo semiótico e filosófico (Nöth, 1996) que teve como seguidores semioticistas notórios, como Roland Barthes e Luis Hjelmslev que, por sua vez, influenciou Algirdas Julien Greimas, e tantos outros. E, finalmente, a semiótica de Charles Sanders Peirce, que é concebida a partir da lógica, não da língua.

Todas essas linhas elegem a significação da linguagem como foco, mas se caracterizam pelos seus próprios métodos, instrumentos e quadros metodológicos. De modo geral, duas delas se firmaram como campos de estudo da significação: a que vem dos estudos de Algirdas Julien Greimas vincada na semiótica de extração linguística, para quem “fora do texto não há salvação” - *hors du texte, point de salut* - e a de Charles Sanders Peirce, de extração não-linguística. De qualquer forma, tanto uma como outra linha da Semiótica contribui, com sua estruturação, para uma forma de pensar a linguagem a partir de suas relações sintagmáticas, o que possibilita não se ater ao linguístico, levando em consideração também os processos semióticos não linguísticos, principalmente no que se refere à imagem. Esse passo é importante para se conceber uma teoria que daria conta da mensagem em sua “totalidade” (conjugando imagem e texto), concepção importante para a área da comunicação.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> De nossa posição de analistas de discurso, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que esse “efeito totalizante” da ciência é um imaginário necessário e constituído historicamente.

Para a Semiótica Greimasiana (Indursky, 2006), interessa o funcionamento textual da significação. Tal funcionamento é observado internamente ao texto, e não a partir da relação do texto com um referente externo. O texto, nesse sentido, é o resultado de um dispositivo estruturado de regras e relações, pensado no plano da expressão (relação com o significante) e no plano do conteúdo (relação com o significado). O propósito é estudar o percurso gerativo do sentido do texto nele mesmo, a arquitetura do sentido. Não há, nessa perspectiva, um olhar para o sujeito, visto que, para esta semiótica, o sujeito é um simulacro. Busca examinar o plano do conteúdo de um texto para descrever o modo como este conteúdo é articulado no plano da expressão.

Já a Semiótica desenvolvida a partir de Peirce tem na lógica e não na língua ou no texto verbal sua base teórica. Seu conceito de signo abarca, além dos signos convencionais e arbitrários – a língua dentre eles –, signos que têm por fundamento mera qualidade ou o simples fato de existir; que produzem numa mente desde a apreensão lógica de um fenômeno até um sentimento vago e indefinido ou uma reação. Tal amplitude abarca todas as formas de linguagem possíveis que se constituem em sistemas sociais e históricos de representação do mundo.

Eminentemente triádico, o signo para Peirce contempla o objeto ou referente fora do signo e o apresenta a uma mente interpretadora. O efeito que o signo provoca nessa mente potencial caracteriza o interpretante, que corresponde à significação do signo (Nöth, 2003: 71). O sujeito, nesse processo, ocupa a posição de um dos tipos de interpretante, o dinâmico, o que efetivamente age numa mente e põe em ato a ação dos signos ou a semiose. Interpretação de um signo é, assim, um processo dinâmico na mente do intérprete. É a semiose o objeto de estudo de Peirce, para quem “todo propósito de um signo é aquele de que ele deva ser interpretado em outro signo” (Peirce, cit. em Santaella, 2004: 87).

Encontramos dentro da arquitetura filosófica de Peirce a gramática especulativa, um dos ramos da semiótica ou lógica, que aborda o modo como agem os signos, como se classificam. Apresenta ainda misturas sígnicas, caminhando do verbal para o não verbal, do quase-signo para o signo. Dela se obtém estratégias para leitura e análises de processos empíricos de signo. Pois bem, a língua ocupa nessa classificação o lugar dos signos genuínos, arbitrários e convencionais que, por sua vez, participam da terceira categoria peirceana, a terceiridade. Nessa instância, todos os conhecimentos ou interpretantes que digam respeito ao signo são convocados, bem como seus aspectos ideológicos, históricos, políticos, enfim. Entendida como mapa, essa classificação abre-se para diálogo com todas as teorias que amparam o signo em análise, daí a Análise de Discurso também ser bem-vinda na construção de sentidos que a semiótica peirceana permite.

## **COMUNICAÇÃO E SENTIDO**

Pêcheux (1988) afirma que “a língua serve para comunicar e para não-comunicar.” O que o autor propõe, a partir dessa colocação, é a consideração de que não há

como tomar a língua como um código em sua automaticidade de decodificação, uma vez que o sentido deve se dar sempre na articulação do simbólico com o político. O efeito de evidência do sentido viria, então, como trabalho da ideologia. Nessa perspectiva, falar em discurso é falar em “efeitos de sentido entre locutores” (cf. Pêcheux, 1990), o que já eleva a própria noção de discurso para outro patamar, diferente de uma noção que toma o discurso como texto, enunciação, ou conjunto de enunciados. Falar em discurso significa levar em conta as determinações históricas dos processos de significação, movimento que considera a articulação entre a ideologia, o simbólico e o político.

Para a Análise de Discurso, não se pode pensar a língua como um sistema abstrato, do qual se lança mão toda vez que se quer comunicar algo a alguém. A língua tem uma espessura, uma densidade. Trata-se de considerá-la na sua relação com a história, a ideologia e o inconsciente, em sua materialidade constitutiva. É nesse sentido que podemos pensar o discurso como a materialidade da ideologia e a língua como a materialidade do discurso (cf. Pêcheux, 1990), supondo sempre que inconsciente e ideologia estão materialmente ligados.

Nessa concepção, diferentemente da semiótica greimasiana, o sujeito já está suposto e não se trata de um simulacro, mas de posição no discurso, o que nos faz pensar que, num processo de comunicação, o que se dá é um jogo de posições imaginárias que estão em funcionamento na sociedade e que são convocadas toda vez que alguém intenta comunicar algo a outro.

Na prática da comunicação, seja ela no jornalismo ou na publicidade, por exemplo, é comum que se trabalhe numa forma de “aglomeração” de indivíduos, estabelecendo-se assim, grupos comuns que têm entre si aspectos e características também comuns. Isso parece funcionar num nível imaginário capaz de sustentar a ideia de “massa”, o que supõe uma certa homogeneidade entre os indivíduos. Nesse sentido, comunicar para um grande número de pessoas já significa diferentemente porque na sua forma, esse processo já reclama gestos específicos de dizer. O entendimento desse processo é possível quando se considera a linguagem em sua materialidade, não apenas na sua forma abstrata, como expressão e/ou conteúdo, mas na sua forma linguística/histórica, que chamamos de forma material (Orlandi, 2002), pois assim é possível sair da relação de significância para compreender a relação de sentido.

O que a Análise de Discurso pecheuxtiana e seus desdobramentos a partir de Orlandi propõe é produzir um olhar sobre o processo de comunicação capaz de atravessar a opacidade da linguagem – justamente porque a considera nessa opacidade – reconhecendo nela a materialidade do político, do histórico e do ideológico. Nesse sentido, é preciso desconstruir a ideia de língua como instrumento e tomá-la como constitutiva mesmo do sujeito e das relações sociais. Essa virada de olhar permitiria ao comunicador uma escuta mais atenta aos modos como ele produz linguagem, dentro da sua prática de comunicação.

A entrada da Análise de Discurso nos currículos de comunicação no Brasil não pode, porém, se dar de qualquer forma, como se fosse um acessório a mais para o

aluno. Muito embora se configure como uma disciplina de interpretação, é preciso considerar que ela vem de uma epistemologia que considera a história e a linguagem na sua materialidade e isso, por si só, já a coloca em cheque com outras disciplinas de caráter positivista. No nosso ponto de vista é, sobretudo, o deslocamento proposto a partir da multidisciplinaridade que a própria Análise de Discurso produz no seu interior, o que pode representar o trabalho para se pensar a comunicação social por um outro viés.

## REFERÊNCIAS

- De Brum, A. M. (2005). Da língua como instrumento de comunicação ao discurso: um deslocamento necessário no trabalho de português língua estrangeira. In *Anais do II SEAD*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/ArnaldoMartinDeBrum.pdf>
- Indursky, F. (2006). O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In E. P. Orlandi & S. Lagazzi (org), *Discurso e Textualidade* (pp. 33-80). Campinas: Pontes.
- Lagazzi, S. (2007). O Político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In E. P. Orlandi (org), *Política linguística no Brasil* (pp. 11-18). Campinas: Pontes.
- Nöth, W. (1996). *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume.
- Nöth, W. (2003). *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume.
- Orlandi, E. P. (2007). *Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade*. In, *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2004). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Orlandi, E. P. (2001). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1990) Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19.
- Pêcheux, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Santaella, L. (1996). *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, T.D. (2002). *A televisão brasileira: a comunicação institucionalizada*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Silva, T. D. (2007). Língua e linguagens: reflexões sobre a política cultural e a televisão no Brasil. *Línguas e instrumentos linguísticos*, 18